

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATHAN RODRIGUES DE LIMA

CONFLITOS URBANOS EM CURITIBA/PR À LUZ DA  
TERRITORIALIDADE DE ORGANIZAÇÕES POPULARES

CURITIBA

2019

NATHAN RODRIGUES DE LIMA

CONFLITOS URBANOS EM CURITIBA/PR À LUZ DA  
TERRITORIALIDADE DE ORGANIZAÇÕES POPULARES

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, no curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini.

CURITIBA

2019

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR  
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

---

L732c Lima, Nathan Rodrigues de  
Conflitos urbanos em Curitiba/PR à luz da territorialidade de  
organizações populares [recurso eletrônico] / Nathan Rodrigues de  
Lima – Curitiba, 2019.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da  
Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Adilar Antonio Cigolini

1. Urbanização – Curitiba (PR). 2. Conflitos Urbanos. 3.  
Organizações Populares. I. Universidade Federal do Paraná. II.  
Cigolini, Adilar Antonio. III. Título.

CDD: 307.76

---

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585



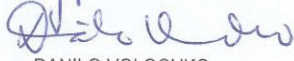
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -  
40001016035P1


### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **NATHAN RODRIGUES DE LIMA**, intitulada: **CONFLITOS URBANOS EM CURITIBA/PR À LUZ DA TERRITORIALIDADE DE ORGANIZAÇÕES POPULARES**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVADO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 09 de Abril de 2019.

  
ADILAR ANTONIO CIGOLINI  
Presidente da Banca Examinadora

  
DANILO VOLOCHKO  
Avaliador Interno (UFPR)

  
DANIELE REGINA PONTES  
Avaliador Externo (UFPR)



*Dedico este trabalho às trabalhadoras e trabalhadores  
que habitam a periferia e vivem, em seu cotidiano, a  
luta pelo direito à moradia e pelo direito à cidade.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais pelo apoio incondicional, suporte e esforços, sem os quais a caminhada até aqui teria sido muito mais difícil - em especial à minha mãe, Viviane, sempre meu farol.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adilar Cigolini, por todas as conversas, orientações, sugestões, leituras, releituras e, principalmente, pela amizade e compreensão nos momentos difíceis encarados no processo de pesquisa.

À Prof. Dra. Helena Mendonça Faria pelas contribuições durante o exame de qualificação, à Prof. Dra. Daniele Pontes pelo aceite do convite e contribuições na banca de defesa e, em especial, ao Prof. Dr. Danilo Volochko, pelas contribuições, parceria nos trabalhos de campo, conversas, reuniões e por ter aberto as portas do Projeto Ocupações Urbanas (POU), fatores que, certamente, foram fundamentais para o desenvolvimento dos estudos de caso e da pesquisa como um todo.

Aos moradores e lideranças da Vila 23 de Agosto e comunidade Dona Cida, pelas contribuições e pela receptividade nos trabalhos de campo, nas entrevistas e nos momentos compartilhados nesses dois anos de trabalho.

À minha companheira, Agnes, pelo carinho, apoio e compreensão nos momentos onde o processo de pesquisa exige esforço e dedicação de tempo.

Aos amigos Ariane, Gabriela, Vinicius, Ana, Gustavo e Larissa, que estiveram presentes, desde o início, nos momentos felizes e nos momentos de dificuldade.

Aos companheiros de turma Gabriela, Jorge, Poliana e Renan, por dividirmos tanto as festividades, quanto as angústias desta etapa. Também aos companheiros do Núcleo de Estudos em População e Território (NUPOTE), pela grata amizade e convivência nos últimos anos; Fernando, Reginaldo, Deniz e Giorgio.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), pela disponibilidade e fornecimento da bolsa de pesquisa, sem a qual este trabalho não teria sido desenvolvido e finalizado.

## **SINTONIA PARA PRESSA E PRESSÁGIO**

Escrevia no espaço.  
Hoje, grafo no tempo,  
na pele, na palma, na pétala,  
luz do momento.  
Soo na dúvida que separa  
o silêncio de quem grita  
do escândalo que cala,  
no tempo, distância, praça  
que pausa, asa, leva  
para ir do percalço ao espasmo.

Eis a voz, eis o deus, eis a fala,  
eis que a luz se acendeu na casa  
e não cabe mais na sala.

Paulo Leminski (2010, p. 93).

## RESUMO

Considerando a realidade contemporânea, temos que produção do espaço direcionada ao mercado gera nas cidades um ambiente de conflitos e contradições. As metrópoles expressam um conjunto de problemas, notadamente os de ordem fundiária, segregação sócio-espacial e no que diz respeito ao acesso à moradia. Considerando a vida cotidiana como um espaço de resistência a possibilidade transformadora, este trabalho tem como objetivo geral analisar as potencialidades e limitações de organizações populares e suas territorialidades como estratégia de ação direta, mobilização política e resistência frente a conflitos e contradições no espaço urbano de Curitiba. Compreende-se que pensar o presente e o futuro da metrópole passa por refletir o papel dos ativismos sociais, movimentos populares e resistências como agentes produtores do espaço urbano, principalmente no contexto brasileiro. Partimos da hipótese de que os conflitos e contradições no espaço urbano de Curitiba estão associados a produção capitalista do espaço, somando-se a isso a carência na efetividade de políticas por parte do Estado. Tendo isso em vista, realizaram-se dois estudos de caso referentes a organizações populares. No primeiro, trabalhou-se as lutas que envolvem a Associação de Moradores 23 de Agosto, no bairro Ganchinho. No segundo, a Ocupação Dona Cida, no bairro Cidade Industrial de Curitiba, e as relações de continuidade e descontinuidade em diferentes momentos com movimentos de luta por moradia. Os estudos de caso foram elaborados com base em trabalhos de campo, registros fotográficos, diários de campo e na realização de entrevistas narrativas. Foram realizados quinze trabalhos de campo e quatro entrevistas narrativas com duas lideranças de cada estudo de caso. Com a realização dos estudos e discutidas as potencialidades e limitações existentes em cada organização popular, conclui-se a existência de uma territorialidade nessas organizações, onde as relações de poder entre os sujeitos, atuando em rede, concretizam-se no espaço em proporções multiescalares, em diferentes esferas e de forma poli dimensional no que diz respeito as pautas de luta.

Palavras-Chave: Conflitos Urbanos. Território. Organizações Populares.

## **ABSTRACT**

Considering the contemporary reality, we have that the production of space directed to the market generates in the cities an environment of conflicts and contradictions. The metropolises express a set of problems, especially those of land ownership, spatial segregation and with regard to access to housing. Considering everyday life as a space of resistance and transformative possibility, this research has as general objective to analyze the potentialities and limitations of popular organizations and their territorialities as a strategy of direct action, political mobilization and resistance to conflicts and contradictions in the Curitiba's urban space. It is understood that thinking about the present and future of the metropolis is to reflect the role of social activism, popular movements and resistances as agents that produce urban space, especially in the Brazilian context. We start from the hypothesis that conflicts and contradictions in Curitiba's urban space are associated with the capitalist production of space, adding to this the lack of effectiveness of policies by the State. Based on this, two studies were carried out concerning popular organizations. In the first case, we worked on the struggles involving the association of residents 23 de Agosto, in Ganchinho neighborhood. In the second case, Dona Cida occupation, in Cidade Industrial de Curitiba (CIC) neighborhood, and the relations of continuity and discontinuity in different moments with struggles for housing. The case studies were based on field research, photographic records, field diaries and narrative interviews. Fifteen field research and four narrative interviews were conducted with two leaders from each case study. With the realization of the studies and the potentialities and limitations in each popular organization, we conclude that there is a territoriality in these organizations, where the relations of power between the subjects, acting in networks, materialize in space in multiscale proportions, in different spheres and in a polydimensional way with regard to the patterns of struggle.

**Keywords:** Urban Conflicts. Territory. Popular Organizations.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. Cartograma de Localização de Curitiba e Áreas de Estudos de Caso .	16
FIGURA 02. Evolução da Ocupação Urbana de Curitiba (2012).....	41
FIGURA 03. Custo da Terra em Curitiba (2001). .....	43
FIGURA 04. Rendimento Mediano Mensal das Pessoas de 10 anos ou Mais.....	45
FIGURA 05. População em Domicílios Particulares com Renda Nominal até 70 reais .....	46
FIGURA 06. Domicílios em Aglomerados Subnormais por Regionais (2010).....	47
FIGURA 07. Ocupações Irregulares em Curitiba (2016) .....	48
FIGURA 08. Constelação Geográfica de Conceitos.....	53
FIGURA 09. Síntese da Discussão Teórica do Capítulo. ....	72
FIGURA 10. Cartograma de Localização Associação 23 de Agosto.....	82
FIGURA 11. Sede da Associação 23 de Agosto. ....	84
FIGURA 12. Parte interna da Associação 23 de Agosto – Salão.....	86
FIGURA 13. Projeto de Padaria Comunitária da Associação 23 de Agosto.....	86
FIGURA 14. Área destinada a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto (1).....	88
FIGURA 15. Área destinada a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto (2).....	89
FIGURA 16. Curso Popular Alicerce 23 (1).....	90
FIGURA 17. (A) Cartaz elaborado pelo coletivo/ (B) Curso Popular Alicerce 23 (2).	90
FIGURA 18. Organograma de Organizações e Sujeitos Atuantes - 23 de agosto ....	92
FIGURA 19. Cartograma de Localização Ocupação Dona Cida .....	95
FIGURA 20. Ocupação Dona Cida – Paisagem no início da ocupação (2016).....	96
FIGURA 21. Ocupação Dona Cida – Paisagem atual (2018).....	97
FIGURA 22. Assembleia organizada na Ocupação Dona Cida.....	99
FIGURA 23. Ato organizado no Centro Cívico em direção à Prefeitura .....	100
FIGURA 24. Terreno destinado a Associação de Moradores Dona Cida.....	101

FIGURA 25. Parquinho em parceria entre moradores e apoiadores acadêmicos...	102
FIGURA 26. Chamada para evento de apoiadores das Ocupações Urbanas .....	103
FIGURA 27. Audiência Pública sobre Direito à Moradia .....	103
FIGURA 28. Organograma de Organizações e Sujeitos Atuantes – Dona Cida .....	105
FIGURA 29. Parte do terreno atingido pelo incêndio na 29 de Março.....	107
FIGURA 30. Reconstrução da 29 de Março com apoio da ONG TETO (1) .....	108
FIGURA 31. Reconstrução da 29 de Março com apoio da ONG TETO (2) .....	108
FIGURA 32. Esferas de organização política para interpretação dos ativismos. ....	111
FIGURA 33. Quadro síntese de potencialidades e limitações.....	117

## LISTA DE SIGLAS

ACP – Associação Comercial do Paraná  
ADEMI – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário  
APEOP – Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas  
AMC – Aglomerado Metropolitano de Curitiba  
ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CIC – Cidade Industrial de Curitiba  
COHAB – Companhias de Habitação Popular  
EPCN – Economia, Política, Cultura e Natureza  
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDP – Instituto Democracia Popular  
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba  
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
MCMV – Minha Casa Minha Vida  
MPM – Movimento Popular por Moradia  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
POU – Projeto Ocupações Urbanas  
REGIC – Regiões de Influência das Cidades  
RMC – Região Metropolitana de Curitiba  
SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Estado do Paraná  
SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES SOB O VÉU DA CIDADE MODELO</b> .....	<b>19</b>
1.1. INTRODUÇÃO .....	19
1.2. DE ONDE PARTIMOS?.....	21
1.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O MITO DA CIDADE MODELO .....	30
1.4. POR TRÁS DAS LENTES DO CITY MARKETING: CURITIBA DOS CONFLITOS E CONTRADIÇÕES .....	39
1.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	50
<b>CAPÍTULO 2. A ABORDAGEM DO ESPAÇO NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIDADE</b> .....	<b>51</b>
2.1. INTRODUÇÃO.....	51
2.2. ESPAÇO E TERRITÓRIO .....	52
2.3. CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE .....	57
2.4. ADENTRANDO A PROBLEMÁTICA: PODE-SE ENTENDER ORGANIZAÇÕES POPULARES COM BASE NA ABORDAGEM TERRITORIAL?.....	65
2.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	73
<b>CAPÍTULO 3. ORGANIZAÇÕES POPULARES EM CURITIBA: SUJEITOS E CONFLITOS, ORGANIZAÇÃO E LUTA</b> .....	<b>74</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	74
3.2. ATIVISMOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRAMA DA LUTA PELA MORADIA.....	77
3.3. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 23 DE AGOSTO: DAS CONQUISTAS À ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA .....	81
3.4. DONA CIDA: DA OCUPAÇÃO À RESISTÊNCIA .....	94
3.5. A TERRITORIALIDADE DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NO CONTEXTO DOS ESTUDOS DE CASO .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>122</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

Considerando a realidade contemporânea, é perceptível que a lógica de produção do espaço direcionada ao mercado gera nas cidades um ambiente de conflitos e contradições. As metrópoles expressam um conjunto de problemas, notadamente os de ordem fundiária, segregação sócio-espacial e no acesso à moradia. Florescem favelas, ocupações. Estas, geralmente consideradas pelo poder público como irregulares, alicerçadas por uma população que sente, na condição de moradores, a reverberação das contradições do sistema. Medidas tomadas pelo Estado, tal qual políticas públicas, não se mostram suficientes à população. A ação do Estado acaba por reforçar a exploração e as desigualdades por meio de ações de seus representantes, consistindo no reflexo de uma lógica de conflito de classes.

Se os sujeitos envolvidos no processo de produção do espaço urbano buscam por condições de vida mais igualitárias, faz-se necessário exercer o direito à cidade como lema operacional e ideal político. Considerando a vida cotidiana como um espaço de resistência e possibilidade transformadora, este trabalho tem como objetivo geral analisar as potencialidades e limitações de organizações populares e suas territorialidades como estratégia de ação direta, mobilização política e luta institucional frente a conflitos e contradições no espaço urbano de Curitiba/PR. Entende-se que pensar o presente e o futuro da metrópole passa por refletir o papel dos ativismos sociais, movimentos populares e resistências como agentes produtores do espaço urbano, principalmente no contexto brasileiro.

Parte-se da hipótese de que os conflitos e contradições no espaço urbano de Curitiba estão associados a produção capitalista do espaço. Somando-se a isso, a carência na efetividade de políticas por parte do Estado (que cumpre, por si só, papel decisivo no processo de produção do espaço, estando diretamente inserido na lógica de funcionamento capitalista) e o processo de metamorfose pelo qual passa a metrópole contemporânea. Tomando como ponto de partida os conflitos e contradições, avança-se para uma análise que considera a produção do espaço numa perspectiva dialética, superando-se a postura tecnicista ou parcelar dos planejadores e urbanistas, onde o crescimento urbano, populacional e a falta de planejamento são encarados como locus do problema urbano.

Pretende-se, quanto aos objetivos específicos, abordar: (1) a contextualização da produção do espaço em Curitiba através do discurso urbanista e suas contradições; (2) uma reflexão teórica referente ao conceito de território e a abordagem territorial, trazendo as organizações populares e suas territorialidades como possibilidade de organização política, ação direta e luta frente aos conflitos urbanos, e; (3) a realização de estudos de caso almejando o entendimento da complexidade, dinâmica, potencialidades e dificuldades de organizações populares e suas territorialidades. A este respeito, firmaremos a análise dos estudos de caso frente as organizações populares e suas territorialidades na questão dos ativismos sociais<sup>1</sup>, trabalhando a proposta em duas frentes: (a) na primeira, a discussão será realizada em torno do que tomaremos como ativismos sociais em geral, trazendo como estudo de caso as lutas que envolvem a Associação 23 de Agosto - localizada na região Sul de Curitiba, no bairro Ganchinho; (b) na segunda, a discussão abordará o que tomaremos como ativismos sociais no sentido estrito, trabalhando o caso da Ocupação Dona Cida - região Oeste de Curitiba, bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – e as relações de continuidade-descontinuidade em diferentes momentos do processo com movimentos de luta por moradia.

Nota-se que há demanda por trabalhos que busquem entender a produção do espaço utilizando-se da possibilidade das relações de poder no espaço urbano de Curitiba. Neste sentido, percorrendo o conceito de território, considera-se que tratar as territorialidades, como estratégia de ação política, oferece uma possibilidade de abordagem territorial, avaliando as condições existentes em cada território e compreendendo-as como elementos difusores de coerência, mobilização política e viabilização de ações frente a conflitos urbanos em caminho ao direito à cidade.

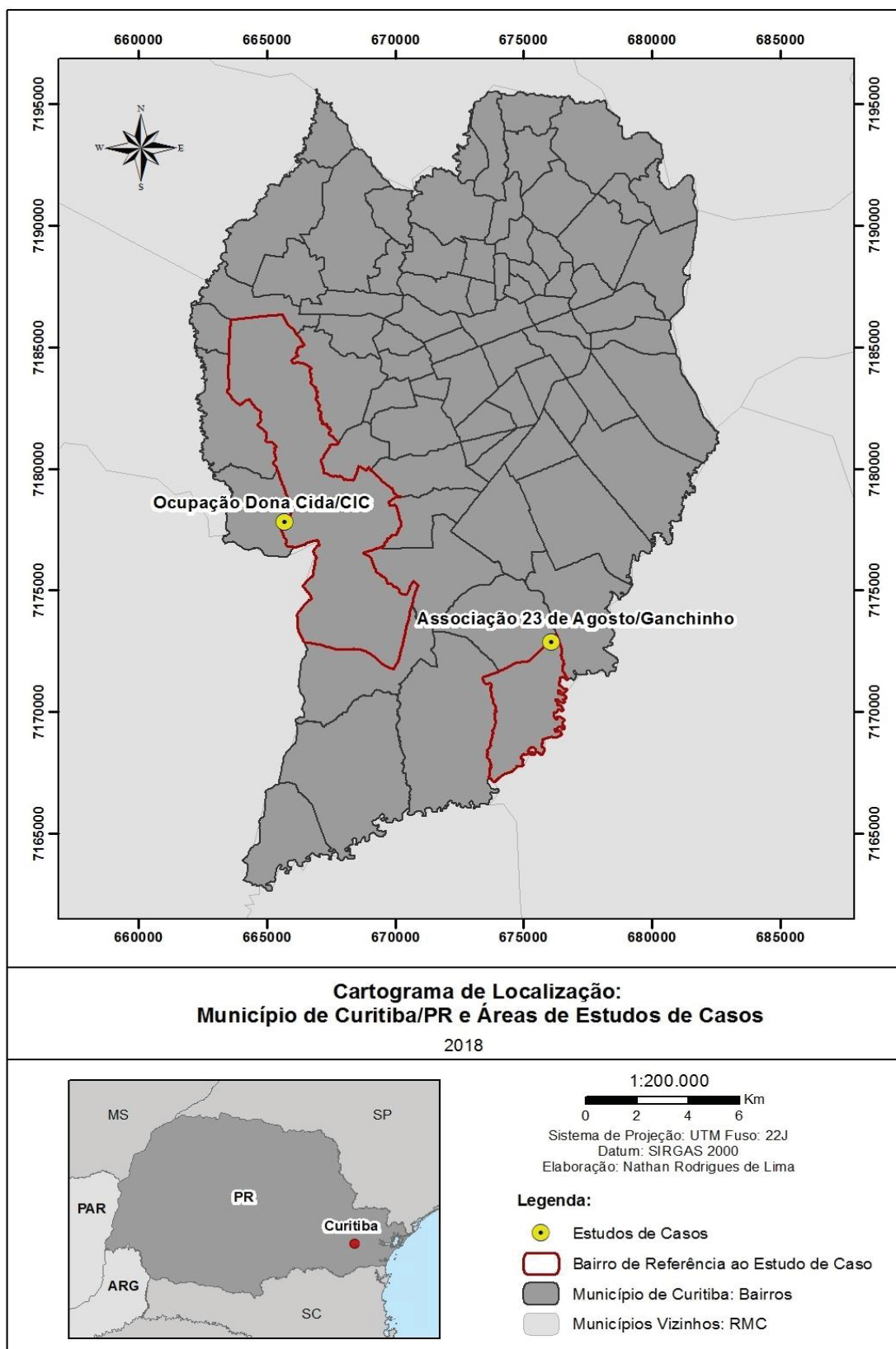
A cidade de Curitiba aparece no REGIC (Regiões de Influência das Cidades) como uma das 12 metrópoles do país, abaixo de São Paulo (Grande Metrópole Nacional), Rio de Janeiro e Brasília (Metrópoles Nacionais). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>2</sup>, a população estimada em 2018 era de 1.917.185 pessoas. A cidade assim como a localização dos estudos de caso realizados neste trabalho, estão representados na FIGURA 01.

---

<sup>1</sup> Discussão inspirada, principalmente, pelo trabalho de Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues na obra “Planejamento Urbano e Ativismos Sociais”, publicada em 2004.

<sup>2</sup> IBGE Cidades <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

FIGURA 01. Cartograma de Localização de Curitiba e Áreas de Estudos de Caso.



Elaboração: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

A dissertação está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 tem como objetivo abordar a contextualização da produção do espaço em Curitiba trazendo o discurso urbanista existente na cidade, suas contradições e conflitos. Este texto encontra-se estruturado em três subcapítulos. Primeiramente, discutem-se algumas questões preliminares, buscando esclarecer de onde parte o entendimento de produção do espaço assumido no trabalho e percorre-se elementos que envolvem a hipótese considerada no processo de pesquisa. Na sequência, trabalha-se com a discussão do chamado “mito da cidade modelo” em Curitiba, destacando as particularidades existentes no processo de produção do espaço na cidade, a participação chave de alguns agentes produtores do espaço urbano na consolidação deste projeto e como o discurso urbanístico, pela ação do *city marketing*, se sustenta e tira o foco das contradições do espaço urbano da capital.

Por fim, tratam-se, especificamente, dos conflitos e contradições que consideramos relevantes para um melhor entendimento da produção do espaço periférico curitibano, uma face que, para parte das pessoas, acaba invisibilizada.

No Capítulo 2, tem-se como objetivo realizar uma discussão no que diz respeito a concepções de território e territorialidade, destacando a possibilidade de uma abordagem territorial e apresentando as organizações populares e suas territorialidades como possibilidade de organização política, ação direta e luta frente aos conflitos urbanos. A estruturação do texto está organizada em três partes. Na primeira, busca-se uma aproximação entre espaço e território, enfatizando a importância da interação entre os conceitos e elaborando uma transição no debate. Na segunda parte, destacam-se concepções de território e territorialidade, assim como possibilidades e ressalvas de uso dos conceitos. Por fim, na última seção do capítulo, discute-se a possibilidade de uma proposta de abordagem territorial, para o entendimento de organizações populares e suas dinâmicas na produção do espaço.

O Capítulo 3 discute os sujeitos, contradições, lutas e resistências de organizações populares em Curitiba, com base em dois estudos de caso. Inicialmente, buscou-se mostrar o pano de fundo onde as lutas acontecem, ou seja, um enredo composto pelos ativismos e movimentos sociais na trama da luta pela moradia. Neste momento, discutem-se questões relativas ao déficit habitacional, crescimento de moradias em favelas e, de forma sucinta, a questão da moradia.

A questão da moradia apresenta grande relevância, sendo o ponto de partida de nossos estudos de caso: tanto a Associação 23 de Agosto, quanto a Ocupação Dona Cida, são parte de processos de ocupação de terra na luta pelo direito à moradia, ainda que tenham surgido em temporalidades distintas.

Os estudos de caso supracitados foram realizados com base em trabalhos de campo, registros fotográficos, diários de campo e na realização de entrevistas narrativas com lideranças atuantes em ambas as organizações populares. Entre os anos de 2018 e 2019, participou-se de diversos espaços para a realização de trabalhos de campo como atividades culturais, assembleias nas comunidades, audiências públicas, participações em eventos organizados pelos moradores e ações locais. Neste sentido, manteve-se contato com as assessorias, lideranças e grupos em redes sociais.

Para cada trabalho de campo realizado, elaborou-se, com base em anotações de observação, um diário de campo, sendo este um elemento de grande importância para a sustentação dos estudos de caso, tendo em vista que neste tipo de pesquisa, com diversos sujeitos e diferentes formas de percepção dos fenômenos, apenas a realização de entrevistas não seria suficiente para o entendimento da complexidade exigida pela presente abordagem. De forma complementar, foram feitos registros fotográficos durante os trabalhos de campo.

Realizaram-se quatro entrevistas narrativas – método de pesquisa qualitativo, considerado uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade e características específicas. Concederam relatos e participaram do processo de pesquisa duas lideranças atuantes em cada estudo de caso. As entrevistas foram transcritas, analisadas e discutidas, sendo apresentadas e discutidas no Capítulo III. Por fim, se faz um fechamento do conteúdo do capítulo, discutindo a territorialidade das organizações populares, suas potencialidades, limitações e comparando as lutas da Associação 23 de Agosto e da comunidade Dona Cida.

Finalmente, nas considerações finais, buscou-se discutir o processo de pesquisa como um todo, trabalhando a hipótese, os objetivos e como estes elementos dialogaram com o conteúdo dos capítulos. Realizou-se, ainda, apontamentos resultantes dos debates gerados no trabalho. Assim, ressaltou-se a complexidade, os desafios e possibilidades de caminho frente a temática abordada.

## CAPÍTULO 1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES SOB O VÉU DA CIDADE MODELO

*Apenas a razão dialética pode dominar (pelo racionalismo, pela prática) processos múltiplos e paradoxalmente contraditórios. Como pôr ordem nessa confusão caótica? É assim que o racionalismo de organização coloca seu problema. Essa desordem não é normal. Como instituí-la a título de norma e de normalidade? É inconcebível. Essa desordem é malsã. O médico da sociedade moderna se vê como um médico do espaço social doente (LEFEBVRE, 2001, p. 30).*

### 1.1. INTRODUÇÃO

Em *O Direito à Cidade* (2001), assim como em outras importantes obras, como *A Revolução Urbana* (2002), por exemplo, Henri Lefebvre volta a atenção para a abordagem realizada frente ao espaço urbano pelos chamados “médicos do espaço”, crítica direta aos profissionais - em especial aos urbanistas - que partem do ponto de vista de um racionalismo tecnicista. Ao discutir diferentes tipos de urbanismo, o autor desenvolve um importante raciocínio frente a transformação do urbanismo em valor de troca; o valor de troca é colocado a frente do valor de uso.

Na perspectiva de Lefebvre (2001, p. 32-33), o urbanismo, além da possibilidade de programar uma cotidianidade promotora de satisfações colocando em ato a sociedade burocrática de consumo dirigido, pode edificar centros de decisão, concentrando os meios de poder. Assim, ao redor desses centros “[...] se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas”. Exploração como produtores, consumidores de produtos, consumidores de espaço.

Assume-se, aqui, grande importância do ponto de vista do autor supracitado para a leitura que se pretende realizar sobre o espaço urbano de Curitiba. Ressaltamos estas observações levando em consideração a forma como implantou-se o urbanismo na capital paranaense e em como a ideia de criação de uma “cidade modelo” em planejamento urbano tornou-se alicerce de um *city marketing* e de um discurso que parece engendrado na população residente na capital.



Assim sendo, este capítulo tem o objetivo de abordar a contextualização da produção do espaço em Curitiba através do discurso urbanista, suas contradições e conflitos. Para tanto, o texto estrutura-se em três segmentos. Inicialmente, discutem-se algumas notas preliminares, com o intuito de sinalizar de onde parte o entendimento de produção do espaço assumido neste trabalho.

Além de percorrer elementos que envolvem a hipótese de pesquisa, principalmente no que diz respeito a produção capitalista do espaço e ao processo de metropolização do espaço, são exploradas, de forma breve, noções como a importância dos níveis de realidade na análise da produção do espaço urbano, o papel do Estado na produção do espaço e a crítica a chamada “ilusão urbanística”, questões fundamentais ao problematizarmos o espaço urbano de Curitiba.

Num segundo momento busca-se elucidar como se deu a criação do que muitos chamam de “mito da cidade modelo”. Em âmbito nacional - e, guardadas as devidas proporções do discurso, até mesmo em âmbito internacional – a cidade é reconhecida por diversos jargões, tal qual Cidade Modelo, Capital Ecológica, Capital de Primeiro Mundo, Cidade Sorriso, Laboratório de Experiências Urbanísticas.

Buscaremos entender, tendo como norte a obra de Dennison de Oliveira (2000) somada de outros artigos, como e em que contexto o urbanismo foi implantado em Curitiba e os fatores que facilitaram a implementação deste projeto, na contramão da realidade referente ao planejamento urbano no contexto nacional. Ainda, destaca-se a participação chave de alguns agentes produtores do espaço urbano na consolidação desse projeto e como o discurso urbanístico, através do *city marketing*, se sustenta e tira o foco das contradições existentes, em coetaneidade, na produção do espaço na capital paranaense.

Por fim, a última parte deste capítulo trata especificamente de contradições que consideramos relevantes a um melhor entendimento da realidade da produção do espaço urbano de Curitiba. Além de explicitar e problematizar dados socioeconômicos, gráficos e produtos cartográficos disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), tem-se como foco demonstrar que Curitiba, mesmo com a força do discurso de “cidade modelo”, possui, como qualquer metrópole brasileira contemporânea, fortes conflitos no que diz respeito a segregação; há uma população pobre, uma vasta periferia e muitas áreas de favela, na contramão do desejo do *status quo* curitibano.



## 1.2. DE ONDE PARTIMOS?

Encontramo-nos num contexto de produção capitalista do espaço onde deve-se superar a ideia de que as contradições e conflitos existentes estão ligados somente ao crescimento urbano e populacional ou, a uma suposta ausência de planejamento. Acredita-se na necessidade e importância de se elucidar os passos iniciais a partir dos quais a problemática a ser abordada na pesquisa tomará corpo.

Neste sentido, e como colocado anteriormente, parte-se da hipótese de que as contradições e conflitos urbanos na metrópole de Curitiba estão associados ao uso corporativo do território – a **produção capitalista do espaço**. Somado a isso, pontuamos também o intenso processo de metropolização do espaço e a carência na efetividade de políticas públicas por parte do Estado, que cumpre, também, papel decisivo no processo de produção do espaço urbano por estar inserido diretamente na lógica capitalista de produção e reprodução do espaço.

De forma sintética, temos que o processo de produção do espaço é anterior ao modo capitalista de produção, estando relacionado a história da relação do ser humano com a natureza e como este criou condições de transformá-la. Todavia, ao estar inserido na lógica de produção capitalista, que transforma todo produto dessa relação em mercadoria, a propriedade privada reorienta e reorganiza o uso do lugar. Trazendo o debate de uma Geografia da Acumulação Capitalista, Harvey (2005) coloca que, em momentos de crise, o capital busca pela racionalização e renovação do processo de acumulação, onde a organização espacial e a expansão geográfica aparecem condições necessárias para a manutenção da acumulação.

Em Harvey (2005, p. 42), com base no pensamento de Marx, vemos que no capitalismo o crescimento econômico é um processo de contradições internas, onde o crescimento com equilíbrio é considerado praticamente acidental frente a dinâmica espontânea e caótica de produção de mercadoria num capitalismo competitivo. Assim, a análise de Marx “[...] o levou à percepção de que há diversas possibilidades de ocorrência de crises, assim como à percepção de certas tendências inerentes ao capitalismo que produzem graves tensões no processo de acumulação”. Com base nos fatores dos quais a acumulação é dependente, o raciocínio converge para a ideia de que o sistema tende a produzir barreiras para o próprio desenvolvimento.

Nesta lógica, considerando que em momentos de crise buscar-se-á condições apropriadas para a renovação da acumulação e a importância na relação entre a intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas com a expansão geográfica, é que Harvey (2005, p. 46) dá ênfase a organização espacial e a expansão geográfica como condições necessárias para o desenvolvimento do processo de acumulação, onde “[...] quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital”.

Na perspectiva de Carlos (2011a, p.74), “[...] o capitalismo realiza concretamente o que trazia, em si, como virtualidade: sua expansão por todo o planeta como condição para sua reprodução continuada. [...] Nos deparamos com a produção de um espaço mundial e uma sociedade urbana como realização mundial”. Sob a ótica da autora, o acesso ao espaço na cidade aparece preso ao mercado, onde a propriedade privada significa **divisão e parcelamento**, evidenciando uma hierarquização dos lugares e pessoas como forma de **segregação**. Neste sentido, faz-se necessária uma interpretação que contemple a produção do espaço no contexto da reprodução da sociedade capitalista global. Contudo, a autora agrega um ponto importante à discussão de Harvey (2005). Para Carlos (2011b, p. 70),

Harvey considera que a reprodução exigiria a extensão dos limites espaciais, o que contribuiria para construir uma nova teoria para o imperialismo, criando a teoria do ‘ajuste espacial’ para suprir as necessidades da acumulação. Penso que, antes de analisar a crise da acumulação, tal qual faz o autor, se torna importante considerar a natureza dos produtos produzidos pelo capital, que se colocam como condição de sua reprodução – refiro-me, aqui, por exemplo, à produção da natureza como mercadoria que, na cidade, pode ser exemplificada pelas estratégias de venda dos condomínios fechados.

Por este ângulo, a autora discute o fato de que o processo de reprodução do espaço requer explicações em várias **escalas espaciais**. Assim, continua Carlos (2011b, p. 70), “[...] a análise do processo de produção do espaço urbano requer, portanto, a justaposição de vários níveis de realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade”. Partindo de um ponto de vista no qual o espaço é abordado como **movimento e processo**, Carlos (2011a, p. 74-78) destaca que este mesmo espaço, como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, possibilita o entendimento dos níveis de realidade e das escalas, fornecendo discernimento de tensões que reverberam em **conflitos** na vida cotidiana.

A autora apresenta três níveis de realidade acompanhados de suas características, sendo eles os níveis (a) **econômico**, (b) **político** e (c) **social**. No **nível econômico**, partimos das demandas de reprodução do capital. Sendo assim, como condição, o espaço aparece como estrutura, concentração, mercado de trabalho e de matéria-prima. Como meio, é reduzido à circulação, articulando a realização do ciclo produção-distribuição-circulação-troca-consumo; a circulação aparece como movimento que permite a reprodução. Como produto, temos o espaço como necessidade de realização de lucro e como capital fixo, reunindo elementos que proporcionam a continuidade da produção. Assim, “[...] a cidade – como forma da produção do espaço e produto específico – se realiza como condição geral da produção, o que interpõe uma determinada configuração morfológica que aparece como justaposição de unidades produtivas formando uma cadeia interligada” (CARLOS, 2011a, p.75). Nesta lógica, estão promotores imobiliários, estratégias do sistema financeiro e da gestão política - numa relação hora conflituosa, hora confluyente, tornando o espaço produzido em **valor de troca**, em **mercadoria**.

Sobre o **nível político**, como condição, faz-se necessária a existência do território como ação do Estado. À luz de Lefebvre (2002, p. 78), sabe-se que “[...] o poder político dispõe de instrumentos (ideológicos e científicos). Ele tem capacidade de ação, podendo modificar a distribuição dos recursos, dos rendimentos, do ‘valor’ criado pelo trabalho produtivo”. O Estado orienta e assegura a reprodução das relações sociais e de produção enquanto instrumento político organizado.

Como meio, segundo Carlos (2011a, p. 76), o espaço é “[...] um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação [...], centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como ato de planejar”. Como produto, aparece o espaço estratégico, construído pelo espaço da norma e da vigilância. Ao discutir uma interpretação do que Marx chamava de “mundo invertido”, Lefebvre (2002, p. 97), coloca que “[...] o Estado, que deveria servir ao conjunto da sociedade e nela difundir sua capacidade de organização e sua racionalidade, acaba provocando precisamente o contrário: ele reforça a exploração do conjunto da sociedade”. A intervenção estatal acaba, assim, por **intensificar desigualdades** como decorrência de seu planejamento e da orientação orçamentária realizada.

Por fim, Carlos (2011a, p.77) discorre sobre o **nível social**, descrevendo-o como o mais importante com a justificativa de que, neste nível, os dois níveis anteriores ganham visibilidade e realizam-se dialeticamente. Aqui, coloca-se o foco sobre as relações sociais enquanto apropriação do espaço para reprodução da vida em todas as dimensões. Revela-se o plano do **cotidiano**, numa relação dialética entre o uso e a **imposição do espaço como valor de troca**. Este nível se refere também aos modos de apropriação que criam a identidade a partir do **habitar** como construção e sustentação da memória, através da mediação do outro.

De acordo com Carlos (2011a, p.78), “[...] o espaço produzido pela lógica da reprodução capitalista se torna fragmentado [...] revelando que as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe, e entra em contradição com o uso”. Como condição, o espaço aparece como o espaço da materialização das relações sociais, como prática e suporte. Como meio, efetiva-se em circulação, fluidez. Enquanto produto, o espaço aparece como valor de uso. Neste ponto, contraria-se a lógica imposta pelo capital, no sentido de que no plano do cotidiano demanda-se também a produção de espaços improdutivos.

Para Carvalho (2012, p. 14), a vida cotidiana é percebida e apresentada de diversas maneiras em suas múltiplas cores e fâcies, um espaço do banal, da rotina, do espaço privado de cada indivíduo, mas também um **espaço de resistência** e possibilidade transformadora. Estes e outros fatores fazem com que tanto o Estado, quanto as forças produtivas capitalistas tenham a intensão de programar e controlar a vida cotidiana para explorá-la da melhor maneira possível, temática explorada com ênfase em Lefebvre (1992)<sup>3</sup>. A partir da coexistência destes três níveis, entendem-se, dialeticamente, três características fundamentais deste espaço produzido: a **homogeneidade**, ligada a condição do espaço como mercadoria; a **fragmentação**, em decorrência da propriedade privada do solo urbano somada da ação dos promotores imobiliários, e; a **hierarquização**, pela diferenciação dos lugares integrados e desintegrados da reprodução do capital. Assim, “[...] o processo de reprodução do capital, a partir dos anos 80, realiza-se produzindo um novo espaço, o que significa dizer que o capital só pode se realizar através de uma nova estratégia que faz do espaço um elemento produtivo” (CARLOS, 2011a, p.80).

---

<sup>3</sup> LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1992 [1968].

Por meio do discurso arquitetônico, as formas urbanas pretendem reproduzir a modernidade. Todavia, o que se vê no plano do real é uma sociedade segregada e desigual, apesar das políticas públicas urbanas propostas pelo Estado na tentativa de equilibrar essas desigualdades – ou como estratégia para mantê-las, como abordado anteriormente. Para Lefebvre (2008), as contradições do espaço advêm do conteúdo prático e social; do conteúdo capitalista. Segundo o autor, no plano institucional, “[...] percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro pela propriedade privada do solo. [...] Em segundo, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado” (LEFEBVRE, 2008, p. 57). Essas contradições, completa, aparecem entre os planos gerais de ordenamento e projetos parciais de mercadores do espaço.

O urbanismo, atividade que pretende submeter o processo de urbanização e a prática urbana a sua ordem, pode ser construído a partir de diversas linhas, dentre as quais, como visto em Lefebvre (2002, p. 139): o urbanismo dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e o dos tecnocratas. Os humanistas propõem utopias abstratas; os promotores vendem o urbanismo; os últimos dividem-se entre representação e vontade, instituições e ideologias. O urbanismo estatista, que se denomina unitário e de organização coerente, acaba por não possuir esse caráter; nas palavras de Lefebvre, tem-se o “caos sob uma ordem imposta”. Ao pretender substituir a prática urbana, o urbanismo acaba por ignorar a complexidade do fenômeno, substituindo a práxis por representações pré-formuladas do espaço. Como discorre o autor, “[...] eles não percebem, em primeiro lugar, que todo espaço é produto, e, em seguida que esse produto não resulta do pensamento conceitual, o qual não é, imediatamente, força produtiva” (LEFEBVRE, 2002, p. 141- 142).

Trazendo novamente a discussão referente à produção global e total do espaço-mercadoria como válvula de escape ao esgotamento do modo de produção capitalista, tem-se que o urbanismo tende a encobrir essa operação; ocultando-a sob uma aparência positiva e tecnológica. O habitante é reduzido à função de comprador de espaço, um espaço como lugar de funções: de formar, de realizar, de distribuir a mais-valia global. Como redutora da prática urbana - do habitar e da realidade urbana, a ideologia urbanística conclui sistematicamente, como se a problemática urbana pudesse ser solucionada por uma teoria total e aplicável, quando, na realidade, reforça a fragmentação e encerra uma estratégia de classe.

Desse modo, argumenta Lefebvre (2002, p. 147),

O urbanismo implica uma crítica radical. O que ele mascara? A situação. O que encobre? Operações. O que bloqueia? Um horizonte, uma via, a do conhecimento e da prática urbanas. Ele acompanha um declínio, o da Cidade espontânea e da Cidade histórica. Ele implica a intervenção de um poder mais que a de um conhecimento. Se alcança uma coerência e impõe uma lógica, trata-se da coerência e da lógica do Estado, ou seja, do vazio.

A crítica a ilusão urbanística, nos termos de Lefebvre, abre caminhos para a prática urbana. Partimos do ponto de vista do habitante, e não apenas de um ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo. Para o autor, a ilusão urbanística aparece como atributo e utopia estatista; veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa, onde o espaço é objeto e objetivo. De acordo com Lefebvre (2002), o urbanismo é uma superestrutura da **sociedade burocrática de consumo dirigido**, programando o consumo do espaço e do habitat. É preciso distingui-lo, enquanto superestrutura, da prática, das relações sociais, da sociedade.

Colocadas as críticas, faz-se necessário termos em mente que **o espaço é político** e que sempre foi; político e estratégico. Segundo Lefebvre (2008, p. 62), “o espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. [...] Esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, [...] é um produto social”. Isso quer dizer que a produção do espaço, dada sua complexidade, não pode ser abordada e nem comparada à produção de um objeto ou de uma mercadoria qualquer.

Outro ponto importante a ser salientado diz respeito ao momento de produção do espaço urbano em que vivemos. Este, expressa uma transição em curso, um novo processo, diferente de qualquer outro momento histórico. As transformações são inquestionáveis e percebidas de diversas formas por diferentes autores, de modo que muitas denominações buscam identificar essa mudança socioespacial, expressando uma verdadeira metamorfose. Há uma mudança na **estrutura**, na **forma** e na **função** da metrópole contemporânea, alterando as relações sociais e o espaço. O processo dominante é o de **metropolização do espaço**, ou seja, um momento histórico posterior ao da urbanização. Todavia, não significa o fim de características como a migração campo-cidade, o crescimento da urbanização e o aumento do número de cidades; a transição metropolitana mostra-se hegemônica, mas o espaço é caracterizado também por suas **multitemporalidades**.

O processo de metropolização do espaço, para Lencioni (2011, p.51), possui oito características, sendo elas: (a) seu núcleo é a urbanização, não somente a transição do rural para o urbano; (b) forma uma região de grande escala territorial de limites dinâmicos e difusos; (c) essa região expressa ao mesmo tempo fragmentação territorial e segregação espacial ao lado de espaços com características homogêneas; (d) há neste processo uma redefinição das antigas hierarquias entre cidades da região e da rede de relações entre elas; (e) grande número de cidades conurbadas com poli nucleação e intensa rede de fluxos; (f) redução do crescimento demográfico da cidade central e crescimento demográfico e de ambiente construído dos outros municípios; (g) redefinição da integração entre as pequenas cidades e espaços poli nucleados, e, por fim; (h) a grande intensidade dos movimentos pendulares entre as cidades da região.

Ao abordar a transição metropolitana, Lencioni (2011) aponta duas tríades lefebvrianas como referências analíticas do processo: a tríade de análise da estrutura, forma e função e a tríade do espaço homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Na perspectiva da autora, no que diz respeito à primeira tríade, as estruturas não são fixas nem estáveis, estão em constante movimento de estruturação-desestruturação-reestruturação. Ainda, a abordagem da estrutura deve sempre vir acompanhada da análise dos elementos de forma e função, tendo em vista que “[...] as diversas temporalidades de um espaço não constituem momentos separados. Devem ser analisadas nas contradições que engendram e nas tensões que se fazem presentes na coexistência deles” (LENCIONI, 2011, p. 54). Neste sentido, os elementos devem ser analisados em sua **totalidade**. Dentre os aspectos que devem ser destacados, aparece o fato de que a forma que a metrópole assume ao expandir sua região é de grande valia para o processo de acumulação, visto que o crescimento vem acompanhado da possibilidade de oferecer sobrevivência às relações capitalistas através das **especulações do mercado imobiliário**.

No que diz respeito à segunda tríade de Lefebvre, Lencioni (2011) discute a homogeneização no sentido de que, guardadas as proporções e especificidades históricas, muitas metrópoles são semelhantes. Apesar desta homogeneidade, há uma fragmentação do espaço, refletida pela **segregação espacial**. A homogeneização vem acompanhada de um movimento contrário, o de diferenciação. O espaço na metrópole mostra-se hierarquizado, expressando a ideia



de ordem e subordinação, sendo a espacialização do poder, da economia e da política. Em conformidade com a autora, “[...] a metrópole contemporânea, essa de tantos nomes, é a expressão máxima da constituição de um espaço ao mesmo tempo homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Sua unidade tem na constituição de redes, a garantia de sua integração” (LENCIONI, 2011, p. 59).

É neste contexto que a metrópole, que em dado momento da história já foi estratégica para planos e políticas de governo - no que diz respeito à realidade brasileira, numa fase de projeto nacional desenvolvimentista - se apresenta como **virtualidade de sobrevida ao capitalismo**. Nas palavras de Lencioni (2008, p. 45), “[...] no final dos anos 70 estava claro que se havia superestimado a capacidade de atuação do Estado e, ao mesmo tempo, se subestimado a ação de agentes situados fora do controle estatal”. Com o adensamento da crise econômica nos anos 80, reverbera uma redução nos investimentos, abrindo-se espaço para que o capital oriente de maneira hegemônica o desenvolvimento urbano e regional; “uma nova realidade se apresenta. [...] um mundo neoliberal onde os processos de globalização alteram profundamente as atividades produtivas, as relações entre os lugares e a vida cotidiana e, em especial o Estado” (LENCIONI, 2008, p. 46). O século XX se encerra com a maioria da população vivendo nas cidades e com problemas urbanos graves. De um paradigma guiado, anteriormente, pela cidade vista como polo de desenvolvimento e de um planejamento tecnocrático, chega-se ao paradigma da cidade vista como produto social na lógica de reprodução do capital.

Lencioni (2008) aponta que o aspecto mais significativo das transformações metropolitanas diz respeito às alterações imobiliárias, e, dá destaque ao que foi colocado por Lefebvre 30 anos antes, mostrando a importância do setor que controla o mercado de terras e constrói a cidade, sustentando que a urbanização substituiria a industrialização enquanto motor de expansão do capitalismo. O processo de metropolização também agravou a segregação espacial, e, à luz da autora, “[...] a segregação social e espacial própria da metrópole contemporânea é muito mais acentuada do que na metrópole vinculada ao processo de industrialização e urbanização anterior” (LENCIONI, 2008, p. 51). Em síntese, a metamorfose do processo urbano, a metropolização do espaço, está ligada à **reestruturação produtiva**. Esta, por sua vez, faz da metrópole **instrumento** de reprodução do capital, justificado pela relação entre capital imobiliário e capital financeiro.



Os efeitos da globalização, com base em Soja (2010, p. 214), estão mais concentrados e são mais visíveis nos principais centros urbanos do mundo, e, o mundo todo sofre, em algum grau, como nunca o impacto de uma determinada forma avançada de urbanização. Para Seabra (2004, p. 194 - 195)

É próprio do espaço urbano que nele se acumulem tempos sociais e históricos, que resulte numa aparência de caos, que seja ponto focal de estratégias de valorização, e que as políticas destinadas à gestão estejam frequentemente perpassadas de muitos e diversos interesses privados. A produção do urbano e a forma material que resume todo o processo do urbano mesmo apresenta-se como um campo imenso de interrogações.

A transição metropolitana tem mostrado capacidade de enfrentar as contradições do capital, de forma a criar sobrevida à reprodução do mesmo. Questiona-se o fato de a transição metropolitana ser uma “contrarrevolução” e se a “revolução urbana” ainda pode ser considerada uma possibilidade frente a esse quadro de uma metamorfose metropolitana. Contudo, Lencioni (2011, p. 60) coloca em discussão o fato de que “[...] os impasses não são apenas erros ou frustrações, eles são também a expressão dos limites e potencialidades da consciência e do possível, um passo importante para formular estratégias e orientar a luta”. Nesta conjuntura, faz-se necessário refletir à ideia de **direito à cidade**.

Por fim, Carlos (2011b, p. 68) aponta que a extensão do modo de produção capitalista “[...] realizou a generalização do espaço como propriedade privada, criando a contradição entre o espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido enquanto valor de troca”. Essa fragmentação esfacela a cidade e limita seu acesso. Conforme Carlos (2013, p. 105), a segregação está na essência do conflito na metrópole contemporânea. Esta segregação, continua a autora, desvenda a propriedade como fonte de riqueza “[...] numa sociedade apoiada num conjunto de relações sociais, as quais, [...] têm na propriedade de terra uma base sólida e uma orientação social e política que freia firmemente as possibilidades de transformação social profundas da sociedade”. Considera-se o **direito à cidade** como necessidade prática de superação da contradição entre o valor de uso e o valor de troca, e, as lutas provenientes do cotidiano pela apropriação do espaço na metrópole questionam este modelo de produção do espaço.

### 1.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O MITO DA CIDADE MODELO

Os esclarecimentos pautados anteriormente fazem-se relevantes ao nos debruçarmos sobre a ação do urbanismo no município de Curitiba. Contribuem no sentido do entendimento dos bastidores da trama na qual o discurso do planejamento foi implementado na capital paranaense e a forma como foi utilizado para a sustentação de um projeto político, assim como no entendimento de como trabalharam os agentes produtores do espaço urbano neste cenário. Salienta-se a questão municipal no início deste texto, justificada pela existência de um enorme contraste entre os índices socioeconômicos de Curitiba como município núcleo em comparação aos demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), debate explorado com ênfase pelos trabalhos da geógrafa Rosa Moura<sup>4</sup>.

Ainda que muitos trabalhos tenham sido realizados desde a década de 1970 explorando questões do planejamento e do urbanismo em Curitiba<sup>5</sup>, entre trabalhos técnicos, dissertações e teses, tomaremos como fio condutor para esta discussão a obra de Oliveira (2000). *Cidade Modelo, Capital Ecológica, Capital de Primeiro Mundo, Cidade Sorriso, Laboratório de Experiências Urbanísticas*. Estas são algumas das alcunhas pelas quais Curitiba é associada ou reconhecida nacional e até mesmo internacionalmente. A cidade conseguiu projeção, ao menos no que diz respeito a imagem de seu urbanismo, como exemplo positivo de planejamento urbano para todo o país, aspecto que foi explorado há décadas (e ainda é) pelo *city marketing*<sup>6</sup>. Entre fatores positivos e negativos, buscaremos entender, de uma postura crítica, a construção deste discurso e suas contradições.

---

<sup>4</sup> Pesquisadora aposentada do IPARDES, referência em questões metropolitanas no Paraná.

<sup>5</sup> Na obra “Curitiba e o Mito da Cidade Modelo” (2000), Dennison de Oliveira, logo em suas primeiras páginas, dá destaque a diversos trabalhos elaborados sobre a temática, dentre os quais podemos citar GARCIA, F. S. *Curitiba, imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica*. Dissertação (Mestrado). IPPUR, UFRJ. Rio de Janeiro, 1993. De forma a atualizar este debate iniciado em 2000, destacamos também: ALBUQUERQUE, A. F. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”*. Dissertação (Mestrado). FAU, USP. São Paulo: USP, 2007; e, STROHER, L. E. M. *A metrópole e o planejamento urbano: revisando o mito da Curitiba modelo*. Dissertação (Mestrado). FAU, USP. São Paulo: USP, 2014.

<sup>6</sup> SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH, USP. São Paulo: USP, 2001.

É importante também estabelecer, como bem considerou Souza (2013, p.16), que, tratando-se de um balanço crítico do urbanismo para a cidade,

A lição de Curitiba não é, seguramente, a de que, nessa cidade, o *city marketing* vazio é tudo e os aspectos positivos são simplesmente fabricados, como alguns críticos reducionistas ou afoitos sugerem ou induzem a pensar. A grande lição é de que, mesmo diante de uma sinergia favorável, fruto de acidentes históricos e capacidade administrativa, a heteronomia impede a ultrapassagem de um determinado limiar, enquanto contexto, se é benéfico para algumas coisas [...] em outros [...] se encarrega de estabelecer uma pressão que desemboca em pobreza, favelização.

Neste sentido, quais processos desenrolaram-se na capital paranaense para a criação das supracitadas nomenclaturas que não se repetiram em outras capitais do país? Em sua obra, Oliveira (2000, p. 9-11) inicia este debate expressando, com base em arquivos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), artigos, documentos, notícias e relatórios, alguns eventos chave, “cenas curitibanas” nos termos do autor, que foram, de certa forma, ações que deram origem ao uso de algumas dessas alcunhas exploradas pelo *city marketing*.

Um dos atos apontados, pelo autor, diz respeito ao ano de 1974, quando o Instituto dos Arquitetos do Brasil elegeu a administração de Jaime Lerner (na época prefeito em cargo biônico de Curitiba) a melhor do país. No mesmo ano, o Ministério do Interior solicitaria ao Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ) um estudo referente a implantação do projeto urbanístico na capital. Neste momento, Curitiba é legitimada como modelo para outras cidades.

Outra cena importante ocorre no ano de 1988, quando Jaime Lerner é eleito novamente, dessa vez por voto direto, prefeito de Curitiba. Alguns dos slogans utilizados por esta gestão foram os de “Capital Ecológica” e “Capital de Primeiro Mundo”, discurso que tinha alicerce em programas e políticas de gerenciamento de resíduos sólidos. Em 1990, Curitiba recebeu o chamado “Oscar do Meio Ambiente” durante o Congresso Mundial de Autoridades Locais para um Futuro Sustentável, legitimando, novamente, o discurso da gestão. No mesmo ano, a cidade receberia outro prêmio. Dessa vez, a ação premiada tinha relação com o transporte público, cujo sistema integrado daria prioridade ao transporte coletivo. O prêmio, intitulado *Award for Achievement in Global Energetic Efficiency* foi entregue pelo *International Institute of Energy Conservation*. Em ambas as cenas temos em comum o envolvimento do arquiteto e ex-prefeito da cidade, Jaime Lerner.

Os anos entre as décadas de 1970 e 1990 fazem parte de um período fundamental da implantação do projeto urbanista na capital paranaense. Este processo aparece indissociável da imagem e do projeto político-partidário que envolvia Jaime Lerner (prefeito de Curitiba durante três mandatos – dos quais, dois em cargo biônico - e governador do Estado do Paraná durante mais dois mandatos), assim como do ambiente institucional no qual as medidas foram concretizadas.

É evidente que uma leitura mais apurada da realidade da produção do espaço em Curitiba torna visível contradições e conflitos incompatíveis com a expectativa criada sobre a cidade. De acordo com Oliveira (2000, p. 14), “[...] não se pode deixar de notar que as representações oficiais da cidade são extraordinariamente parciais, enfocando em demasia alguns aspectos, desconsiderando outros e praticamente ignorando as manifestações que contradigam a positividade do cenário”. O autor busca em seu raciocínio pontuar o fato de que se a imagem vendida da cidade não fizesse menção a certos aspectos da realidade, dificilmente conseguiria se sustentar. Entretanto, a postura tomada pelas representações de poder acaba por ocultar aspectos importantes para a compreensão das especificidades de Curitiba.

No que diz respeito a este “misticismo” criado ao redor de algumas cidades, como no caso do recorte espacial em questão, Fernanda Sánchez contribui diretamente para nossa reflexão. Para a autora, essas “cidades modelo” são construídas pela ação combinada de atores hegemônicos, governos locais, agências multilaterais e redes mundiais de cidades. Sánchez (2001, p. 31) considera que quando abordadas isoladamente, as imagens das chamadas “cidades-modelo”

Parecem, para o senso comum, apresentar o dito estatuto de ‘modelos’ como resultado apenas do desempenho dos governos das cidades que, através de ‘boas práticas’, conseguiam destacar-se na ação urbanística, ambiental ou nas práticas de gestão das cidades. Essa aparência constrói a representação do processo de transformação de determinados projetos de cidade em ‘modelos’, como processo que se dá de dentro para fora, como se fosse construído apenas e essencialmente a partir da ação local dos governos e cidadãos e, posteriormente, descoberto por agentes externos.

Ainda na perspectiva da autora, as relações de poder entre os atores que direcionam as escolhas econômicas e espaciais, somam-se relações de força propriamente simbólicas, com capacidade de construir e difundir discursos e imagens fortes, ou seja, o espaço toma forma também por suas **representações**, justificando a importância que adquiriu o *city marketing* como instrumento político.

O urbanismo no Brasil, no que diz respeito as primeiras tentativas de aplicação de projetos urbanistas no país, teve dificuldades de continuidade por fatores como a **falta de coordenação** entre as agências responsáveis e pela **fragmentação** existente entre programas do governo em nível federal. Segundo Oliveira (2000, p. 25), “[...] a criação das regiões metropolitanas no início da década de 70 trazia dentro de si a promessa de superação desses impasses pela coordenação das atividades de diversas agências relacionadas com problemas urbanos. Mas tal não aconteceu”. Uma das principais contradições diz respeito a estruturação desses órgãos de coordenação, onde os de coordenação metropolitana apareciam como órgãos estaduais, não prevendo articulação com o poder federal.

Da mesma forma, existiam problemas entre esses órgãos e a autonomia legislativa dos municípios, onde apresentavam-se diferenças de legislação de município para município de uma mesma Região Metropolitana, apenas para ilustrar alguns problemas. Neste contexto, explica Oliveira (2000, p. 30),

Restava, portanto, contar apenas e tão-somente com as forças e tendências locais, na instauração de um processo de planejamento urbano. Dessa forma, não chega a ser surpreendente que os êxitos no campo do planejamento urbano tenham sido muito pouco numerosos e, mais ainda, bastante discutíveis. A despeito do volume de recursos canalizados para áreas como saneamento e habitação, poucas foram as ocasiões em que estes recursos foram empregados de maneira consistente e coordenada.

Assim, considerando a relevância do jogo político e da geometria do poder de específicos agentes produtores do espaço urbano<sup>7</sup> em escala local para a confirmação dos projetos urbanísticos no Brasil, começa-se a realizar conexões de ideias sobre como o planejamento em Curitiba se concretizou como exceção no contexto brasileiro, como uma cidade onde a aplicação do projeto obteve “êxito”.

Além de pensar no papel dos urbanistas e do Estado, deve-se considerar o papel dos empresários. Investimentos realizados em infraestrutura, legislações ambiental e de uso do solo, assim como de zoneamento, afetam diretamente dois setores significativos do empresariado: os da construção civil e o dos especuladores imobiliários. A convivência entre o planejamento e esses setores do capitalismo, segundo Oliveira (2000), vem desde o surgimento do urbanismo, onde este não só não alterou o modo de produção capitalista, como contribuiu para sua vitalidade.

---

<sup>7</sup> CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. Editora Ática, São Paulo, 2002.

Nesta lógica, de acordo com Oliveira (2000, p. 34), como resultado dessa associação entre o planejamento urbano e o modo de produção capitalista,

Ao permitir que o crescimento das cidades se desse de forma racional, organizando fórmulas coerentes de uso do solo, impedindo a ocorrência de epidemias, congestionamentos de tráfego insolúveis, saturação dos centros urbanos, etc., o urbanismo acabou permitindo ao modo de produção capitalista evitar alguns dos seus piores excessos. Mais ainda, particularmente em tempos recentes, o planejamento urbano parece firmemente engajado em atividades que podem ser consideradas não apenas de interesse para o incremento da acumulação privada de capital, mas, no limite, para a própria viabilização desta.

O surgimento do **Plano Diretor** de Curitiba tem origens em **1965** – embora anteriormente já houvesse discussões. Todavia, no que diz respeito a implantação, deu-se principalmente entre 1971 e 1983. O período citado diz respeito a administração de dois prefeitos, na época vinculados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que carregavam os mesmos princípios de implantação do plano: Jaime Lerner (1971-75; 1979-83) e Saul Raiz (1975-79). Ainda, Oliveira (2000) salienta que as partes essenciais do plano, ou seja, as vias estruturais com o sistema trinitário, criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e do setor histórico, parques e ônibus expressos foram impostas no primeiro mandato de Jaime Lerner.

Temos, aqui, um fator de relevância para o entendimento do êxito da aplicação do projeto urbanístico de Curitiba: a **continuidade**. O que isso significa? Significa que o fato de a essência do plano diretor ter sido realizada toda na gestão de um prefeito garante, por si só, que as reformas realizadas na cidade sejam praticamente irreversíveis a curto prazo. Ainda que na sequência tivesse assumido um prefeito com ideais antagônicos, dificilmente um projeto de tamanhas proporções seria freado de maneira brusca. Saul Raiz, ao assumir a prefeitura, dá continuidade aos projetos de Lerner, que voltaria ao poder para suceder a Saul Raiz. Após uma sequência de 12 anos em **três gestões** de prefeitura, pouco restou a ser feito no que diz respeito ao espaço físico de Curitiba nos governos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que assumiu com Maurício Fruet (1983-86) e Roberto Requião (1986-89). Como explica Oliveira (2000), as gestões comandadas pelo PMDB buscaram aplicar medidas políticas de cunho social, como uma crítica de que as administrações políticas da ARENA trabalhavam com demandas consideradas insensíveis e distantes das demandas reais da população.



Na obra de Oliveira (2000), a continuidade entre os governos aparece como fator fundamental para o êxito do projeto dos urbanistas. Além disso, o autor compara o quadro político-institucional de Curitiba com outras capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, onde a situação política dos estados e a rotatividade de ideais dos ocupantes do cargo não permitiam um projeto com uma sequência como a que houve em Curitiba. Entre 1989-93, com o plano diretor já estabelecido, voltaria ao poder Jaime Lerner. Em sua terceira passagem pelo cargo, o novo projeto político dava ênfase a discussão do meio ambiente e obras de ordem estética. Com um alto investimento no que chamavam de “inovações urbanísticas”, nessa administração podem ser citadas obras que marcaram fortemente a paisagem da capital paranaense como o Jardim Botânico, Opera de Arame e Rua 24 horas.

Percebe-se que a reforma urbana realizada na cidade não é mérito de ordem apenas urbanística. É necessário voltarmos a atenção para este **quadro político-institucional**. Neste ponto, é importante destacarmos o papel do **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)**. Fundado em 1966, a agência nasce com o objetivo de realizar o detalhamento e execução do plano diretor. Entre o início das discussões do plano diretor em 1965 e o início de sua implantação em 1971, mais fatores contribuíram para o êxito do plano.

Enquanto não se atingia consenso para a implementação e não assumia uma administração com o intuito de correr riscos, o IPPUC dedicou-se a capacitação de seus profissionais, pesquisa e elaboração de detalhamentos de como o projeto poderia ser aplicado. À luz de Oliveira (2000, p. 76), é fundamental que exista **consenso prévio** a execução do plano diretor, tendo em vista que “[...] este consenso deve ser suficientemente amplo para aglutinar as elites dirigentes locais, as burocracias de suas agências públicas e, na medida do possível, as principais forças políticas e econômicas da cidade com vistas a sua execução”. Pensemos. Por onde havia passado Lerner antes de assumir a prefeitura? O arquiteto e urbanista foi diretor-presidente do IPPUC e membro do grupo de acompanhamento da Serete, empresa que propôs o projeto de plano diretor vencedor do concurso público para Curitiba. Como coloca Oliveira (2000, p. 98), “[...] usando da posição obtida, ele imediatamente nomeou para todas as funções relevantes na administração os seus companheiros do IPPUC. Dessa forma, eles assumiram postos chave do poder público”, compondo, por extensão, o conselho deliberativo do IPPUC.

No quadro político-institucional de Curitiba houve uma **inversão** frente ao padrão brasileiro. Com essa virada, os planejadores passaram a assumir o papel de executores, e não o contrário. O IPPUC saiu bastante fortalecido deste processo, embora a correlação de forças tenha sido alterada principalmente na administração de Roberto Requião, que deu maior destaque às instituições como a Secretaria do Abastecimento e Secretaria do Bem-Estar Social. Ganhou espaço também a URBS, que passou a administrar o transporte coletivo. No retorno de Lerner no terceiro mandato, ganha destaque institucional a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Vejamos agora o papel dos **empresários** na conformação do modelo curitibano de planejamento. Considerando a quantidade de recursos e propriedades envolvidos neste processo que se encontram no controle das classes capitalistas, “[...] não é somente um determinado contexto institucional que constrange a ação dos urbanistas; também o fato de eles se moverem numa sociedade capitalista, na qual todas as coisas têm dono – inclusive e principalmente a terra, pesa poderosamente” (OLIVEIRA, 2000, p. 111). Pensando a produção do espaço no capitalismo, a **compatibilização de interesses** entre os empresários e urbanistas aparece como fator fundamental para o êxito de políticas de planejamento urbano.

Neste ponto, vale ressaltar a dificuldade dos planos diretores frente a setores informais da economia, principalmente no que diz respeito ao comércio ilegal e loteamentos clandestinos. Oliveira (2000) discute o fato de os planos diretores serem pensados dirigindo-se primeiramente à cidade legal, não à cidade real. Para o autor, o urbanismo moderno pensa esses fenômenos como disfunções ou anomalias e que são passíveis de erradicação. Assim, setores da economia informal sempre vão se relacionar com o urbanismo de maneira conflituosa. Isso não quer dizer que a relação dos urbanistas com a economia formal também não seja complexa. Esses pontos têm papel relevante e mostram-se diferentes em cada contexto local, como, por exemplo, a influência que tiveram os loteadores clandestinos nos quadros de planejamento de São Paulo e Rio de Janeiro comparados a Curitiba e Porto Alegre. Também aqui, Curitiba apresentou um quadro menos conflituoso do que outras grandes capitais para a aplicação de seu plano diretor - pelo menos na época. Em Curitiba, os conflitos de interesse com loteadores clandestinos, embora sempre existentes, tomaram maiores proporções mais tarde, ou seja, após a estabilização do plano diretor e do discurso urbanista na capital paranaense.



Na perspectiva de Oliveira (2000, p. 119-122), cada ramo de atividade econômica possui um grau de concentração de propriedade, onde algumas empresas organizam-se em oligopólios (transporte coletivo, indústria de transformação) e outras (mercado imobiliário, empreiteiras, comércio) experimentam diferentes graus de concentração. Passamos agora a pensar como cada ramo de atividade usa de sua mobilização para influenciar politicamente no planejamento. Em Curitiba, parece claro que todos os setores supracitados sabem se organizar em defesa de seus interesses. Neste sentido, mesmo não existindo reconhecimento formal pelo poder público no que diz respeito a participação na elaboração de políticas, os referidos setores uniram-se em associações, federações e sindicatos, das quais podemos destacar, por exemplo, a Associação Comercial do Paraná (ACP), a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), a Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP), a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), entre outras categorias.

No que diz respeito ao empresariado e a política industrial, tanto as elites locais quanto o Estado tinham uma preocupação antiga no que diz respeito a efetivação de um desenvolvimento econômico baseado na indústria, tendência que influenciou diretamente na construção da CIC, conformando, no interior do plano diretor de Curitiba, um projeto de desenvolvimento industrial extremamente favorável a demanda do empresariado industrial e das elites dirigentes. Dentre os setores supracitados, o empresariado industrial foi o que obteve maior êxito no que tange a um padrão organizacional que obtivesse representação política junto a órgãos de planejamento. Neste sentido, como os demais setores interessados nas obras de planejamento urbano da cidade poderiam influenciar as direções do plano? De acordo com Oliveira (2000, p. 131) temos que,

Uma prática comum a todas as entidades representativas do empresariado local é a criação de comissões de alto nível, encarregadas de buscar e efetivar contatos com os poderes públicos locais, a fim de manifestar seus pontos de vista acerca de questões de interesse de cada categoria [...]. Essas comissões realizam pesquisas, encontros, debates promovem a divulgação de seus interesses junto à comunidade geral e ao poder público em particular e, principalmente, representam as entidades em encontros formais e informais com os órgãos da prefeitura.

É neste sentido que o autor discute a ocorrência de uma relação íntima entre as entidades de classe, tanto no que diz respeito aos interesses em comum, quanto pela existência de representantes de uma associação na diretoria de outras.

Outro setor que obteve influências no urbanismo de Curitiba foi o capital imobiliário, isto é, o ramo das construtoras, incorporadoras e imobiliárias. Esforços no sentido de buscar intervir no plano diretor defendendo suas demandas iniciaram-se por parte da ACP e Sinduscon, e, posteriormente com a ADEMI e com o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Estado do Paraná (Secovi). O exemplo trabalhado por Oliveira (2000, p. 151-161) sobre este tema ilustra a ação da ACP frente a legislação de uso do solo de Curitiba. Diversos processos foram abertos a partir de 1976 contestando a lei e buscando fazer prevalecer temas da legislação anterior. Com o tempo, realizaram-se tantas concessões que houve nos eixos estruturais da cidade um enorme adensamento, provocando saturação dos mesmos e problemas de trânsito que não eram previstos inicialmente. Como os eixos estruturais eram áreas onde a prefeitura destinou pesados investimentos em equipamentos urbanos, as concessões de construção oriundas de alterações na lei reverberaram uma enorme especulação imobiliária, tornando a ocupação das áreas totalmente convenientes para o capital imobiliário e vindo na contramão do desenvolvimento urbano, tendo em vista que a especulação resultou numa mudança mercadológica do público que teve acesso as terras.

Tendo em vista essas perspectivas, Oliveira (2000, p. 177) discorre o fato de que considerando a discussão do urbanismo em Curitiba, “[...] parece haver pouca dúvida que as iniciativas do planejamento urbano foram extraordinariamente compatíveis com os propósitos da acumulação capitalista. Praticamente todos os setores econômicos foram atendidos [...] pela reforma urbana”. Para este autor, os indicadores disponíveis sobre Curitiba são, de certa maneira, **mistos**. Isto quer dizer que podemos nos debruçar tanto em dados favoráveis, quanto desfavoráveis para entender o urbanismo local. Entretanto, o fato é que a edificação do urbanismo em Curitiba, assim como a posterior criação de uma boa imagem da cidade, aponta para um caminho onde interesses econômicos e políticos se organizaram, como defende Oliveira (2000, p. 184), em torno de um projeto de dominação, “[...] que, ao mesmo tempo em que atende – ou, no mínimo, não contraria – suas demandas fundamentais, se legitima pelo recurso à mística da tecnocracia”.

Para encaminhar este debate, acreditamos que a sustentação do mito da cidade modelo em Curitiba (OLIVEIRA, 2000, p. 186) envolve pelo menos três fatores que nos permitem compreender as origens e o desenvolvimento de um projeto hegemônico ordenado por um grupo desde a década de 1960, sendo eles: (1) a acomodação da gama de interesses dominantes em torno de uma proposta política; (2) a propagação de uma imagem da cidade através de políticas de *city marketing*, e; (3) *alguma* (destaque para o cuidado com termo) retribuição para as classes populares. O raciocínio do autor converge com as bases deste trabalho no sentido de que, para Oliveira (2000, p. 185), a contestação dessa imagem da cidade só poderia advir das classes subalternas, como, por exemplo, de movimentos sociais urbanos, de organizações populares, de ativismos sociais.

#### 1.4. POR TRÁS DAS LENTES DO CITY MARKETING: CURITIBA DOS CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Na obra de Mike Davis, “Planeta Favela”, ao discutir a produção de moradias precárias em **escala global**, o autor discorre o fato de que,

As cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração (DAVIS, 2006, p. 28-29).

Existem áreas na cidade de Curitiba que se enquadram na descrição apresentada por Davies? Podemos falar de favelas em Curitiba? Pode-se discutir a produção do espaço urbano em Curitiba tendo como ponto de partida regiões periféricas? A resposta aos três questionamentos é sim. Embora soe de forma dolorosa ao *status quo* da porção conservadora de curitibanos, faz-se necessária a discussão frente a essas contradições que existem em coetaneidade ao discurso da Cidade Modelo. Mesmo com o desenvolvimento de uma política urbanista na capital paranaense e destacando as dimensões que tomou o *city marketing* da cidade, Curitiba certamente não é exceção no quadro de cidades brasileiras quando falamos em periferias, favelas, ocupações, e, principalmente, em **segregação**.

Encontramos convergência entre Oliveira (2000), Sánchez (2001) e Souza (2013) no sentido de que, ao observar o contexto do urbanismo em Curitiba, discutimos a questão de que muitas vezes fatores negativos são camuflados em detrimento de fatores positivos. Partindo dessa perspectiva, é fundamental o apontamento de Souza (2013, p. 512) frente a esta temática ao reiterar que,

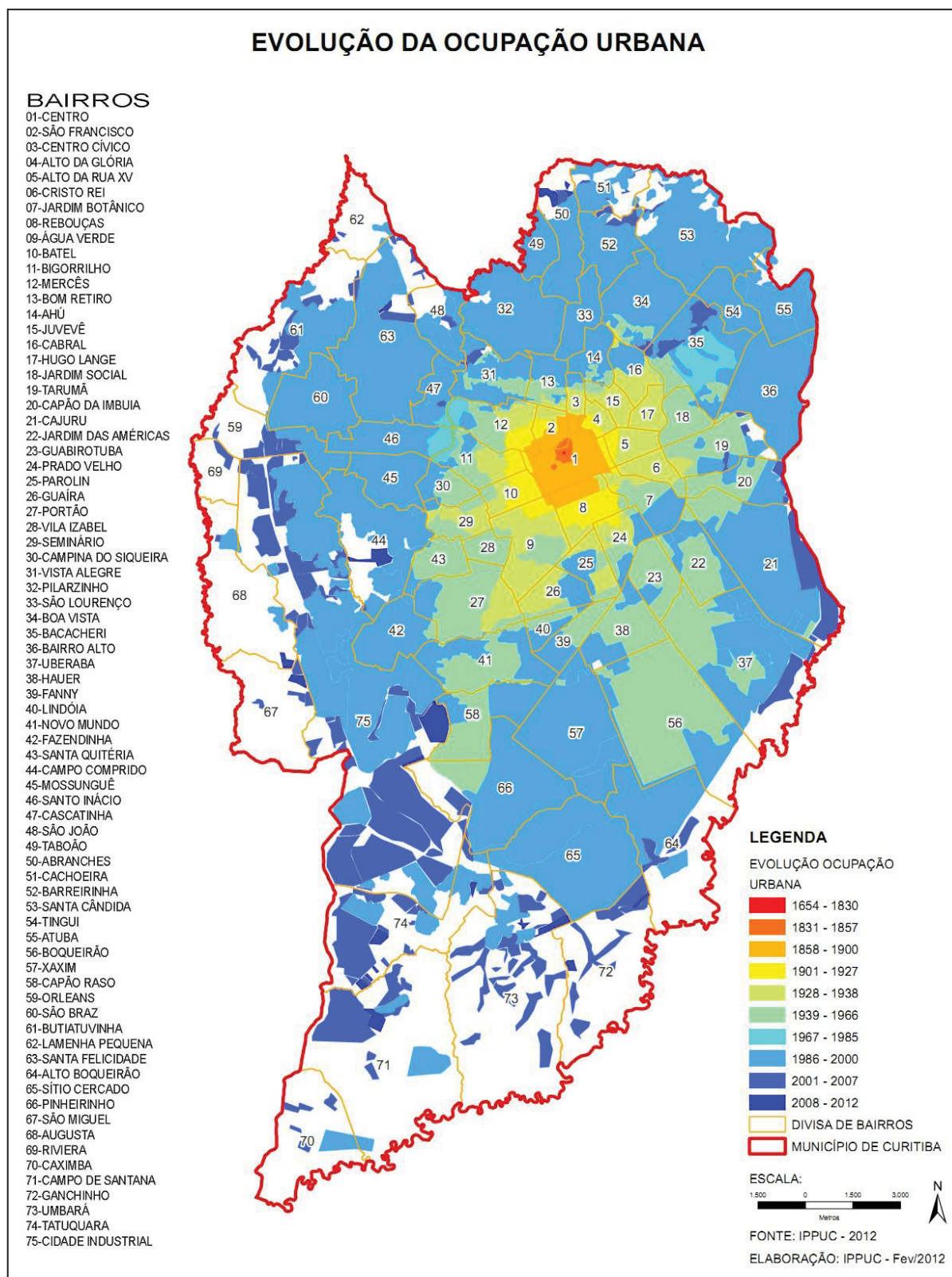
O mito e a ideologia começam, porém, quando: (a) os aspectos negativos são escamoteados ou minimizados e os positivos são, de sua parte, magnificados; (b) as razões dos sucessos são simplificadas e distorcidas, amplificando-se a responsabilidade de alguns protagonistas na cena local e, ao mesmo tempo (um pouco contraditoriamente), sugerindo extrair daí uma 'receita de gestão eficiente e eficaz', exportável para outros locais, esquecendo-se a densidade e as implicações das trajetórias históricas locais e regionais.

Com base na leitura dessa passagem de Marcelo Lopes de Souza e com o conteúdo discutido na seção anterior, podemos trazer à tona diversas palavras, contextos, nomes e instituições influentes na construção e no entendimento do referido urbanismo. Entretanto, cabe aqui pontuar algumas situações que mostram outras realidades coexistentes em Curitiba, além das do *city marketing*.

Inicialmente, podemos pontuar a relação dos extremos do município de Curitiba com os municípios vizinhos. Falamos, aqui, de um padrão que não é único no que diz respeito a capitais e regiões metropolitanas, todavia, considerando o discurso urbanista implementado em Curitiba, torna-se bastante relevante. Para Oliveira (2000, p. 179), “[...] na inexistência de uma efetiva coordenação de iniciativas da área metropolitana, aos municípios vizinhos se dirigem todas as mazelas e problemas cujo ingresso na capital foi vetado”. Falamos sobre atividades industriais perigosas, loteamentos clandestinos e irregulares, e até mesmo no manejo de resíduos sólidos. No contexto local de Curitiba, essa questão aparece como funcionalidade na preservação da imagem da capital, ou seja, “[...] a imagem de Curitiba só existe tal qual ela é precisamente devido aos serviços que os municípios vizinhos prestam à causa da sua manutenção” (OLIVEIRA, 2000, p. 180).

Uma observação interessante no sentido de discutir o urbanismo e o discurso consolidado de cidade modelo em Curitiba e entender dialeticamente este fenômeno em conflito com os padrões de segregação espacial existentes na capital no período atual pode ser iniciada com base na espacialização dos dados de **evolução da ocupação urbana** disponibilizado pelo IPPUC (FIGURA 02).

FIGURA 02. Evolução da Ocupação Urbana de Curitiba (2012).



Fonte: IPPUC <[www.ippuc.org.br](http://www.ippuc.org.br)> Acesso em: maio de 2018.



Como podemos observar na FIGURA 02, a cidade, que tem como marco zero a Praça Tiradentes (localizada no bairro Centro), entre os anos de **1634** e **1900**, teve sua expansão urbana contida aos limites do que hoje são os bairros Centro (1), São Francisco (2) e Rebouças (8). Houve, nas primeiras décadas do século XX, discussões e iniciativas de planejamento da cidade. Entretanto, como abordado anteriormente, as mudanças realmente viriam à tona apenas a partir de 1965, com o início da implantação do Plano Diretor da cidade.

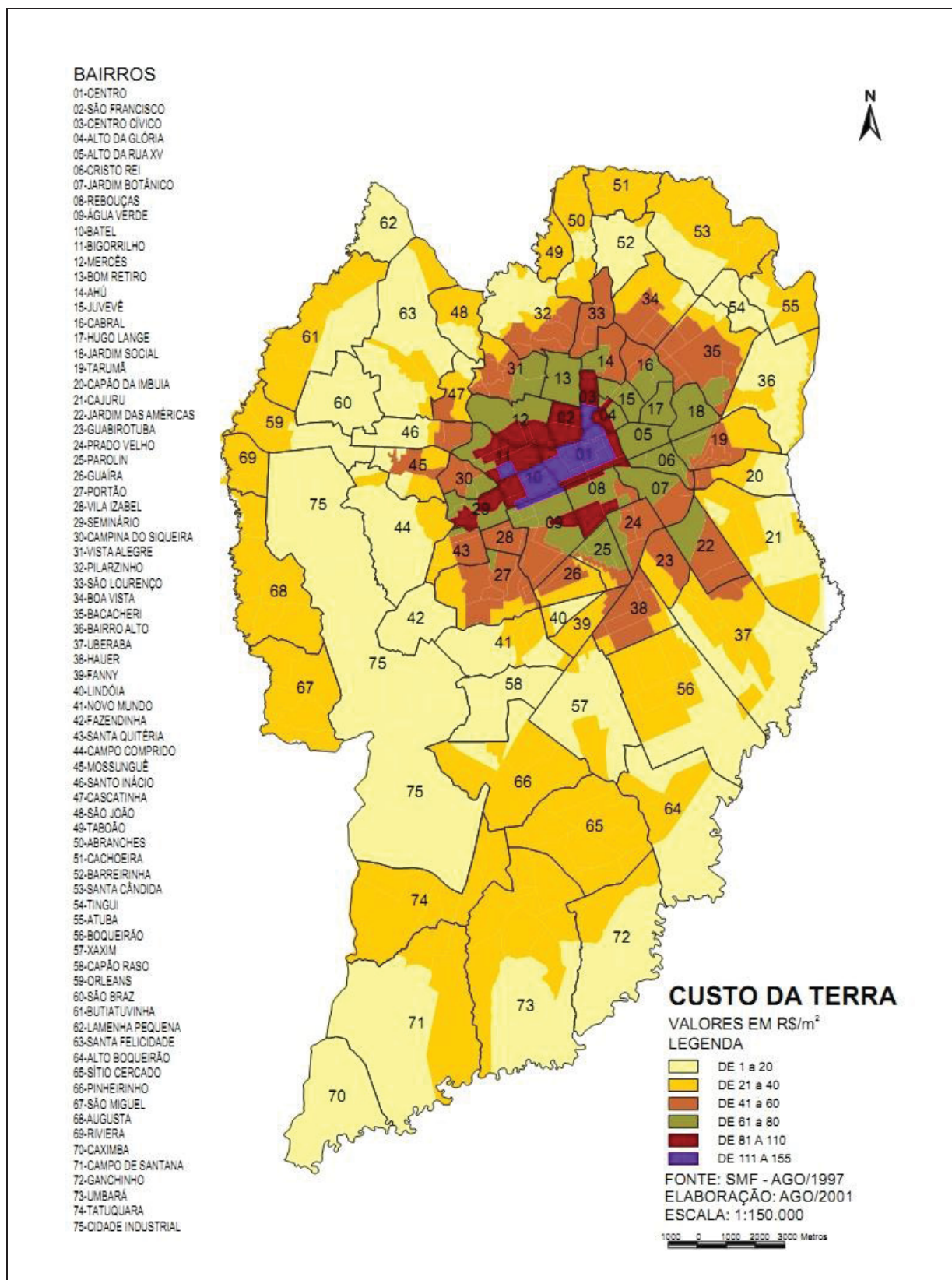
Ao considerarmos este fator, pode-se perceber que a ocupação urbana da cidade até 1966 (intervalo próximo ao do início da discussão do Plano Diretor) era consideravelmente menor do que a ocupação urbana total especializada pelo IPPUC até 2012 (ano de publicação do mapa de evolução da ocupação urbana). Numa breve leitura do produto, é possível deduzir que nos 46 anos existentes nesse intervalo entre 1966 e 2012, a ocupação urbana da cidade cresceu mais do que o dobro do que apontava em 1966, considerando, ainda, que para essa breve discussão não estão sendo contempladas as áreas conurbadas com os municípios vizinhos pertencentes ao Aglomerado Metropolitano de Curitiba (AMC)<sup>8</sup>.

Neste sentido, é compreensível que o Plano Diretor de Curitiba, mesmo com suas atualizações e inserções de mecanismos de participação popular ao longo dos anos com o crescimento da cidade (o que não significa necessariamente que as participações tenham cunho efetivamente democrático, menos ainda que demandas discutidas sejam executadas), não tenha capacidade de acompanhar o processo de produção do espaço urbano. A questão que problematizamos é: considerando os agentes produtores do espaço urbano envolvidos na formulação das práticas urbanistas de Curitiba em seu quadro político-institucional - predominantemente o Estado, através de seus representantes eleitos em cargos políticos; proprietários dos meios de produção, e; a grande influência dos proprietários fundiários e promotores imobiliários -, pergunta-se: onde estão os grupos sociais excluídos neste processo? Vejamos como estava especializada a dinâmica de **custo da terra** na capital paranaense até o ano de 2001 (FIGURA 03).

---

<sup>8</sup> O Aglomerado Metropolitano de Curitiba, de acordo com Firkowski (2004), corresponde a mancha de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada pela metrópole de Curitiba, sendo composto por 12 municípios, recorte consideravelmente menor do que a Região Metropolitana de Curitiba, que atualmente corresponde a 29 municípios no total.

FIGURA 03. Custo da Terra em Curitiba (2001).



Fonte: IPPUC <[www.ippuc.org.br](http://www.ippuc.org.br)> Acesso em: maio de 2018.

Na FIGURA 03, embora os dados especializados pelo IPPUC representem a situação até o ano de 2001, pode-se ter noção de como se organiza a dinâmica de custo da terra em Curitiba. Com base na síntese que representa a figura, nota-se que as áreas onde o custo da terra é mais alto correspondem ao centro da cidade e seus arredores. Áreas estas que, se sobrepostas aos dados de evolução urbana apresentados na FIGURA 02, corresponderiam as áreas já existentes na cidade até o início das discussões pela implantação do Plano Diretor, ou seja, as áreas mais antigas de Curitiba. Áreas onde há maior centralidade, maior fluxo, maior concentração de serviços, mais equipamentos urbanos. Áreas onde concentra-se o poder público, a partir das quais o Plano Diretor começou a ser pensado.

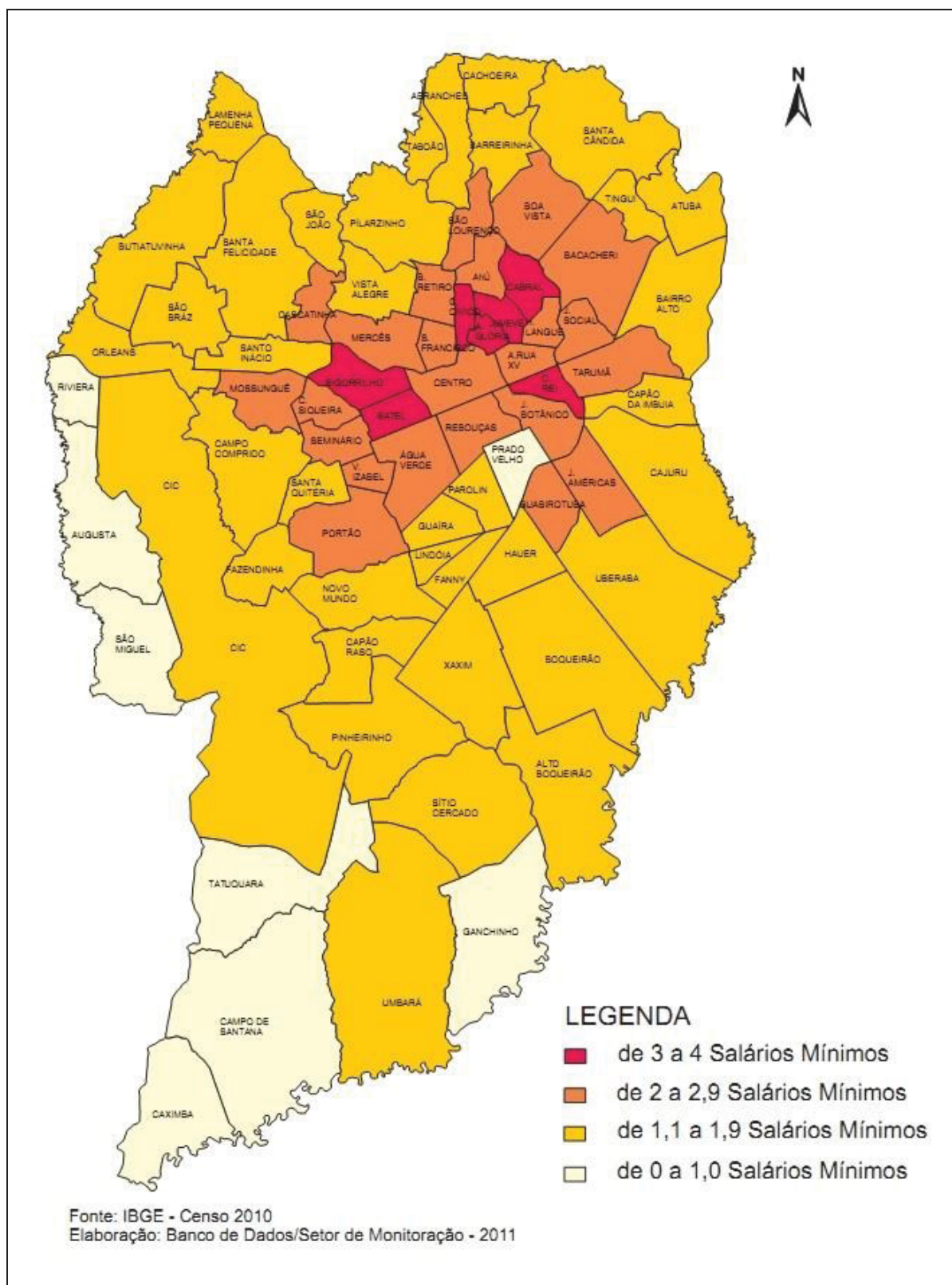
No sentido oposto, as áreas onde o custo da terra mostra-se mais baixo localizam-se entre as primeiras áreas pontuadas e as extremidades de Curitiba, limítrofes aos municípios da Região Metropolitana. Áreas mais novas, bairros ocupados após 1966, após as discussões de implantação do Plano Diretor. Bairros que tiveram diferentes dinâmicas de formação no contexto de produção do espaço urbano, mas tendo como lócus uma lógica parecida. A partir desses espaços, periféricos, localizados à margem da cidade, iniciamos a discussão que circunda nosso objeto de pesquisa, nosso “desde onde”. Tomamos como ponto de partida a contramão da cidade modelo pregada pelo *city marketing*, lutas das quais o discurso do planejamento não pareceu suficiente frente aos problemas da população.

Os bairros a serem tratados como contexto dos estudos de casos, **Ganchinho** e **Cidade Industrial de Curitiba (CIC)**, estão representados também nos produtos elaborados pelo IPPUC, indicados, respectivamente, pelos números **72** e **75**. Ambos os bairros têm uma ocupação urbana predominantemente posterior a 1986, como indicado na FIGURA 02. Da mesma forma, encontram-se entre as duas camadas de menor custo da terra representadas na FIGURA 03.

Voltamos ao questionamento apresentado anteriormente. Onde estão os grupos sociais excluídos? Neste ponto temos uma discussão com tendências mais desenhadas. Se o custo da terra é maior nas áreas centrais de Curitiba, uma das tendências que podemos considerar é que, conseqüentemente, a população que terá acesso a essas terras (e seus respectivos equipamentos/serviços) é justamente a de maior poder aquisitivo, restando a camada mais pobre da população buscar outras opções de acesso à terra urbana, como demonstra a FIGURA 04.



FIGURA 04. Rendimento Mediano Mensal das Pessoas de 10 anos ou Mais.

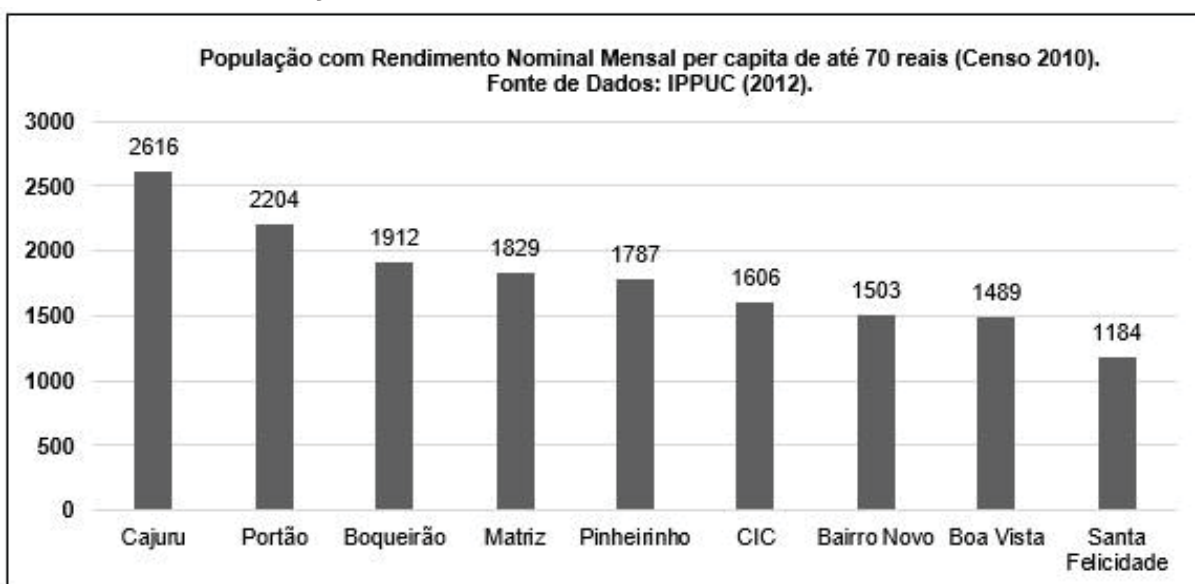


Fonte: IPPUC (2012a, p. 28).

É visível que a ação da legislação urbanista, através da aplicação do Plano Diretor como instrumento, direcionou e concentrou investimentos em infraestrutura em áreas onde houvesse maior retorno e visibilidade, tanto para o Estado, quanto para os grupos dominantes. A visualização em sequência dos produtos cartográficos disponibilizados pelo IPPUC de evolução da ocupação urbana e custo da terra, somado da discussão referente ao contexto de aplicação do Plano Diretor da cidade e do discurso urbanista reforçam essa afirmativa e elucidam como o referido instrumento concentrou seus investimentos e direcionou o crescimento da cidade (pela construção dos eixos estruturais, por exemplo). Por um lado, reforçou a valorização do custo da terra em áreas já valorizadas; por outro, favoreceu a especulação imobiliária pelo crescimento via eixos estruturais do centro a periferia.

A FIGURA 04, que representa o **rendimento mediano mensal** da população de 10 anos ou mais, demonstra em quais bairros de Curitiba estão concentradas pessoas de maior e menor renda. Como tendência nos produtos cartográficos anteriores, temos as duas camadas superiores, baseadas em salários mínimos, ocupando áreas centrais e seus arredores. As duas camadas inferiores ocupam a periferia da cidade, onde o custo da terra é mais acessível. Situando a realidade precária de parte das pessoas que residem em Curitiba, a FIGURA 05 mostra a distribuição da população com **rendimento nominal mensal domiciliar per capita** até 70 reais, por **regionais administrativas**, a partir do Censo 2010.

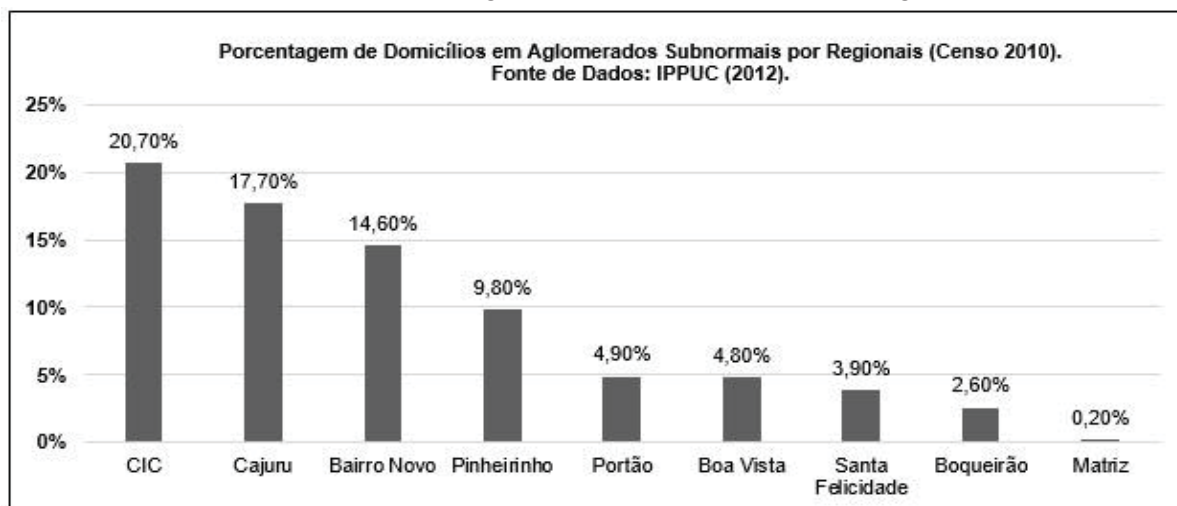
FIGURA 05. População em Domicílios Particulares com Renda Nominal até 70 reais.



Organização: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

A FIGURA 05 encontra-se organizada por **regionais administrativas**<sup>9</sup>. A escolha de representação deu-se pela possibilidade de problematizar a cidade como um todo e as regionais realizarem um ajuste escalar dos dados, no sentido de que ao analisarmos números totais dos bairros poderia ocorrer uma distorção da realidade pela diferença de tamanho dos mesmos. Faz-se importante situarmos a localização dos bairros Ganchinho e CIC no contexto das regionais administrativas, onde o primeiro faz parte do conjunto de bairros da **Regional Bairro Novo**, e o segundo, da **Regional CIC**. Segundo o IPPUC (2012b, p. 28), **16.130** pessoas, no Censo de 2010, encontravam-se com renda nominal mensal domiciliar per capita de até 70 reais. Na FIGURA 05, destaca-se a concentração dessa população na Regional Cajuru, limítrofe com o município de Pinhais (zona Leste de Curitiba). Segundo o IPPUC (2015, p. 30), Curitiba possui déficit habitacional de **8,53%**. O mesmo órgão aponta que a cidade mantém **7,8%** de seus domicílios no que o IBGE conceitua como “aglomerados subnormais”, ou seja, em **favelas**. Através da FIGURA 06, pode-se ter noção da distribuição desses domicílios entre as regionais.

FIGURA 06. Domicílios em Aglomerados Subnormais por Regionais (2010).

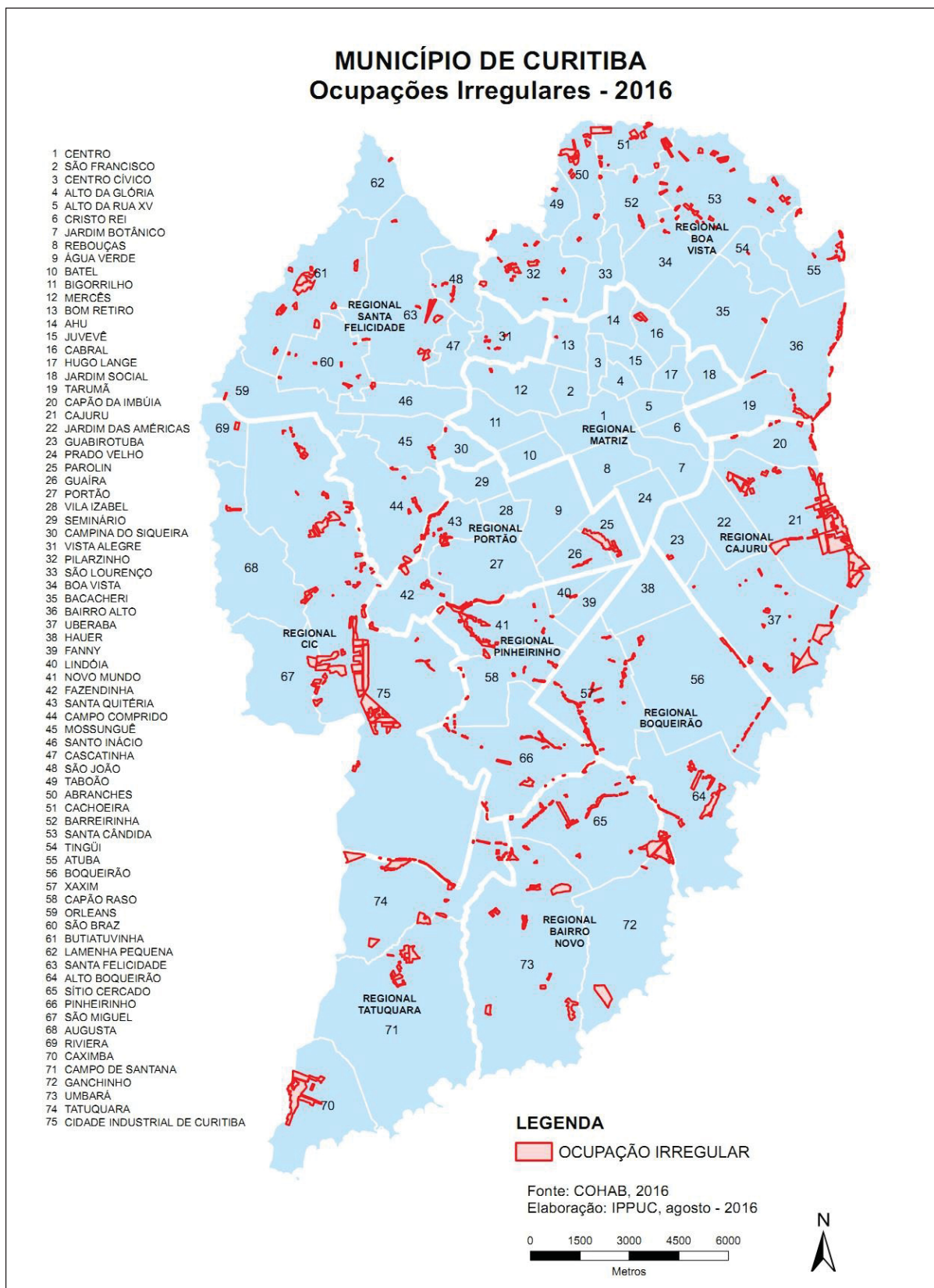


Organização: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

A porcentagem de **7,8%** dos domicílios correspondia, no Censo 2010, a **49.706** domicílios (IPPUC, 2012c, p. 04) em favelas. Em complemento, a FIGURA 07 representa a distribuição das “ocupações irregulares” em Curitiba até 2016.

<sup>9</sup> A cidade de Curitiba, no que diz respeito a seus bairros, é organizada a partir de 10 **regionais administrativas**, que são, basicamente, recortes espaciais representados por conjuntos de bairros. As regionais são, de acordo com o IPPUC: Matriz, Boqueirão, Cajuru, Boa Vista, Santa Felicidade, Portão, Pinheirinho, Bairro Novo, CIC e, recentemente, Tatuquara.

FIGURA 07. Ocupações Irregulares em Curitiba (2016).



Fonte: IPPUC <[www.ippuc.org.br](http://www.ippuc.org.br)> Acesso em: maio de 2018.



Como explicitado na FIGURA 06, as maiores concentrações de domicílios em áreas de favelas estão nas regionais **CIC, Cajuru e Bairro Novo**; duas das três em diálogo com o contexto dos estudos de caso a serem trabalhados. Se somadas as três regionais, chegamos a uma concentração de **53%** dos domicílios em áreas de favelas. Na FIGURA 07, que representa a distribuição de áreas consideradas pela legislação urbanista como ocupações irregulares, torna-se visível o padrão de organização da segregação sócio-espacial em Curitiba. Observa-se duas grandes concentrações de ocupações irregulares nos bairros CIC e Cajuru. Além destes bairros, destaca-se também o padrão existente na presença dessas ocupações em regiões limítrofes com os municípios da região metropolitana de Curitiba.

Há tempos questiona-se a superação do mito da cidade modelo. Além de trabalhos já consagrados, como o de Oliveira (2000), destacam-se os de Stroher (2015) – discutindo as relações do contexto nacional de desenvolvimento para a reforma urbana - e, em especial, de Albuquerque (2007), no qual a autora aborda a influência da **questão habitacional** como **conflito** e **contradição** no discurso de Curitiba como cidade modelo. Neste, é possível notar como a mal resolvida questão da habitação na cidade não só não faz parte do discurso veiculado a “Curitiba Modelo”, como também não se distinguiu da realidade urbana brasileira, com um processo intenso de produção informal do espaço e de moradias.

Destacamos a **coetaneidade de processos** na mesma Curitiba: as ações que se tornariam parte do “modelo” de planejamento urbano e a problemática da habitação social e produção de espaços informais, propositalmente esquecidos do discurso e memória. Para Albuquerque (2007, p. 130), intervenções desenvolvidas em Curitiba para enfrentar o problema da moradia “[...] reproduziram a prática (ainda) dominante de localizar a habitação social nas regiões mais distantes e menos urbanizadas da cidade”. Temos que o processo de legitimação dos planos urbanísticos em Curitiba caminhou (e caminha) no sentido de fortalecer a segregação. A **invisibilização** da população menos favorecida é **funcionalizada** e serve de alicerce para que a imagem da cidade seja mantida. A esta população resta poucas opções para habitar o espaço urbano. Frente a ausência de políticas habitacionais, direcionam-se a periferia, a lugares claramente menos privilegiados para se morar. Ainda assim, **lutam** e **resistem** de diferentes formas. A estas formas de luta, organizações políticas e resistências voltaremos nossos olhos adiante.

## 1.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, construímos uma discussão que teve como base o fato de que os conflitos e contradições no espaço urbano de Curitiba estão associados a produção capitalista do espaço, somando-se a carência na efetividade de políticas por parte do Estado e o processo de metamorfose pelo qual passa a metrópole contemporânea. Inicialmente, demarcou-se nossa perspectiva de entendimento de produção capitalista do espaço, destacando as proporções tomadas pela contradição entre valor de uso e valor de troca e a forma como a propriedade privada reorienta e reorganiza o uso do lugar, onde o acesso à terra urbana e a cidade tornam-se limitados e direcionados à população de maior poder aquisitivo.

Na sequência, na construção do debate, trouxemos destaque às particularidades existentes no processo de produção do espaço em Curitiba. Enfatizou-se a forma como o chamado “mito da cidade modelo” se estabeleceu e como a construção desse discurso, através do *citymarketing*, tem a capacidade de invisibilizar, pelo menos para uma parte das pessoas, os conflitos e contradições que ocorrem coetaneamente na capital paranaense. Embora concordemos que o discurso possa ser abordado tanto por fatores positivos, quanto por fatores negativos, como apontam Oliveira (2000) e Souza (2013), impressiona a forma como criou-se uma imagem da cidade de Curitiba no imaginário do próprio curitibano.

Por fim, a última seção do capítulo deu ênfase, especialmente, aos conflitos e contradições que ocorrem como o avesso necessário para a manutenção do discurso urbanista em Curitiba. Com o intuito de dar visibilidade aos problemas existentes na cidade, buscou-se debater e mostrar como Curitiba, embora tenha características específicas que, historicamente, a tornaram tal como se apresenta, carrega em seu processo de produção do espaço a lógica capitalista, conflituosa e contraditória, tal como trabalhado pelos autores citados na primeira seção do capítulo. Construímos um caminho que nos fornecesse base para um melhor entendimento de como chegamos na produção do espaço que leva ao contexto de nossos estudos de caso, ou seja, ao debate que envolve a periferia curitibana, suas favelas, ocupações e, principalmente, como os moradores se organizam dentro destes espaços de resistência a lógica de reprodução da cidade.

## CAPÍTULO 2. A ABORDAGEM DO ESPAÇO NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIDADE

*Se o poder, como afirma Foucault, implica sempre resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos subalternos ou 'dominados' na verdade estão sempre também (re) construindo suas territorialidades, ainda que relativamente ocultas dentro desse movimento desigual de dominação e resistência (HAESBAERT, 2014, p. 44).*

### 2.1. INTRODUÇÃO

O conceito de território possui uma construção histórica, metamorfoses e interações com outros conceitos, principalmente com a categoria espaço. Na passagem que abre este capítulo, Rogério Haesbaert retrata um marco na discussão que envolve território e territorialidade, isto é, o legado de autores como Michel Foucault e Hannah Arendt no que diz respeito a multidimensionalidade do poder, no sentido de que o poder existe em diversas esferas e relações sociais - contraponto a ideia de o poder ter suas origens no Estado – e, que trouxe uma grande abertura para a realização de trabalhos onde o conceito de território é preeminente.

Esse capítulo tem como objetivo realizar uma discussão sobre as concepções de território e territorialidade, destacando a possibilidade de abordagem territorial e trazendo as organizações populares e suas territorialidades como possibilidade de organização política, ação direta e luta frente aos conflitos urbanos. A construção do texto será balizada pela produção de três autores no âmbito da geografia brasileira contemporânea, sendo eles: Marcelo José Lopes de Souza, Marcos Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert. Reconhecemos, aqui, diferenças de abordagens e tendências teóricas entre os autores. Todavia, faz-se necessário para a discussão, além do posicionamento, pontuar algumas diferenças de abordagem.

Nesta perspectiva, o texto encontra-se organizado em três partes. Na primeira, realiza-se uma discussão entre espaço e território, buscando destacar a importância da interação entre os mesmos e uma transição gradual no debate. No segundo momento, destacam-se algumas concepções de território e territorialidade, assim como ressalvas de uso do conceito. Por fim, no último momento do capítulo, busca-se desenvolver os conceitos processualmente a problemática deste trabalho.



## 2.2. ESPAÇO E TERRITÓRIO

Ainda que os conceitos principais, que darão a abordagem e a tônica deste trabalho sejam **território** e **territorialidade**, considera-se de grande importância tratar, primeiramente, a relação destes conceitos com a categoria **espaço**, tendo em vista, também, o fato de termos discutido brevemente a produção capitalista do espaço no Capítulo 01. Neste sentido, para que a transição entre as partes não ocorra de maneira abrupta e faça-se melhor entendimento da sequência e finalidade da pesquisa, é que trazemos à baila a discussão referente ao que chamaremos de **constelação de conceitos**. Esta noção aparece fortemente na produção bibliográfica de Rogério Haesbaert (2009; 2014), que serve, aqui, não apenas como referência bibliográfica, mas também como inspiração teórica. Como ressalva, pontua-se que não se tem como objetivo historiar o percurso dos conceitos de espaço e território nem listar autores que se utilizaram dos conceitos em sua produção; buscar-se-á elucidar perspectivas e pontos de partida deste trabalho.

A noção de constelação de conceitos, da qual trata Rogério Haesbaert, tem suas origens nos trabalhos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, como apontado pelo autor (HAESBAERT, 2014), principalmente na obra intitulada *O que é a Filosofia?* (1992)<sup>10</sup>, na qual os autores abordam a produção de conceitos no âmbito da Filosofia. Inicialmente, Haesbaert abre sua problematização destacando o conceito (ou **categoria**) central da Geografia a partir do qual elabora sua proposta preliminar de constelação de conceitos: o **espaço**. O autor em questão chama a atenção - e vale sempre lembrar - para o fato de que esta perspectiva é construída a partir da realidade em que estamos inseridos, ou seja, desde o contexto latino-americano. Haesbaert (2014, p. 22) explicita também a ênfase no termo **categoria**, que, para o autor, é tomada como uma “[...] ideia mais estrita de categoria como uma espécie de conceito mais amplo ou geral”, onde “podemos propor ‘espaço’ como categoria, nosso conceito mais geral, e que se impõe frente aos demais conceitos”. A partir deste pensamento, os demais conceitos como os de território, lugar, paisagem e região fariam, numa leitura simultaneamente metafórica e didática, composição de uma **constelação de conceitos**, noção próxima da utilizada por Milton Santos ao trabalhar com o que nomeava “família geográfica de conceitos”.

---

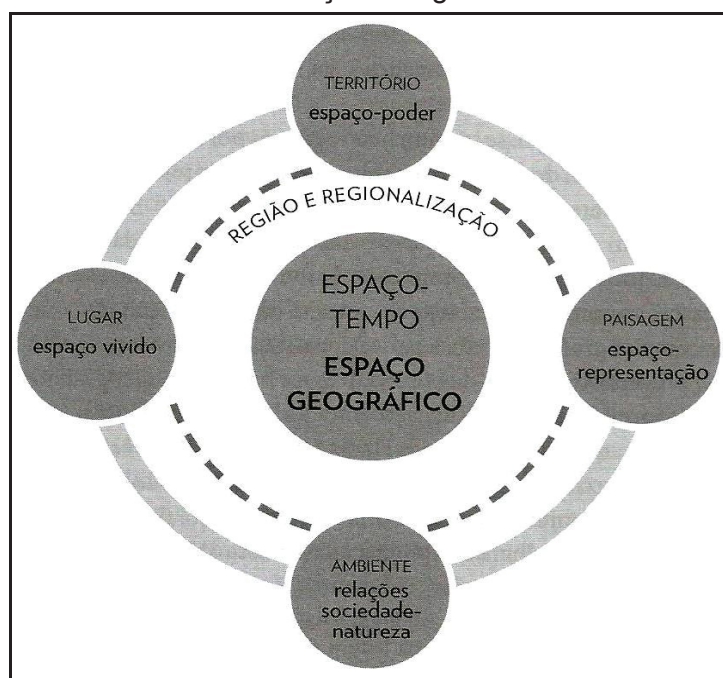
<sup>10</sup> DELEUZE, G., GUATTARI, F. **O que é a Filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1992 [1991].

Nesta lógica, o autor supracitado define sua constelação de conceitos como:

Composta por uma espécie de conjunto de planetas girando em torno de uma estrela, cuja luz seria o espaço – cada astro-conceito [...] devendo seu movimento e potencial de esclarecimento à relação que mantém com a categoria central, o espaço (HAESBAERT, 2014, p. 22).

Com base nesta discussão, o autor propõe uma representação gráfica de sua metáfora do entendimento de constelação de conceitos, expressa pela FIGURA 08, simbolizando um jogo circular de conceitos em torno da categoria espaço e destacando a relação de troca deste com os conceitos de território, lugar, paisagem, ambiente e região - de acordo com a ênfase que se pretende dar em cada processo de pesquisa a partir das problemáticas que serão efetivamente abordadas.

FIGURA 08. Constelação Geográfica de Conceitos.



Fonte: Haesbaert (2014, p. 34).

Discutindo as noções de espaço colocadas na obra de David Harvey<sup>11</sup>, no que diz respeito a espaço absoluto, relativo e relacional, Haesbaert (2009, p.624) destaca o fato de que o espaço pode transformar-se em um ou outro dependendo das circunstâncias e, de forma complementar, as três concepções devem ser mantidas e pensadas em tensão dialética, enfatizando a interação entre as mesmas.

<sup>11</sup> HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

Como todo conceito possui uma natureza política e está mergulhado em relações de poder, pensa-se que, neste ponto, faz-se necessário demarcar uma ressalva. Como aponta Marcelo Lopes de Souza (2015, p. 22), há um desconforto, principalmente entre pesquisadores identificados com a Geografia Humana (pontuando-se esta questão não se tem intenção de criar dualismos, apenas esclarecimentos), com interpretações tradicionais do termo **espaço geográfico**. Por conseguinte, muitos passaram a ver no **espaço social** o conceito central, isto é, aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. A este respeito, à luz de Souza (2015), a grande influência de Henri Lefebvre, em particular sua importante obra intitulada “*A Produção do Espaço*” (1974)<sup>12</sup>, não floresce à toa.

Na perspectiva de Souza (2015, p. 29-30), considera-se frutífero encarar o espaço geográfico incluindo as facetas de primeira natureza e segunda natureza. Ainda que Marx utilizasse expressões como “natureza primeira” e “natureza segunda”, o autor associa os termos tanto a Marx, quanto a Éliassé Reclus, que utilizara os termos com os mesmos sentidos. Assim, o espaço da natureza primeira “[...] se refere à natureza completamente exterior ao homem e não captada por sua consciência” (p.29). Entretanto, coloca o autor, pragmaticamente é possível entender esta natureza como correspondente a processos e ambientes do estrato natural, como bacias hidrográficas, vertentes, entre outras categorias. No que diz respeito ao espaço da segunda natureza, de acordo com o autor (p. 30), “[...] abrange desde a materialidade transformada pela sociedade até os espaços simbólicos e as projeções espaciais de poder, que representam o entrelaçamento dos aspectos imaterial e material da espacialidade social”. Tendo isso em vista, neste último, as dinâmicas a serem ressaltadas são as que dizem respeito as **relações sociais**. Encaminhando este pensamento, o autor finaliza o debate ponderando que é possível valorizar o conceito de espaço social sem abrir mão do espaço geográfico. Afirma Souza (2015, p. 31-32):

Da perspectiva da pesquisa sócio-espacial, é como se tivéssemos [...] dois níveis de conceito primordiais, sendo o conceito de espaço geográfico um pouco mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do de espaço geográfico) podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor, mais central. Das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emergem os conceitos de território, lugar e muitos outros, que podem ser vistos como conceitos derivados.

---

<sup>12</sup> LEFEBVRE, H. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].

Diversas concepções de espaço foram consagradas no âmbito da ciência geográfica, dentre as quais (talvez, guardadas as proporções, a mais debatida e conhecida no que diz respeito a geografia brasileira), a de Milton Santos (1996, p. 61-87) que considera o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação. Trabalhando a obra de Rogério Haesbaert, sabemos da grande influência em sua produção da concepção de espaço discutida por Doreen Massey<sup>13</sup> em sua aclamada obra intitulada *“Pelo Espaço”*, trazendo a atenção para um espaço aberto, enfatizando sempre a coetaneidade e o devir.

Entretanto, Haesbaert (2014, p. 58) amplia seu debate e utiliza diversos elementos baseados na reflexão de espaço de Henri Lefebvre, destacando, ainda, uma questão de grande importância tanto para sua obra, quanto para o fator de transição ao qual levantamos no início desta seção envolvendo espaço e território, onde “[...] embora Lefebvre se refira sempre a espaço, e não a território, [...] não se trata de espaço num sentido genérico e abstrato, muito menos de um espaço natural-concreto. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído”. Adiante, o autor soma a este ponto uma crítica a concepção de espaço de Claude Raffestin (1993), que considerou, em sua obra, o espaço como “matéria-prima” para os processos de territorialização. No mesmo caminho, Souza (2000) já havia realizado críticas a esta concepção de Raffestin, as quais trataremos adiante.

Concluindo a ponderação iniciada por Haesbaert (2014, p.58), pontua o autor, “[...] de certo modo, o que diferencia a produção do espaço lefebvreana das dinâmicas de territorialização [...] é uma simples questão de foco, centrado mais, aqui, nas relações de poder que constroem aquele espaço”. Neste sentido, considera-se importante destacar alguns pontos básicos da reflexão sobre o espaço de Henri Lefebvre e que possuem relação direta com a problemática deste trabalho.

Para Lefebvre (2008, p. 48), o espaço não pode ser tratado como um produto qualquer, assim como não deve ser considerado um objeto, mercadoria ou conjunto de mercadorias, nem apenas como um instrumento; “[...] o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção”. Desta forma, para compreender este espaço, deve-se tomar uma postura diferente da produção apenas no sentido dos economistas; tem-se como referência a reprodução das relações de produção, não somente a produção das coisas e seu consumo.

---

<sup>13</sup> MASSEY, D. **For Space**. Londres: Sage, 2005.

Assim sendo, de acordo com Lefebvre (2008, p. 48-49),

Trata-se da produção no sentido amplo: produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro se torna o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, o espaço dos lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade.

À luz de Lefebvre (2008, p. 55), falamos em **produção do espaço**, que na visão do autor, significa um passo adiante na reflexão sobre o espaço urbano frente a reflexão arquitetônica e urbanística. Isso quer dizer, então, que “[...] não consideramos o espaço como um dado *a priori*, seja do pensamento (Kant), seja do mundo (positivismo). Vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social. Distinguimos [...] o espaço social do espaço geométrico, isto é, mental”.

O autor chama a atenção para as **contradições** deste espaço, advindas do conteúdo prático e social, especificamente do conteúdo capitalista. Segundo Lefebvre (2008, p. 57), o espaço da sociedade capitalista “[...] pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. [...] Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional”. Aparecem, na perspectiva do autor, no plano institucional, nos planos gerais de ordenamento e projetos parciais dos mercadores do espaço. De forma a compreender outro ponto importante da reflexão de espaço em Lefebvre, trazemos a caracterização de espaço apresentada por Jorge Oseki (1996) na obra organizada por José de Souza Martins, baseada nas nuances da produção de Henri Lefebvre. Considerando a tríade do espaço **homogêneo, fragmentado e hierarquizado**, para Oseki (1996, p. 115-116), o **espaço capitalista-estatista** caracteriza-se por ser:

A) *homogêneo* - ser o mesmo, se repetir. O que permite a intercambialidade dos tempos e dos lugares e conforma no espaço as frações da cotidianidade (trabalho, família e lazer). A homogeneidade, entretanto, não significa democratização no (do) espaço: esse espaço é fortemente centralizado e segregado;

B) *quebrado* – isto é, um espaço homogêneo, ótico, geométrico e quantificável, mas construído, vendido e consumido aos pedaços, em lotes, de maneira a obtenção de rendas pelos proprietários da terra;

C) *hierarquizado* – os lugares não são iguais porque o valor de uso não desaparece e se constitui em um emprego do tempo, já que os espaços não se situam igualmente diante dos centros (de decisão, de comunicação). Os espaços se hierarquizam dos centros as periferias. O espaço social torna-se uma coleção de guetos, uma espacialização da hierarquia do poder econômico e político.

O autor aponta que este espaço só sobrevive porque o Estado o sustenta e o “planeja”. O Estado, de acordo com Jorge Oseki (1996, p. 116), “não elimina o caos, apenas planeja”. Neste segmento, Haesbaert (2014, p. 42) traça uma discussão para o que chama de **foco conceitual**, onde propõe a priorização que cada conceito dá em relação ao espaço. Para o autor, “[...] quando falamos em foco, ao mesmo tempo que estamos dando ênfase a uma determinada perspectiva ou forma de olhar [...] não ignoramos as demais possibilidades de focalização”. Isso quer dizer que, para nós, assim como em Haesbaert (2014, p.42), ao enfatizarmos o entendimento do espaço por meio de questões ligadas às relações de poder ou práticas de poder, “[...] estaremos de alguma forma nos referindo ao espaço enquanto território”. Tendo isso em vista, Haesbaert (2014, p. 33), tratando a constelação de conceitos, reitera:

Propomos um esboço de [...] constelação de conceitos, sempre com um grau de abertura para a construção de novas conexões conceituais, produzido a partir das preocupações básicas da geografia e centrado no conceito de espaço. Espaço entendido como produção social na interface entre aquilo que o filósofo Henri Lefebvre reconhece como o percebido, o vivido e o concebido – um espaço das representações, um espaço da vivência e um conjunto de representações do espaço.

Vistos esses pontos, parte-se para a discussão dos conceitos de território e territorialidade, foco da abordagem tratada neste processo de pesquisa.

### 2.3. CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A construção deste debate será balizada pela produção de três importantes autores no cenário da geografia brasileira contemporânea, dentre os quais: Marcelo Lopes de Souza, Marcos Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert. Pontuamos a existência de diferenças de abordagens e tendências teóricas entre os autores, todavia, acreditamos na necessidade, além do posicionamento, do reconhecimento de outras abordagens e possibilidades para enriquecimento do debate.

Neste sentido, Marcelo Lopes de Souza possui produção densa no que diz respeito a lutas sociais, envolvendo ativismos, práticas espaciais e formas de resistência à heteronomia, especialmente no espaço urbano, motivo pelo qual boa parte do aporte teórico da sequência deste trabalho está assentado em sua bibliografia. Entretanto, os debates referentes a território realizados por Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet mostram-se importantes neste momento.



A produção de Rogério Haesbaert, um dos fatores que o levou a receber o Prêmio Manuel Correia de Andrade pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE) em 2017, impressiona pela profundidade da discussão teórica do autor frente a concepções de território. Outro fator importante, mostra-se na forma como o autor vem atualizando sua obra, especialmente nos debates realizados em “*O Mito da Desterritorialização*” (2004) e “*Viver no Limite*” (2014). Tendo isso em vista, considera-se a relevância epistemológica da discussão de território, desterritorialização e multiterritorialidades realizadas por Haesbaert. Quanto a Marcos Aurélio Saquet, ainda que seus projetos tenham um direcionamento a áreas como a Geografia Agrária, o autor possui uma grande produção no que diz respeito a abordagem territorial pensando o conceito de território e suas possibilidades desde suas bases epistemológicas, como podemos destacar a obra “*Abordagens e Concepções de Território*” (2015).

Esclarecidas essas questões iniciais, temos que território e territorialidade, assim como os outros conceitos geográficos, possuem uma história, suas interações com outros conceitos, suas metamorfoses e, como pontua Saquet (2015, p. 13) “[...] tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, descontinuidades [...]; o *novo* contém, pois, o *velho* e este, aquele”. Na perspectiva de Rückert (2010, p. 21), é inegável que “[...] o conceito de território tem retornado às ciências sociais de forma a tornar-se presente em importantes políticas públicas nas diferentes escalas de poder”. O autor coloca, ainda, que a multidimensionalidade do poder adotada para políticas territoriais é conceituada de forma que diferentes atores produzem o espaço e reestruturam o território pela prática de poderes, políticas e gestão do território, imprimindo, com isso, novos usos ao território.

Ao falarmos de território, é interessante pensarmos que o conceito assume diferentes significados para diferentes sociedades ou grupos sociais dominantes, como mostrado de forma consistente na obra de Jean Gottmann<sup>14</sup>. De acordo com Saquet (2015, p. 27), “[...] para Jean Gottmann, a ideia de território já existia e era debatida no século XV, ligada a questões políticas inerentes à época [...]. A partir do século XVI, intensifica-se a difusão de doutrinas políticas que reforçam a noção de soberania”, esta, neste caso, como atributo dos Estados ou dos reinos.

---

<sup>14</sup> GOTTMANN, J. **The Significance of Territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.



A obra de Saquet (2015, p.27), destaca também a importância da difusão das ideias de Niccolò Machiavelli<sup>15</sup>, ainda no século XVI, tendo influência nas teorias de repartição política dos lugares e formação dos Estados-Nação. Outro ponto importante deste período histórico diz respeito ao “descobrimento” e ocupação do continente americano, que significava, para alguns países europeus, territórios para dominação e exploração. Tendo isso em vista, “[...] o território é experimentado para além do *habitat* do homem, como receptáculo de suas atividades econômicas, principalmente no decorrer dos séculos XVII e XVIII” (SAQUET, 2015, p. 28).

O movimento em que se instituem as ciências, os novos desenhos sociais e novas práticas de apropriação e dominação do território são, de acordo com Saquet (2015, p. 29), muito bem trabalhados na obra de Jean Gottmann, na qual uma significativa ligação entre soberania territorial e população nacional ocorre no século XVIII, com as revoluções americana e francesa, tendo em vista que reforça-se “[...] um complexo sistema de mercado unificado estabelecido sobre as bases do território nacional, cada vez mais integrado ao sistema internacional. Esse movimento se acentua a partir do século XIX e assume centralidade no decorrer do XX”. No interior desse processo, principalmente na segunda metade do século XVIII, substantiva-se o que Saquet (2015) chama de caráter oficial da geografia, estando ligado, naquele momento, ao Estado e ao pensamento burguês simultaneamente.

Neste quadro, com o fortalecimento da geografia moderna no século XIX, tendo destaque o contexto alemão, ganha evidência Friedrich Ratzel. No que diz respeito às raízes do território na geografia, podemos apontar como marco as obras de Ratzel (1882; 1897). O autor preocupa-se com a consolidação e expansão do Estado alemão, tratando o território como área, destacando os recursos naturais e o solo como elementos fundamentais do Estado. Neste sentido, Saquet (2015, p. 31) afirma que o Ratzel parte de pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas, centrado na indução, “[...] compreendendo a *Antropogeografia* como uma ciência comparada, partindo do pressuposto de que uma análise fundamentada cientificamente deveria ter como fonte as ciências mais desenvolvidas até então: as [ciências] naturais”. Nos séculos XIX e XX, a geografia foi marcada por uma abordagem baseada no Estado e por uma política unidimensional, reflexo do contexto e da produção científica das quais explanamos brevemente.

---

<sup>15</sup> MACHIAVELLI, N. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

Realizando um salto histórico para um período bem mais recente, a partir das décadas entre 1950 e 1970, com ênfase principalmente na década de 1970, emergem debates sobre novas concepções de território e territorialidade, enfatizando as relações de poder numa perspectiva variável e multiforme. Nesta conjuntura, um dos autores que mais influenciou nesse debate, sem dúvida, foi Michel Foucault. Ainda, devemos considerar, como bem destacou Marcelo Lopes de Souza, o papel das obras de Hannah Arendt, que, segundo Souza (2015, p. 79), iniciou o debate antes mesmo de Foucault, na obra “*A Condição Humana*” (1958)<sup>16</sup>.

Como colocado anteriormente, o conceito de território foi, durante muito tempo, influenciado pelo Estado e por uma política unidimensional. Da mesma forma, é comum que, na fala cotidiana, o território seja concebido como extensão de terra. Embora esse debate pareça esgotado, podemos dizer que essa influência permanece em diversos cenários mesmo contemporaneamente. Um exemplo prático pode ser demonstrado por uma busca rápida em dicionários atuais. No dicionário Michaelis (2018)<sup>17</sup>, as três primeiras definições de território são: (1) grande extensão de terra, torrão; (2) porção da superfície terrestre pertencente a um país, estado, município ou distrito, e; (3) região sob a jurisdição de uma autoridade. Com isso, queremos dizer que, ainda hoje, vale chamar a atenção tanto para a discussão da multidimensionalidade do poder, quanto para o cuidado em não gerar confusões entre território e o uso de outros conceitos relacionados a pesquisa sócio-espacial.

Nesse contexto de renovação, cabe destaque as contribuições de Claude Raffestin (1980). Para Raffestin (1993), o Estado não aparece como único detentor do poder; outros poderes interagem com o Estado, de diferentes escalas. Entende o poder como **multidimensional**, direcionando o olhar para as **relações cotidianas**. Dentro da **problemática relacional**, o poder aparece como o centro da análise, rompendo com o paradigma do Estado. Para Raffestin (1993, p.51-52), baseado em Foucault, existem dois tipos de poder: o Poder, com letra maiúscula, e o poder, com letra minúscula. O Poder, com letra maiúscula, postula “[...] a soberania do Estado, a forma de lei ou da unidade global de uma dominação”. Já o poder, com letra minúscula, está “presente em cada relação, na curva de cada ação: indicioso, ele se aproveita das fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem”.

---

<sup>16</sup> ARENDT, H, **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983 [1958].

<sup>17</sup> Dicionário Michaelis <[www.michaelis.uol.com.br](http://www.michaelis.uol.com.br)> Acesso em: maio de 2018.

Embora a obra de Raffestin (1980) apareça como marco no que se refere a discussão sobre o conceito de território, passaram-se mais de 30 anos desde a publicação da mesma. Desde então, como é natural na produção científica, muitas foram as metamorfoses conceituais e críticas, algumas pontuadas pelo próprio autor. No Brasil, uma das críticas mais destacadas é a de Marcelo Lopes de Souza (2000), ao colocar que Raffestin praticamente reduz o conceito de espaço ao natural, enquanto que o de território torna-se quase um sinônimo de espaço social, problematizando o fato de o autor empobrecer o arsenal de conceitos que dispomos e não desenvolver de fato a perspectiva relacional a qual propõe sua obra.

Na obra “*Microfísica do Poder*”, de Michel Foucault (1979)<sup>18</sup>, o que o autor chamou de microfísica do poder leva em consideração tanto um deslocamento do espaço de análise, quanto do nível em que essa se efetua. Neste sentido, na perspectiva de Machado (2012, p. XII-XIII), é importante pontuarmos que:

As análises [de Foucault] indicaram claramente que os **poderes periféricos** e **moleculares** não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado. [...]. Os poderes se exercem em **níveis variados** e em pontos diferentes da **rede social** e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado. [...]. A razão é que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa. O que me parece, inclusive, apontar para uma **consequência política** contida em suas análises, que, evidentemente, não tem apenas como objetivo dissecar, esquadrihar teoricamente as relações de poder, mas servir como um **instrumento de luta**, articulado com outros instrumentos, contra essas mesmas relações de poder [grifos nossos].

Conversamos diretamente com a citação de Haesbaert (2014) que abre o capítulo, tanto no sentido de renovação das reflexões sobre o território, quanto no uso dos conceitos que buscamos nos apropriar neste trabalho. Por fim, no que diz respeito ao movimento histórico do conceito de território, Saquet (2015, p. 15) propõe uma organização frente as **escolas de abordagem** do conceito, pensando um agrupamento de autores e propostas a partir dos anos de 1950-1970, sendo: (a) a primeira, a partir das reflexões de J. Gottmann, R. Sack e N. Entrikin; (b) a segunda, com Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Henri Lefebvre e Claude Raffestin, denominada **escola francesa**, e; (c) a terceira, com os estudos de G. Dematteis, A. Bragnasco, F. Indovina, A. Magnahi, G. Becattini e M. Quaini.

---

<sup>18</sup> FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012 [1979].

No que diz respeito a problemática do território, Haesbaert (2014, p. 53) explica que, a partir da luta pela terra, esta transformou-se em uma questão central na América Latina. Pondera, ainda, numa leitura não dualista, o desdobramento de pelo menos dois paradigmas nas abordagens de território, “[...] um hegemônico, capitaneado, sobretudo, pelas grandes empresas (com frequente apoio do Estado), e outro, contra hegemônico, liderado, sobretudo, [...] pelos grupos subalternos”. Este último, ao contrário da visão absoluta e homogeneizante do espaço, o vê como um espaço vivido, denso de relações sociais e culturais. O autor argumenta que qualquer conceito envolve a consideração de problemáticas específicas, sendo de ordem acadêmica, política hegemônica, política subalterna (como no caso deste trabalho) ou no uso pelo senso comum (HAESBAERT, 2014, p.56).

Transpondo a discussão para uma perspectiva mais didática, Souza (2000, p.78) coloca que o território “[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Para o autor, o território não precisa e nem deve ser reduzido à associação direta com a figura do Estado. Temos que os “[...] territórios existem e são construídos nas mais diversas escalas, da mais acanhada à internacional; são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias” (SOUZA, 2000, p. 81). Os territórios são, antes, relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, podendo se construir e se dissipar consideravelmente rápido.

Na leitura de Hasbaert (2004, p. 79), “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. Para o autor, considerando os dois extremos, não se pode conceber territórios puramente funcionais (visto que sempre existirá, por menor que seja, uma dimensão simbólica ou um processo de significação), nem territórios puramente simbólicos (visto que alguma referência ao espaço deverá estar presente). Transmite-se a ideia de um *continuum* de articulação territorial desde os territórios “[...] com maior carga funcional até aqueles com maior carga simbólica, sem perder nosso foco nas relações de poder” (HASBAERT, 2009, p.626). De acordo com Hasbaert (2009, p.633), cabe ao pesquisador, diante da problemática que se pretende dar conta em uma pesquisa, optar por um melhor sistema conceitual diante da constelação de significados e inter-relações.

Outra aproximação realizada por Haesbaert (2014, p. 57) com a obra de Lefebvre aparece quando, ao afirmar que o território em qualquer acepção tem a ver com poder, distingue as possibilidades em poderes de dominação e apropriação, referenciando o debate realizado por Lefebvre onde a **apropriação** aparece como processo carregado de marcas do vivido, do valor de uso, enquanto a **dominação**, aparece com um sentido mais funcional, vinculado ao valor de troca. Completa seu raciocínio afirmando que a tendência preponderante nas sociedades capitalistas “[...] é ver o território em termos de dominação (privada) do espaço a fim de controlá-la e criar valor a partir tanto da especulação com o preço (e a monopolização) da terra, quanto dos recursos que ela oferece” (HAESBAERT, 2014, p. 60).

Neste ponto, é importante trazer a contribuição de Saquet (2009a) no que diz respeito a abordagem e concepções de território e territorialidade. Na perspectiva deste autor, existem processos centrais e que estão no interior da formação de cada território e da territorialidade: (a) a relação espaço-tempo como condicionante à formação do território via processualidades histórica e relacional (transescalar, com redes e fluxos); (b) a relação ideia-matéria; (c) a heterogeneidade correlata e em unidade com os traços comuns, e; (d) a síntese dialética do homem como ser social e natural (SAQUET, 2009a, p. 74). Discorre que o caráter material e imaterial do território e da territorialidade demanda uma abordagem que perceba a unidade entre as dimensões da economia, política, cultura e natureza (E-P-C-N). No que concerne ao conceito de territorialidade afirma que “[...] efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e estes com seu lugar de vida”. (SAQUET, 2009a, p. 87).

Nas palavras de Marcelo Lopes de Souza (2000, p.99), a territorialidade, no singular, é representada por “[...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”, enquanto as territorialidades, no plural, “são os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmicas, etc.”. Para Souza (2000), trabalhar com territorialidade leva a ter em mente uma interação entre os seres humanos mediatizada pelo espaço. Nas territorialidades, existem **continuidades** e **descontinuidades** no tempo e no espaço, estando intimamente ligadas a cada lugar, no sentido que lhe dão identidade e são influenciadas por **condições históricas e geográficas**.

A leitura realizada por Rogério Haesbaert apresenta diversas possibilidades de uso de território e territorialidade, trabalhando sempre com a noção de *continuum* entre as conotações materiais e simbólicas. Ainda, o autor possui uma discussão bastante relevante no que diz respeito ao caráter múltiplo do território. Saquet apresenta um vasto conhecimento no que diz respeito a história do conceito de território, assim como um importante debate frente à escola italiana. Outro ponto a ser ressaltado diz respeito a reflexão proposta pelo autor de uma abordagem territorial, reforçando as possibilidades de uso dos conceitos de território e territorialidade como estratégia de organização política.

Marcelo Lopes de Souza desenvolve em seus trabalhos uma abordagem mais próxima da qual buscamos tratar os objetivos deste trabalho, especialmente frente realização dos estudos de casos. Assim como Haesbaert (2014) atualiza e recoloca alguns pontos de seu debate sobre o território sob novas bases, Souza (2015), na obra “*Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial*”, reforça e esclarece algumas ideias sobre sua concepção de território e territorialidade apresentadas em seu capítulo publicado em “*Geografia Conceitos e Temas*” (1995)<sup>19</sup>. O autor remete a um ponto que é fundamental neste trabalho, ao colocar que:

Para os geógrafos de formação, o aparelho do Estado tem sido, tradicionalmente, lócus de referência discursiva (isto é, objeto de estudo) privilegiado, ainda que indiretamente [...]; além do mais, o Estado tem sido, para eles, [...] lócus de construção discursiva (ou seja, o ambiente de trabalho, ambiente a partir do qual se elaboram as ideias e as pesquisas). Os ativismos sociais, em particular os movimentos emancipatórios, têm, por outro lado, recebido uma atenção proporcionalmente muito menor. E isso tem uma forte relação com a tradicional maneira de se conceituar o território e de empregar a palavra (SOUZA, 2015, p. 98).

Souza (2015) discute a ideia de “descoisificar” o território, isto é, flexibilizar o uso do conceito “[...] tornando-o adequado para o estudo, também, de movimentos sociais e suas organizações, protestos menos ou mais efêmeros, grupos de jovens, quadrilhas de criminosos e por aí vai” (SOUZA, 2015, p. 100). Para o autor, isso leva a considerar o papel das dimensões cultural e simbólica na conceituação de território, no sentido que a dimensão política não as anula. Nesta acepção, argumenta que o conceito **pode** e **deve** ser aplicado às diferentes escalas e situações, inclusive do cotidiano, como discutiremos na sequência do capítulo.

---

<sup>19</sup> CASTRO, I. E. et al (Orgs.) **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



## 2.4. ADENTRANDO A PROBLEMÁTICA: PODE-SE ENTENDER ORGANIZAÇÕES POPULARES COM BASE NA ABORDAGEM TERRITORIAL?

Falar sobre uma abordagem territorial diz respeito as possibilidades de uso dos conceitos de território e territorialidade. Debate evidente na obra de Marcos Aurélio Saquet, esta abordagem não se trata de um modelo nem de um manual, mas de um arranjo de ideias a partir de aspectos estudados pelo autor no que diz respeito a abordagens e concepções de território na geografia e em outras ciências sociais, no sentido que “[...] cada relação espaço-tempo-território precisa ser pensada, abstraída a partir de suas especificidades e dos propósitos de cada pesquisador ou grupo de pesquisa” (SAQUET, 2015, p.158).

Deste modo, a ideia do debate é ponderar ressalvas sobre o uso dos conceitos frente aos propósitos da pesquisa. Um dos primeiros pontos que consideramos importante, como evidencia Saquet (2015), é a complexidade entre o movimento do pensamento e o real, admitindo em nossa abordagem as **particularidades** existentes no processo de formação do Brasil. Considerar as singularidades na formação territorial brasileira não significa que devemos negar a base teórico-metodológica europeia, por exemplo. Significa, isso sim, ter atenção as especificidades de nosso processo histórico, como bem trabalha José de Souza Martins na obra “*A Sociabilidade do Homem Simples*” (2008)<sup>20</sup> ao discutir as contradições do moderno no Brasil, onde moderno e arcaico existem em coetaneidade. Devemos considerar em nossa abordagem fatores que ajudem a compreender as continuidades e descontinuidades, as multitemporalidades e as multiescalaridades. São exemplos de particularidades, para Saquet (2015, p. 157), “[...] as diásporas internas; cidades pequenas e médias; as metrópoles; a geopolítica na América Latina; a caatinga e o cerrado, entre outros processos como a produção agrícola e artesanal de base familiar e os movimentos sociais como o MST”.

Frente a estes contextos, a abordagem territorial floresce como uma das formas de compreensão de processos, redes, rearranjos, heterogeneidade, contradições, tempos e territórios, onde a territorialidade deve ser potencializada como **estratégia de organização política** (SAQUET, 2006; 2009a).

---

<sup>20</sup> MARTINS, J. S. **A Sociabilidade do Homem Simples**. São Paulo: Contexto, 2008.



Com base em Saquet (2009b), o real é entendido como o mundo vivido, substantivado por contradições, movimento, superações e coexistências. Ao trabalhar a noção de território, é necessário pensar, na perspectiva de Saquet (2009b, p. 52), que este funda-se em relações, **conflitos e contradições**, existindo simultaneamente a heterogeneidade e a homogeneidade, desigualdades e diferenças, onde “[...] essas contradições condicionam o movimento interior e exterior do território. Negligenciá-las significa negar o movimento e as interações”. Existem articulações territoriais que nos remetem a pensar o real a partir de uma abordagem territorial. Esta é centrada na relação espaço-tempo e na reciprocidade intrínseca entre ideia e matéria, onde ocorre, segundo Saquet (2009b, p. 48) a:

Apropriação e produção do espaço e do território (tempo-espaço-território) com redes/conexões, relações de poder e identidades locais/enraizamentos, materialidades e imaterialidades, mudanças e permanências, continuidade-descontinuidade; homogeneidade e heterogeneidade, concreto e abstrato, novo-velho-superação, desigualdades e diferenças, diversidade e unidade.

Temos tempos e territórios simultâneos, recíprocos, contraditórios e em movimento, produto e condição de **territorialidades** e temporalidades. O autor trabalha, então, o fato de que é importante para estudos de território que considerem processos históricos e geográficos, análise dos agentes produtores do território, assim como “[...] os tempos coexistentes (tempos lento e rápido) e a articulação de escalas de análise, no processo de apropriação e produção do espaço geográfico, com suas devidas adaptações/contextualizações” (SAQUET, 2009b, p. 49).

No contexto de **articulação de escalas**, destacamos as contribuições de Souza (2007) ao discutir as limitações de se apropriar somente de uma “**visão de sobrevoo**”, perspectiva que é própria do Estado. Neste sentido, ao optar pelo estudo de organizações populares e suas territorialidades, buscar-se-á o equilíbrio no exercício entre o “de longe, de fora” e o “de perto, de dentro, do cotidiano”, interagindo e dando voz aos sujeitos no processo de pesquisa. Na perspectiva de Saquet (2009, p.91), territorialidades demandam ser potencializadas como estratégia de organização política, sendo essa uma possibilidade de abordagem territorial “[...] avaliar as condições existentes em cada território ou rede de territórios para potencializar projetos e programas de desenvolvimento com mais justiça social”. Saquet (2015, p. 177) assinala que “[...] nada se faz, muda, permanece ou se pensa sem se articular, identificar e se concretizar *na* e *com* a territorialidade cotidiana”.

Discutíamos flexibilizar o conceito de território, como coloca Marcelo Lopes de Souza, “descoisificar”. Quando consideramos na análise do território e da territorialidade as dimensões cultural e simbólica, além da política, a intenção não é a de sobrecarregar o conceito. Para Souza (2015, p. 100-101), tratando de relações sociais complexas, numa sociedade una e indivisível, uma dimensão pode ganhar maior destaque/importância dependendo de cada caso concreto. Como explica o autor, “[...] em cada caso concreto, ao se examinarem os fatores por trás de processos de territorialização, descobriremos, recuando no tempo e escavando o suficiente, um emaranhado de motivações, dos mais diversos tipos” (p. 101). Ainda assim, elementos oriundos de outras dimensões devem ser considerados.

Considerando o processo de territorialização como “[...] um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço” (SOUZA, 2015, p. 102), o autor avança em sua argumentação no sentido de que o uso dessa abordagem pode ser concretizado em diferentes escalas e situações, com ênfase em situações do cotidiano, que, segundo o autor, são tradicionalmente negligenciadas no âmbito das pesquisas geográficas, guiadas por uma visão de sobrevoos<sup>21</sup>. Todavia, o cotidiano dos indivíduos ou grupos sociais nos permite observar e considerar realidades difusas, do ponto de vista dos campos de força do poder no espaço. É nesta perspectiva que Souza (2015, p. 104-105) exemplifica:

Em uma grande cidade contemporânea ao levarmos em conta a miríade de práticas espaciais que ocorrem em uma escala geográfica muito reduzida [...]. Essa é a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente [...]. É a escala, mais abrangentemente, dos ‘micropoderes’, da ‘microfísica do poder’, assunto brilhantemente desbravado pelo principal inspirador de [Michel] De Certeau, Michel Foucault.

Neste segmento, uma proposta que trabalha o espaço urbano e os conceitos de território e territorialidade que nos chama a atenção é a apresentada por Trindade Júnior (1998). No texto, o autor tem como objetivo realizar uma aproximação teórica para entender, a partir dos conceitos de território e territorialidade, o espaço urbano como condição e meio de realização das dinâmicas sociais.

---

<sup>21</sup> O termo “visão de sobrevoos” é utilizado por Marcelo Lopes de Souza em analogia ao que Maurice Merleau-Ponty conceituava como “pensamento de sobrevoos”, crítica a abordagem da ciência moderna de entender o objeto de pesquisa de longe, de forma generalizante, sem adentrar o cotidiano, sem explorar o senso comum e suas contradições (SOUZA, 2007; 2015).

A argumentação do autor parte da consideração dos agentes produtores do espaço, discussão muito bem analisada na obra de Roberto Lobato Corrêa. Assim, Trindade Júnior (1998, p. 32) passa a explorar a noção de redes de agentes produtores do espaço urbano, que, segundo o mesmo, são “[...] entendidas como articulações locais de agentes responsáveis pela dinâmica da cidade e que estão por trás da apropriação da terra urbana”. Em sua leitura de território e territorialidade, o autor carrega muitos elementos de Raffestin (1993), considerando a crítica realizada por Souza (2005) a qual citamos anteriormente. Ainda, o autor enriquece sua abordagem levando em consideração a ideia de apropriação, incorporando elementos referentes a dimensão simbólica trabalhados por Félix Guattari. A partir desses elementos, Trindade Junior (1998, p. 34) afirma:

Entendidos como mediação entre a relação dos agentes e o espaço, os territórios configurados no interior do espaço urbano registram ações que controlam, garantindo a espacialidade dos interesses de um ou vários agentes. Assim, quando se menciona a existência de **territórios na cidade**, fala-se de frações do urbano, **explícita** ou **implicitamente demarcadas** e controladas por determinadas ações, produtos da correlação de forças ou de diferenças que se estabelecem para com outros agentes [grifo nosso].

O autor indaga como o espaço urbano, considerando as especificidades do caso brasileiro, assimila territorialidades através dos agentes locais, levando em consideração a segregação espacial inerente a produção do espaço capitalista. Para Trindade Junior (1998, p. 38-48), no espaço urbano podemos falar de territorialidades diversas, tendo em vista a importância da ação desses agentes. Assim, propõe uma organização de exemplos de **territorialidades urbanas**, sendo elas: (a) os territórios das empresas do mercado imobiliário; (b) as organizações populares e suas territorialidades, e; (c) os formatos territoriais institucionalizados.

Os **territórios das empresas do mercado imobiliário** atuam em sintonia com o padrão de segregação residencial urbana do capital, sendo compostos pelas empresas imobiliárias e incorporadoras, que se diferenciam de acordo com seu poder econômico. Temos, assim, espaços onde se realizam obras e os estoques de terreno das incorporadoras, havendo uma relação direta entre os empreendedores, a demanda e a localização dos imóveis. Nesse caso, o espaço aparece como elemento essencial, tendo em vista que a reprodução do capital imobiliário demanda não só apropriação de localidades, mas a produção de novas.

Como pontuado por Trindade Junior (1998, p. 40), “[...] não se trata de uma territorialidade formal das grandes empresas, mas sim de uma territorialidade tácita, definida pelo poder empresarial dessas empresas, que tende a se expandir, e para isso precisa de reestruturação urbana”. Tendo isso em vista, continua o autor “[...] a atuação das empresas na produção do espaço urbano tem uma lógica que não é apenas espacial, mas também territorial” (p. 41) onde, ao mesmo tempo, tomam o espaço, o controlam e excluem outros agentes deste processo.

As **organizações populares e suas territorialidades** são o grupo de maior foco deste trabalho. Este tipo de territorialidade pode ser evidenciado, segundo Trindade Junior (1998, p. 43), nas **ações dos movimentos populares**, mais precisamente nas suas **organizações representativas**. Estão expressos através de centros comunitários, associações de moradores e organizações de bairro, por exemplo. Podem ser definidas em várias escalas, com destaque a escala local, na dimensão do espaço vivido, do uso cotidiano do espaço. Estas, de acordo com o autor, acabam por definir raios de ação e **redes de articulação política** em seu entorno, tendo, inclusive, a possibilidade de filiação dessas organizações a entidades mais gerais. Podemos ver, assim, a multidimensionalidade do poder sendo trabalhada em diversas escalas espaciais e de relações sociais.

Em situações onde o embate político dessas organizações entra em correlações de força, onde o espaço é o mediador, “[...] o espaço aparece como elemento necessário a reprodução das estratégias de luta e de (des) mobilização política” (TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 43). É importante ressaltar que devemos considerar a existência de diferenças no movimento popular urbano, mesmo que busquem o direito à cidade e possuam demandas semelhantes. Tendo em vista essas diferenças políticas internas, as organizações populares e suas territorialidades não podem ser abordadas como um bloco monolítico. É neste sentido que aprimoraremos esta abordagem com o aporte teórico de **ativismos sociais** trabalhado na obra de Marcelo Lopes de Souza.

Por fim, Trindade Junior (1998, p. 44) apresenta os **formatos territoriais institucionalizados**. Para o autor, “[...] a delimitação das escalas de ação e controle dos agentes produtores do [espaço] urbano não se dá apenas no plano informal/subjetivo. Alguns desses raios de ação, de controle e de sentimento de pertencimento passam a ser institucionalizados”.

Neste segmento, o exemplo trabalhado pelo autor diz respeito aos movimentos de emancipação de municípios inseridos no interior de regiões metropolitanas. Estes, de acordo com Trindade Junior (1998), são muitas vezes criados com base em discursos que manipulam anseios de uma coletividade, que buscam a concretização de projetos particulares em cima de um discurso de agregação de interesses comuns. Entretanto, não é raro que existam outros tipos de interesse nesse tipo de projeto, envolvendo a dinâmica de reprodução do capital pelo mercado imobiliário, ação de possíveis candidatos políticos, entre outros.

Como designado anteriormente, os estudos de caso a serem realizados neste trabalho terão ênfase no que chamamos de **organizações populares e suas territorialidades**. Isso significa que, utilizando-se da territorialidade (como uma abordagem territorial), buscaremos, para atingir os objetivos do processo de pesquisa, compreender e discutir estas **organizações populares** a partir das **relações de poder** e como essas ações estão envoltas no processo de **produção do espaço**. Sem embargo, tanto aqui, quanto em Souza (2015, p.105), nos interessam as ações que se traduzem em **ativismos sociais**. Partindo desta ideia, “[...] refletir sobre o presente e o futuro das cidades brasileiras necessariamente passa pela consideração dos activismos sociais, os quais são e tem sido importantes agentes modeladores do espaço urbano” (SOUZA, 2011, p. 31).

Marcelo Lopes de Souza vem trabalhando com activismos e movimentos sociais desde meados da década de 1980 - como em Souza (1988)<sup>22</sup>, onde discute os activismos de bairro. Em Souza e Rodrigues (2004, p. 83), pontua-se que “[...] todo movimento é um ativismo social, mas a recíproca não é verdadeira: nem todo ativismo é um movimento”. Com isso, entende-se que o ativismo é uma categoria mais ampla, que envolve diversas mobilizações dos habitantes da cidade. Os activismos e movimentos sociais “[...] são formas que as pessoas têm de se organizar e se colocar como participantes ativos na sociedade” (p. 82). Ainda, os activismos e movimentos sociais podem ser de vários tipos, de acordo com seu tema, por exemplo: especificamente urbanos (ativismos de bairros e favelas); frequentemente urbanos, mas não exclusivamente baseados em cidades (movimento ambientalista) e os rurais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

---

<sup>22</sup> SOUZA, M. L. **O que pode o Ativismo de Bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista**. 241p. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

De acordo com Souza (2011, p. 32), os ativismos sociais podem ser divididos em ativismos sociais em geral e movimentos sociais em sentido estrito. Os primeiros estariam ligados a um tipo de ação coletiva caracterizada por uma duração geralmente longa (anos ou décadas), por ações e protestos públicos. Neste caso, de acordo com Souza e Rodrigues (2004, p. 85), o ativismo de bairro é o mais típico ativismo urbano no Brasil. Os segundos seriam uma modalidade crítica dos ativismos; enquanto alguns são limitados a ações pontuais, os movimentos sociais possuem demandas específicas e reflexões profundas frente a problemas estruturais. Possuem postura crítica quanto a desigualdade, segregação, racismo, etc. Como exemplos, podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Na perspectiva de Souza (2015, p. 105),

Se examinarmos as práticas dos ativistas e organizações, veremos que muitas ou quase todas são, em sentido forte, práticas espaciais [...]; e, se examinarmos suas ações de resistência e protesto, verificaremos que entre as práticas espaciais se destacam as ações de territorialização.

Na obra de Souza e Rodrigues (2004), discute-se a questão de que o planejamento é sempre visto como solução para o problema urbano. Implicitamente fica a mensagem de que se houvesse um planejamento, todos os problemas estariam resolvidos. Todavia, sabemos que o problema não é tão simples. Fazemos as mesmas perguntas realizadas pelos referidos autores: Solução para quem? Que tipo de planejamento, e com quais princípios? Para os autores, “[...] não se pensa em resolver os problemas na sua origem: a gritante desigualdade social, o desemprego, a ausência de políticas habitacionais. Para muitos parece ser mais fácil segregar ainda mais, separar ainda mais” (SOUZA e RODRIGUES, 2004, p. 11).

Pensamos que os ativismos sociais, além de resistirem as contradições existentes na cidade, colocados como protagonistas na produção do espaço urbano, devem e precisam ter a dizer sobre caminhos e propostas. Com base nessas considerações, buscar-se-á, na discussão dos estudos de caso abordar, no contexto da periferia curitibana, organizações populares desde suas relações sociais de poder, sendo elas: (a) uma dentro da perspectiva dos ativismos sociais em geral, a **Associação 23 de Agosto/Ganchinho**, e; (b) outra na perspectiva da atuação de movimentos sociais no sentido mais estrito, o caso da **Ocupação Dona Cida/CIC**.



Para resumir a discussão, organizou-se um quadro síntese de alguns conteúdos desenvolvidos no Capítulo 2 (FIGURA 09), destacando pontos que nos interessam - em cada autor trabalhado frente ao uso dos conceitos de território e territorialidade – para os estudos de caso, assim como autores relevantes utilizados como base pelos mesmos no debate referente a espaço e poder.

FIGURA 09. Síntese da Discussão Teórica do Capítulo.

Autores	Discussão de Espaço e Poder (Autores Relevantes no Debate)	Destaque
Marcelo Lopes de Souza	Henri Lefebvre, Cornelius Castoriadis, Hannah Arendt, Michel Foucault.	Trabalha as relações de poder no espaço considerando a ação de ativismos sociais, destacando a prática espacial das relações e a possibilidade de uma perspectiva autonomista.
Marcos Aurélio Saquet	Henri Lefebvre, Michel Foucault, Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis, Massimo Quaini.	Discussão dialética do território, considerando a processualidade histórica e relacional. Ênfase nas dimensões E-P-C-N e na abordagem territorial como possibilidade de organização política.
Rogério Haesbaert	Henri Lefebvre, Doreen Massey, Félix Guattari, Gilles Deleuze, Michel Foucault.	Território como um <i>continuum</i> entre as relações materiais e simbólicas.
Saint-Clair Trindade Junior	Roberto Lobato Corrêa, Michel Foucault, Claude Raffestin.	Proposta que trabalha de forma conjunta os agentes produtores do espaço urbano e as relações de poder.

Elaboração: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

Primeiramente, consideramos importante a discussão realizada por Trindade Junior (1998) no que diz respeito a proposta de **organização da problemática**, trabalhando os agentes produtores do espaço urbano junto das territorialidades. De fundamental importância para o trabalho, Marcelo Lopes de Souza ganha destaque pelo **direcionamento da proposta**, enfatizando, aqui, as ações e relações de poder que se traduzem em ativismos sociais nas organizações populares. Saquet ganha destaque tanto pela discussão metodológica, quanto no sentido de trabalhar a abordagem territorial como possibilidade de organização política e ver, nas territorialidades, uma potencialidade para a realização de estudos de caso.

Por fim, a obra de Haesbaert, considerando território como um *continuum* entre relações materiais e simbólicas, estabelece um uso do conceito mais sensível a fatores ligados ao **cotidiano** da população, tornando a análise mais substantiva.

## 2.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, buscou-se realizar uma reflexão teórica referente aos conceitos de território e territorialidade, destacando uma abordagem territorial e trazendo as organizações populares e suas territorialidades como possibilidade de organização política, resistência e luta frente aos conflitos urbanos. Utilizamos do conceito de **organizações populares**, discutido por Trindade Junior (1998), com o intuito de abranger, numa mesma terminologia, tanto o que Marcelo Lopes de Souza conceitua como ativismos sociais no sentido geral, quanto os ativismos ou movimentos sociais no sentido estrito, agregando, ainda, o sentido de direcionarmos o recorte para organizações que atuam a partir de camadas populares.

Deu-se destaque a relação entre espaço e território, trazendo o espaço como categoria central da Geografia. Com isso, buscou-se tanto posicionarmos nossa abordagem frente aos fenômenos dos estudos de caso, quanto dialogar com o conteúdo do capítulo inicial, onde o foco concentrou-se na produção capitalista do espaço. Na sequência, realizou-se um breve apanhado no que diz respeito a evolução dos conceitos de território e territorialidade no âmbito da ciência geográfica. Neste ponto, o objetivo da construção do texto foi explicitar o avanço frente a abertura do conceito de território que foi, historicamente, relacionado diretamente ao poder do Estado. Dialogando com autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, vemos que, atualmente, é possível trabalhar o território numa perspectiva multidimensional, multiescalar e considerando as relações de poder como uma forma de resistência frente ao poder heterônimo.

Na seção final, a discussão ficou em torno da problemática: pode-se entender organizações populares com base na abordagem territorial? Pensamos que a abordagem territorial permite, sim, uma possibilidade de entendimento de organizações populares e como as mesmas atuam na produção do espaço. Tendo isso em vista, buscou-se direcionar nossa proposta de estudo com a proposta de Trindade Junior (1998), reforçada pela base teórica de Souza (2011).

## CAPÍTULO 3. ORGANIZAÇÕES POPULARES EM CURITIBA: SUJEITOS E CONFLITOS, ORGANIZAÇÃO E LUTA

*A cidade, colonizada pelas finanças, explode em **insurgências, conflitos e violência**. Mais uma vez, trata-se de **processos globais** e ao mesmo tempo profundamente **locais de disputa pelos territórios** – a guerra dos lugares [...], que simultaneamente **questiona as políticas** e prefigura **outros mundos urbanos possíveis** [grifos nossos] (ROLNIK, 2015, p. 16).*

### 3.1. INTRODUÇÃO

Na passagem que abre o texto, retirada da obra Guerra dos Lugares (2015), Raquel Rolnik trata não só de uma guerra de lugares, mas de uma **guerra pelos lugares**. A autora, que foi relatora especial para o Direito à Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas (ONU), traz em sua obra um brilhante apanhado no que se refere a colonização da terra e da moradia, trabalhando a questão em escala internacional e dedicando parte do livro a reverberação do fenômeno no Brasil. A proposta de Rolnik discute o longo processo de **desconstrução da habitação como bem social** e de sua transformação em **mercadoria**. Neste quadro, aborda a os passos que deram sustentação a este modelo, discutindo o estágio atual da produção capitalista do espaço, o papel do microfinanciamento e questões como os sujeitos envolvidos no processo e a crise de insegurança de posse.

Meio a conflitos e contradições decorrentes do processo de produção capitalista do espaço, pensamos que o mesmo não deve ser entendido, em sua análise, como um bloco monolítico. Neste, existem **fissuras, porosidades**. Na perspectiva de Rolnik (2015, p. 378), na chamada guerra dos lugares “[...] o que está em jogo são processos coletivos de construção de ‘contra espaços’: movimentos de resistência a redução dos lugares a *loci* de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis”. Partindo deste princípio, destacamos, aqui, as organizações populares e suas territorialidades discutidas em nossos estudos de caso – interpretadas por sua realização no espaço como ativismos sociais – como parte do que Raquel Rolnik (2015) trabalha em suas notas finais como **porosidades, resistências e quebras de consenso**.

Segundo Rolnik (2015, p. 378),

As explosões e os protestos envolvendo multidões são sismos por meio dos quais é possível vislumbrar a potência desse fermento. Entretanto, não é apenas nessas ocasiões, mas no dia a dia de cada um dos *fronts* dessa luta, que se desenrola a guerra dos lugares. Ela está **em cada resistência a despejos e remoções**, em cada luta antiprivatização e homogeneização do espaço, **em cada apropriação do espaço coletivo** como lugar de multiplicidade e da liberdade. Está, enfim, **no exercício cotidiano de formulação e de luta pelo direito à cidade** [grifos nossos].

Embora a discussão dos estudos de caso tratadas neste capítulo seja de grande complexidade, diferentes temporalidades e não se enquadrem num mesmo tipo de ativismo social, em ambas as situações se encontram elementos tratados por Rolnik no sentido de atuar como porosidades, resistências e quebras de consenso no processo de produção do espaço urbano de Curitiba. Os contextos expõem a **contradição** em torno da **questão da moradia**, destacam **conflitos** urbanos e mostram relações de poder existentes na atuação e organização dos sujeitos em **redes de mobilização** que se realizam no espaço em proporções **multiescalares**, em diferentes **esferas de atuação** e de forma **poli dimensional** quanto as pautas.

Neste sentido, este capítulo tem como objetivo discutir o entendimento da complexidade, dinâmica, potencialidades e limitações de duas organizações populares e suas territorialidades. Inicialmente, o texto apresenta o contexto que envolve os ativismos e movimentos sociais na trama da luta pela moradia. Faz-se necessário explicar, ao menos de forma breve, este elemento em comum que envolve os dois estudos de caso, isto é, a **questão da moradia**. Na sequência, abordam-se os estudos de caso da Associação 23 de Agosto, localizada no bairro Ganchinho, e da Ocupação Dona Cida, na Cidade Industrial de Curitiba.

Os estudos de caso foram realizados com base em trabalhos de campo, registros fotográficos, diários de campo e na realização de entrevistas narrativas com lideranças atuantes na Associação 23 de Agosto e na Ocupação Dona Cida. Como parte deste processo, deve-se destacar como de suma importância a participação nas reuniões do Projeto Ocupações Urbanas (POU) da UFPR. Durante os anos de 2018 e 2019, entre idas e participações em eventos nas comunidades, assembleias, audiências públicas e entrevistas, foram realizados **15** trabalhos de campo considerando os dois estudos de caso. Ainda, com o tempo, manteve-se contato direto com as assessorias, lideranças e grupos em redes sociais.

Para cada trabalho de campo realizado frente aos estudos de caso, elaborou-se, com base em anotações de observação, um diário de campo. Neste, constam as datas de realização dos campos, anotações gerais decorrentes de observação e percepção dos fenômenos, e, principalmente, de conversas informais com os moradores e lideranças nas comunidades. O diário de campo aparece como um elemento de grande importância para a sustentação dos estudos de caso, tendo em vista que neste tipo de estudo, envolvendo organizações populares (de forma a contemplar os ativismos sociais em geral e no sentido estrito), diferentes sujeitos e formas de percepção dos fenômenos, apenas a realização de entrevistas narrativas não seria suficiente para o entendimento da complexidade dos casos. Como complemento aos diários de campo, foram feitos registros fotográficos durante os trabalhos de campo, especialmente das paisagens e atividades realizadas.

Ao falarmos em entrevistas narrativas, tratamos especificamente de um **método de pesquisa qualitativo**. As entrevistas narrativas, para Jovchelovitch & Bauer (2002, p. 103-104), são particularmente úteis em projetos que envolvem políticas locais, grupos sociais e projetos que combinam histórias de vida e contextos sócio históricos. Como apontam Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 95), a entrevista narrativa “[...] é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, [...] é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas”.

Partindo destes princípios, as entrevistas foram preparadas após a realização dos primeiros trabalhos de campo, tendo em vista a necessidade de um melhor entendimento de cada contexto para a organização do conteúdo. Assim, para cada entrevista preparou-se um tópico inicial no sentido de estimular o relato, passou-se pela narrativa central e encerrou-se com uma fala conclusiva do entrevistado. Neste sentido, realizaram-se quatro entrevistas narrativas. Concederam relatos e participaram do processo de pesquisa duas lideranças de cada estudo de caso. Estas entrevistas tiveram um tempo médio de duração de 39 minutos e foram transcritas, analisadas de forma temática e discutidas no decorrer deste capítulo.

Por fim, a seção final realiza um fechamento do conteúdo do capítulo com os objetivos do trabalho, discutindo, com base nos estudos de caso, as territorialidades dessas organizações populares, suas potencialidades, limitações, e, comparando as lutas da Associação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida.

### 3.2. ATIVISMOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRAMA DA LUTA PELA MORADIA

Desde o início do processo de elaboração do texto, buscou-se a construção de um caminho para o melhor entendimento da problemática da qual tratamos. Neste sentido, no Capítulo 1 apresentou-se um esboço de nosso entendimento sobre a produção capitalista do espaço, a contradição entre valor de uso e valor de troca e iniciou-se um debate sobre direito à cidade. Na sequência, buscou-se compreender como se deu a produção do espaço no município de Curitiba para, enfim, discutirmos e entrarmos nos conflitos e contradições frente ao discurso de “cidade modelo”. Antes de iniciarmos o debate presente no Capítulo 2, mais restrito ao aprofundamento conceitual de nossas categorias de análise, pontuamos o **déficit habitacional** de Curitiba, de **8,53%**, assim como o fato de **7,8%** dos domicílios da cidade estarem localizados em áreas de favela, o que no Censo 2010 correspondia a **49.706** domicílios (IPPUC, 2012; 2015).

No trabalho de Albuquerque (2007), fica claro o fato de que a **questão da moradia**, como contradição e conflito, coloca em xeque o discurso de uma cidade modelo em Curitiba. Com isso, a mal resolvida questão da habitação mostra que a capital paranaense não está excluída da realidade urbana do cenário nacional. Embora existam diferenças entre o formato atual dos estudos de caso da Associação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida, a primeira conclusão que se chega é que ambos os casos tiveram como **ponto de partida** a mesma contradição em meio ao processo de produção do espaço: a questão da moradia. São parte de processos de ocupação de terra na luta pelo direito à moradia e passaram (e ainda passam) por uma série de conflitos decorrentes de suas origens.

Considerando a questão da moradia como **cerne** dos conflitos aqui discutidos, faz-se necessário desenhar um enredo, um pano de fundo - ainda que sucinto -, de forma a contemplar o debate e entender parte dos processos que envolveram ou que ainda envolvem os contextos dos estudos de caso; cenários políticos, programas governamentais e as ações dos movimentos frente a este quadro no decorrer dos anos. Inicialmente, faz-se necessário considerar algumas particularidades da economia e política brasileiras a partir da segunda metade do século XX; como apontado por Rolnik (2015), um processo que abrange momentos de crescimento, estagnação econômica e, enfim, a redemocratização política.



Além da importância do período de redemocratização - com o fim da ditadura militar em 1985 e a aprovação da Constituição de 1988 -, anos depois, em 1º de janeiro de 2003, chegaria ao poder uma coalisão liderada pelo Partido dos Trabalhadores, força que se originou das lutas e movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990. Sobre esta ascensão ao poder, discorre Rolnik (2015, p. 262),

Uma de suas agendas era a construção de um Estado de direitos, em que o acesso à moradia adequada e o direito à cidade eram elementos importantes. Por outro lado, é exatamente no mesmo período que o país vê avançar a hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como das agendas e pautas neoliberais, especialmente nas políticas habitacionais e urbanas, o que faz com que esse momento seja marcado por ambiguidades e contradições.

Nos primeiros anos do século XXI, o Brasil viveu um período de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), redução de desemprego, reajuste no salário mínimo. Raquel Rolnik (2015) destaca, também, a retomada do papel dos bancos e fundos públicos por meio de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV). Este último, gerando uma grande ampliação dos subsídios públicos para a construção de residências. Considerando especificamente a **política urbana**, na perspectiva de Rolnik (2015, p. 264),

A partir de um intenso debate no seio da sociedade civil, nos partidos e entre governos acerca do papel dos cidadãos e de suas organizações na gestão das cidades, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por avanços legais no campo do direito à moradia e do direito à cidade. A Constituição de 1988 incorporou um capítulo sobre política urbana, estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse dos milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios relacionados a essa política.

Neste ponto, vale sempre ressaltar que, de acordo com o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil<sup>23</sup>, “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição” [grifo nosso]. Ou seja, de acordo com a lei fundamental do Brasil, todo cidadão tem **direito à moradia**.

---

<sup>23</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: fevereiro de 2019.

Partindo dessa perspectiva, de acordo com Boulos<sup>24</sup> (2012, p. 18),

Entender a moradia como direito significa **pensa-la a partir da necessidade e do uso**. Ao contrário, a lógica capitalista dominante trata a moradia – e todos os direitos sociais – a partir do valor medido em dinheiro, o valor de troca. Para o capital, pouco importa se há gente precisando de moradia, importa se há quem possa pagar por ela e trazer lucro às construtoras e donos de terra. Tudo é transformado em mercadoria, independente das necessidades sociais. [...]. A moradia (digna), além disso, é uma mercadoria muito cara para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Durante muito tempo, foi quase um item de luxo [grifo nosso].

Embora na década de 1980 tenham ocorrido avanços no texto constitucional no que diz respeito aos direitos sociais no sentido de inclusão e diminuição das desigualdades – desigualdades reforçadas pelo modelo desenvolvimentista dos militares -, o cenário econômico mundial colocou os governos em outra direção. À luz de Rolnik (2015, p. 268), principalmente na década de 1990, a ascensão neoliberal forçou reformas fiscais ortodoxas, reverberando numa retração de gastos públicos em medidas ligadas a direitos sociais. Assim, na perspectiva da autora,

Da mesma forma que a maioria dos países latino-americanos, o Brasil passou por uma séria crise financeira ao final dos anos 1980, o que restringiu suas possibilidades de seguir uma agenda desenvolvimentista. Por outro lado, a transição da ditadura para a democracia não significou a derrocada das forças políticas que estavam no poder. Por mais que novos atores – como **movimentos sociais urbanos** (entre eles, **os de moradia**) e o novo movimento sindical – tenham entrado em cena por meio de novos partidos e participado cada vez mais nos órgãos legislativos e executivos no nível local, os líderes dos antigos partidos e das antigas oligarquias ainda detinham grande influência e controle político [grifos nossos].

Tendo em vista este contexto político e econômico existente no Brasil no final dos anos 80, são notáveis os motivos que levaram o país a ficar **23 anos** sem uma política de habitação de proporções nacionais, entre 1986 e 2009: ou seja, desde a falência do Banco Nacional de Habitação (BNH) - em 1986 – até o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2009. A existência dos programas não significa o equacionamento da questão da moradia, longe disso. A atuação de ambos os programas fomenta diretamente o mercado imobiliário e as grandes construtoras. Da mesma forma, as parcelas mais pobres da sociedade não foram e não são porcentagem majoritária do total de moradores atendidos pelos programas em questão, ainda que o quadro tenha melhorado durante o MCMV.

---

<sup>24</sup> Guilherme Boulos é ativista, político e membro da coordenação nacional do MTST.

Todas essas questões e o contexto político-econômico no governo Fernando Henrique Cardoso não passaram sem conflitos. Discorre Rolnik (2015, p. 270),

Além de conquistar administrações locais importantes durante esse período, a esquerda também constituiu uma forte oposição política no Congresso Nacional. Ela não foi forte o suficiente para interromper todas as reformas conduzidas pelo governo, mas conseguiu postergar e mitigar algumas delas, como a privatização de serviços urbanos essenciais, por exemplo, abastecimento de água e saneamento. O reconhecimento constitucional do direito à moradia como direito fundamental em 2000, e a aprovação do **Estatuto da Cidade** (Lei n. 10.257)<sup>25</sup>, em 2001, são exemplos de conquistas pontuais [...] de **movimentos sociais** e forças da esquerda, no âmbito de suas lutas pelo **direito à cidade** [grifos nossos].

Entre fluxos e refluxos, ressaltamos, a grosso modo, o papel dos movimentos sociais populares. Em especial, como destaca Gohn (1991, p. 9), a partir dos anos 1970, “[...] movimentos com caráter de classe, a partir das camadas populares, em nível local de moradia, lutando por bens de consumo coletivo, nos setores de infraestrutura urbana, saúde, educação, transporte, habitação, etc.”. Ainda referente a este tema e sobre o contexto das lutas, discorre Gohn (1991, p. 13),

O desemprego, o aumento dos aluguéis, a mudança da legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, [...], o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas, etc. levaram às invasões [**ocupações**] coletivas de áreas urbanas e a constituição de movimentos de luta pela moradia. As diferentes formas de luta, [...], todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias, definidas segundo o grupo de assessoria a que se articulavam ou as posições das lideranças populares que assumiram a direção de suas ações [grifo nosso].

Além dos movimentos populares por moradia, a autora aponta que surgiam movimentos associativistas em torno da causa, como seria o caso de algumas associações de moradores. Os contextos políticos e econômicos existentes em diferentes temporalidades nos apontam processos e lutas decorrentes, e, os contextos da luta por moradia não são diferentes. Como nos aponta o trabalho de Tonella (2010), Curitiba passou por algumas eclosões de ocupações de terra: uma entre 1988 e 1992, precisamente a temporalidade do estudo de caso da Associação 23 de Agosto; outra tendência iniciou-se após o ano de 2006, discussão mais próxima do que trataremos no estudo de caso da Ocupação Dona Cida e entorno.

---

<sup>25</sup> BRASIL. *Lei Federal n. 10.257 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: fevereiro de 2019.

### 3.3. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 23 DE AGOSTO: DAS CONQUISTAS À ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Trazendo novamente a obra *Guerra dos Lugares* (2015), Raquel Rolnik descreve diversas situações (cenas) de forma a elucidar seus debates, assim como transmitir seu olhar e percepção aos leitores que interagem com a produção bibliográfica. Inspirados na autora, buscaremos, aqui, trazer uma breve apresentação de cenas das quais nos propomos a discutir; ora indo do centro à periferia da chamada cidade modelo, ora indo de uma região periférica à outra.

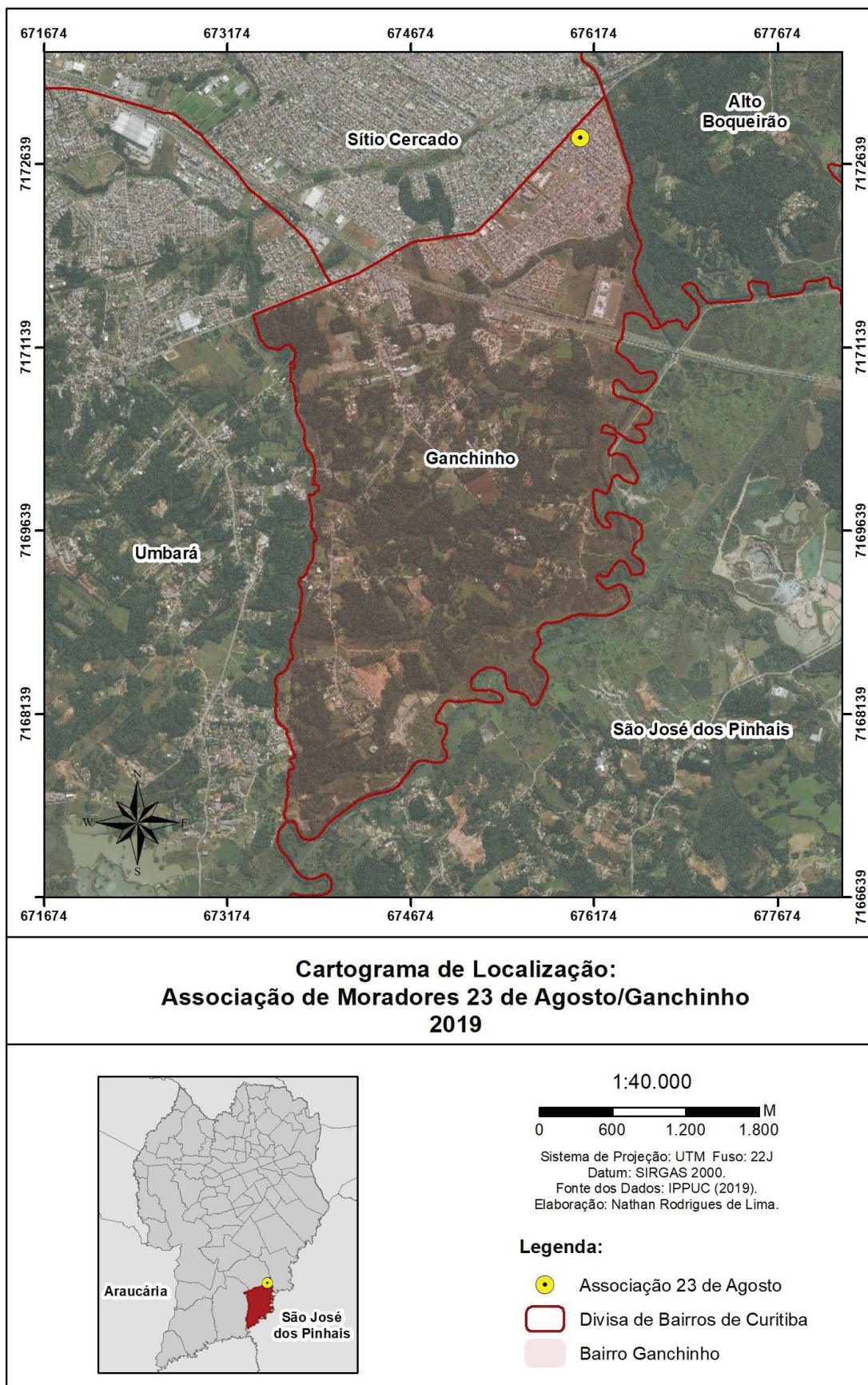
Numa tarde de céu cinzento de um dia útil, partimos do CIC com destino a Vila 23 de Agosto, no bairro Ganchinho. O trajeto vai de uma porção da periferia da cidade de Curitiba à outra, num eixo que corresponde a passagem da região Oeste para a região Sul da capital. No caminho, prevalecem características marcantes de um bairro, como o próprio nome nos revela, industrial. Conjuntos habitacionais, ruas e avenidas beiram a rodovia, cercadas dos dois lados por uma diversidade de indústrias de diferentes dimensões e particularidades de produção industrial.

Atravessam-se bairros, terminais de ônibus; CIC, Pinheirinho, Sítio Cercado. Finalmente, a paisagem apresenta-se de forma diferente. Ruas de pavimentação consideravelmente novas, uma infinidade de conjuntos habitacionais de pequenos blocos de apartamentos, característicos de obras da COHAB. No horizonte, alguns terrenos ainda não ocupados, possivelmente postos a especulação; entramos no bairro Ganchinho. Adentrando o bairro, que fica nas proximidades do zoológico de Curitiba, nos aproximamos do Ribeirão dos Padilhas. Uma ocupação caracterizada por residências de construção bastante próximas, diferente do padrão das chamadas “áreas planejadas”, de terrenos mais acanhados. Ainda que com ruas asfaltadas, residências dão com as portas diretamente para as ruas.

Pequenos estabelecimentos comerciais: lanchonetes, lojas, um comércio de verduras. Em frente, uma unidade de saúde, uma igreja; chama a atenção uma construção de paredes amarelas e escritas em azul: estamos na **Associação de Moradores 23 de Agosto**, na Vila 23 de Agosto (FIGURA 10). A Associação de Moradores 23 de Agosto é uma associação de bairro organizada pelos moradores da Vila 23 de Agosto (Ganchinho, Sul de Curitiba), parte de um processo histórico de ocupação que teve início pouco antes do dia **23 de agosto de 1991**.



FIGURA 10. Cartograma de Localização Associação 23 de Agosto.



Elaboração: Nathan Rodrigues de Lima (2019).

Após realização de uma assembleia que reuniu aproximadamente três mil pessoas - dentre as quais militantes do movimento de luta por moradia da Região Sul de Curitiba, organizou-se o processo de ocupação do terreno que vai do Ribeirão dos Padilhas a Rua Guaçuí, área, atualmente, do bairro Ganchinho<sup>26</sup>.

Um fato importante no contexto deste trabalho, discutido ainda no primeiro capítulo, é que a ocupação do terreno pelos moradores ocorre em uma das gestões municipais de Jaime Lerner (1989-92). Ainda, vale pontuar que, no contexto da ocupação, completavam o cenário político (em escalas estadual e nacional) da temporalidade da ocupação da vila, o início da gestão de Roberto Requião como governador do Estado do Paraná (1991 – 94), e, atravessava-se o curto mandato na presidência da república de Fernando Collor (1990 – 92), que seria sucedido, após *impeachment*, pelo vice-presidente Itamar Franco (1992 – 95).

De acordo com a entrevistada Vera Lúcia Soares Peres, presidente da associação, a ocupação da vila surge de uma necessidade, tendo em vista o alto valor dos aluguéis comparado aos baixos salários da população. Com isso, sentiu-se, também, a necessidade de uma **organização popular**, com o objetivo de organizar uma luta por moradia. Assim, discorre Peres (Entrevista 02, Anexo 01),

Fazia quase dois anos que a gente já estava se organizando. Associações de moradores, nas igrejas. [...]. Aí nós decidimos fazer uma assembleia, foi no salão de esportes da Paróquia São Pedro, no Xaxim, onde tinha **mais de três mil pessoas**. Nessa assembleia foi decidido pela ocupação, porque o povo não aguentava mais esperar. Porque não tinha resposta do poder público. Aí a gente se organizou bem e teve uma equipe que começou a procurar terrenos. Essa equipe achou o terreno aqui nesse lugar e nós viemos para cá, no dia **23 de agosto de 1991** [grifos nossos].

Segundo a entrevistada, o início da ocupação foi de muita repressão e conflitos com proprietários de terras do entorno. Além da organização dos moradores, com o objetivo de pressionar o poder público pela negociação do terreno, fica claro também o papel da participação da igreja como mediadora, no intuito de solucionar, ainda que parcialmente, o conflito pelas terras na região. Tendo isso em vista, um bispo da época organizou uma reunião entre as partes interessadas na Cúria Diocesana de Curitiba para o início da negociação. Neste sentido, continua Peres (Entrevista 02, Anexo 01),

---

<sup>26</sup> Informações narradas pela entrevistada Vera Lúcia Soares Peres, atual presidente da Associação de Moradores 23 de Agosto.



A gente sempre conversou. A gente não queria tomar nada de ninguém, a gente queria ter um **direito à moradia**. E aí que começou a negociação, a partir daí. Foram muitas e muitas reuniões até chegar a um censo comum. A gente fazia reunião lá, fazia assembleia aqui. [...]. Depois de muitas assembleias com os moradores chegamos a um consenso, quando todo mundo concordou com o valor das prestações [grifo nosso].

Com o avanço nas negociações (que passaram pelo pagamento de prestações da comunidade aos proprietários do terreno, pressão direta ao poder público e diversos processos jurídicos), os relatos mostram que outras lutas seguiam paralelamente em torno de condições básicas para a produção do espaço na Vila 23 de Agosto: água, luz, saneamento básico, educação, saúde. Passados **24 anos** de lutas na região - que até então era uma ocupação -, no ano de **2015**, organizados pela associação, os moradores conseguem a regularização fundiária do terreno<sup>27</sup>, sob a gestão municipal do então prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (2013-16).

Frente as lutas, ganha importância a construção da **Associação de Moradores 23 de Agosto** (FIGURA 11). Durante a ocupação, as lideranças organizaram espaços que foram tratados como “áreas públicas”. Entretanto, como é sabido, há uma complexidade de fatores envolvida no que diz respeito aos projetos de ocupações. Com o avanço da ocupação do terreno, parte do espaço destinado a área pública foi ocupado, fazendo com que, em **1992**, os moradores se organizassem em torno da construção do que seria a sede da associação.

FIGURA 11. Sede da Associação 23 de Agosto.



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (2018).

<sup>27</sup> A informação em questão pode ser acessada na íntegra no site oficial da Prefeitura de Curitiba: <[www.curitiba.pr.gov.br/noticias/emocao-marca-assinatura-de-decreto-que-regulariza-ocupacao-historica-no-sitio-cercado/35875](http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/emocao-marca-assinatura-de-decreto-que-regulariza-ocupacao-historica-no-sitio-cercado/35875)> Acesso em: junho de 2018.

Sobre o processo de construção da associação, discorre a presidente da Associação de Moradores 23 de Agosto (Entrevista 02, Anexo 01),

A gente tinha deixado já um espaço que era pra área pública e pra construção da associação de moradores. Quando foi um dia, amanheceu uma casa já nesse espaço. Aí a gente se obrigou a reunir todos os moradores aqui e começar a fazer um alicerce pra construir a sede da associação. [...]. O órgão público a gente imaginava que era o posto, hoje a gente tem o posto de saúde. A gente pensou em tudo quando nós viemos pra cá. Nós pensamos nas ruas. A gente deixou ruas de 10 metros, 12 metros, 16 metros de largura. [...]. E aí, nesse espaço que nós construímos a associação de moradores. Agora, a diretoria mesmo da associação foi em fevereiro de 1992.

A construção da associação foi - como percebido tanto nos relatos, quanto nos trabalhos de campo – um marco importante para a produção do espaço na Vila 23 de Agosto, tornando-se não apenas uma organização política construída pelos moradores, como criando um papel de **centralidade** para uma série de atividades no local. Teve também papel fundamental no processo de regularização fundiária do terreno, como aponta Peres (Entrevista 02, Anexo 01):

E aí, a associação que desde lá encaminha tudo. Tudo que é decidido em assembleia, reuniões. Porque pra poder negociar com a COHAB também, a gente precisava da associação de moradores. E aí fomos construindo a sede. [...]. E aqui que a gente faz as atividades da associação. Nós temos aqui várias atividades que é a **padaria comunitária**, nós temos aqui **curso solidário** também pra quem vai fazer ENEM, pra quem vai fazer vestibular. Nós temos também **capoeira**, tem duas vezes por semana capoeira. Nós temos também o projeto do **Programa de Aquisição de Alimentos [PAA]**, orgânicos...e tem vários cursos aqui também, a gente programa vários **cursos** através da Padaria Comunitária [grifos nossos].

A Associação de Moradores 23 de Agosto, de fato, além de sua atuação política, aparece também como um espaço de formação para a vila. Neste ponto, é importante destacar que a **construção de um espaço físico comunitário** se torna um fator facilitador para a realização de diversas atividades, tendo em vista que não são raros os casos, principalmente num contexto de ocupações, onde a ausência de espaços limita as possibilidades de ações que possam vir a ser concretizadas. Como aponta o trecho supracitado, na sede da associação de moradores (FIGURAS 12 e 13) acontecem, além das reuniões da diretoria e assembleias, atividades que atraem não apenas moradores da Vila 23 de Agosto, como pessoas de bairros próximos, considerando o alcance, por exemplo, de um curso pré-vestibular gratuito.

FIGURA 12. Parte interna da Associação 23 de Agosto – Salão.



Fotografia: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

FIGURA 13. Projeto de Padaria Comunitária da Associação 23 de Agosto.



Fotografia: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

Foram 24 anos entre a ocupação do terreno e a regularização fundiária. Ainda que não sejam números oficiais, mas para falarmos de modo específico da Vila 23 de Agosto como parte do bairro Ganchinho, de acordo com a entrevistada Vera Lúcia Soares Peres, o início da ocupação contou com **789 famílias**. Com o passar dos anos, chegou a **1.200 famílias**. Contudo, com a saída de 400 famílias como parte de um processo de realocação, a vila conta com aproximadamente **800 famílias**. Sobre este processo, explica Peres (Entrevista 02, Anexo 01),

Tem muito ainda pra fazer. Existia um projeto, que foi feita a realocação na área de risco, e existe um projeto na prefeitura de fazer um **parque ciliar**, na beira do rio. Só que verba pra isso, ninguém sabe quando vai ter [...]. É uma coisa bem pro futuro. E aí nós temos um pessoal que a gente conhece que são da universidade, do grupo **Alicerce**, eles têm um projeto popular. E devagarinho está indo, porque não é fácil a implantação de um parque. [...]. Tem espaços pra fazer hortas comunitárias. E aos pouquinhos a gente vai conseguindo aí a implantação desse parque [grifos nossos].

Neste trecho, destacamos o parque e o grupo de apoiadores. O Alicerce, em destaque, é o **Coletivo Alicerce Popular**. Neste ponto, faz-se necessário algumas amarrações. O Alicerce Popular, além do apoio frente a construção coletiva do parque, é também o grupo responsável pela organização e realização do cursinho popular referido anteriormente, oficialmente nomeado **Cursinho Popular Alicerce 23**. O coletivo vem atuando em algumas frentes de apoio junto da Associação de Moradores 23 de Agosto e, neste sentido, entrevistamos também Sidney Martins, militante do Coletivo Alicerce Popular e morador da Vila 23 de Agosto. De forma a entendermos precisamente a ocupação da vila e o processo de realocação ocorrido em parte do terreno, elucida Martins (Entrevista 03, Anexo 01),

A 23 de Agosto foram duas ocupações, né? Uma que foi organizada e uma que foi desorganizada. A que foi organizada, acho que esse é um problema das ocupações, que você organiza até um certo tempo. [...]. A intenção quando foi ocupada, era ocupar até a esquina de cima ali. Perdeu o controle e ocupou toda a margem do rio [...], daí foi ocupado tudo e foi realocado [...]. Só que a prefeitura não construiu nada na margem do rio, aí foi ocupado de novo de forma desorganizada. [...]. Na primeira ocupação foi tudo demarcado, terreno dividido 18x8m, essa era a média. Na segunda, virou uma favela gigante. [...]. Ficou um processo de vários anos, foi realocado, pra umas casas que foram construídas ali pra cima. Mas a própria COHAB construiu com recurso do PAC.

Tendo em vista este contexto e o espaço existente na margem do Ribeirão dos Padilhas, rio que passa por grande extensão da vila, é que floresce a discussão que diz respeito a **Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto**.



Com base nos trabalhos de campo e nos relatos, fica evidente que a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto surge de um casamento de fatores: (a) da carência de áreas de lazer para a vila e para o entorno, (b) da falta de ação por parte do poder público tanto no sentido de investimento no projeto, quanto na manutenção da limpeza da área, e, (c) para que, com a mudança no sentido do uso do espaço, seja evitado o acúmulo de lixo e entulho nas margens do Ribeirão dos Padilhas. Neste sentido, desenvolve Martins (Entrevista 03, Anexo 01),

Não tem espaço de lazer próximo aqui. [...]. Aí a gente fez um formulário, chamou todo mundo, o Alicerce, né? Entregamos panfleto aqui nessa vila, na outra, pra chamar as pessoas pra uma reunião, pra falar sobre a construção de um parque por iniciativa popular. [...]. A intenção de construir o parque não era só o espaço físico para lazer, mas junto com a construção do parque usar a construção do espaço como uma maneira de fazer **atividades culturais** e **formação política**, tudo junto. [...]. Os arquitetos sugeriram fazer um questionário pra ver o que os moradores da vila queriam para o parque. Como eles pensavam o espaço e o que eles pensavam em construir [grifos nossos].

A discussão referente a área de construção do parque (FIGURAS 14 e 15) envolve, além da associação de moradores e o coletivo, uma ONG, grupos de estudo e um ateliê de arquitetos. Embora a iniciativa tenha envolvido uma diversidade de sujeitos e criado uma organização em torno do projeto, o que se pôde fazer até o momento diz respeito apenas ao plantio de árvores na área. Ambos os entrevistados destacaram a necessidade da retomada do projeto no ano de 2019.

FIGURA 14. Área destinada a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto (1).



Fotografia: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

FIGURA 15. Área destinada a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto (2).



Fotografia: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

A integração entre as atividades e projetos desenvolvidos na associação com o apoio do coletivo chama a atenção de maneira positiva. A ideia de organização popular e formação política perpassa as iniciativas, envolvendo a comunidade não apenas no sentido de moradores da vila, mas também escolas do entorno e apoiadores externos. É neste sentido que trazemos o foco também para o **Cursinho Popular Alicerce 23**. Sobre o tema, explica Martins (Entrevista 03, Anexo 01),

Inicialmente a gente fez aulões, ano passado foram seis aulões pré-vestibular. [...]. A aula é manhã, tarde e noite. Tem café, a intenção é fazer uma aula com uma organicidade muito maior. Tanto que tem o café, almoço, tudo coletivo. [...]. A gente estabeleceu quais seriam os princípios pedagógicos que a gente seguiria, que é bastante freiriano. A gente estudou o método Josué de Castro que o MST aplica nas escolas do MST, para ter um norte [...]. A gente estudou bastante essas coisas, estudou sobre as leis da educação brasileira. [...] Nossa intenção não é simplesmente fazer um cursinho assistencialista, entende? [...] O próprio método que a gente tem ali, que seria você usar o conteúdo, mas tentar fazer aquela questão freiriana, de você associar o conteúdo com o seu entorno, que é uma formação mais sobre a realidade do próprio aluno e também criticar o conteúdo.

O cursinho solidário, totalmente gratuito, ganha importância no contexto da periferia da cidade, tendo em vista a dificuldade de acesso existente à universidade das classes mais pobres no país. As FIGURAS 16 e 17 ilustram a forma como é realizado o cursinho na Associação 23 de Agosto, apresentando, também, um dos cartazes de chamada utilizados nas redes sociais do Coletivo Alicerce Popular.

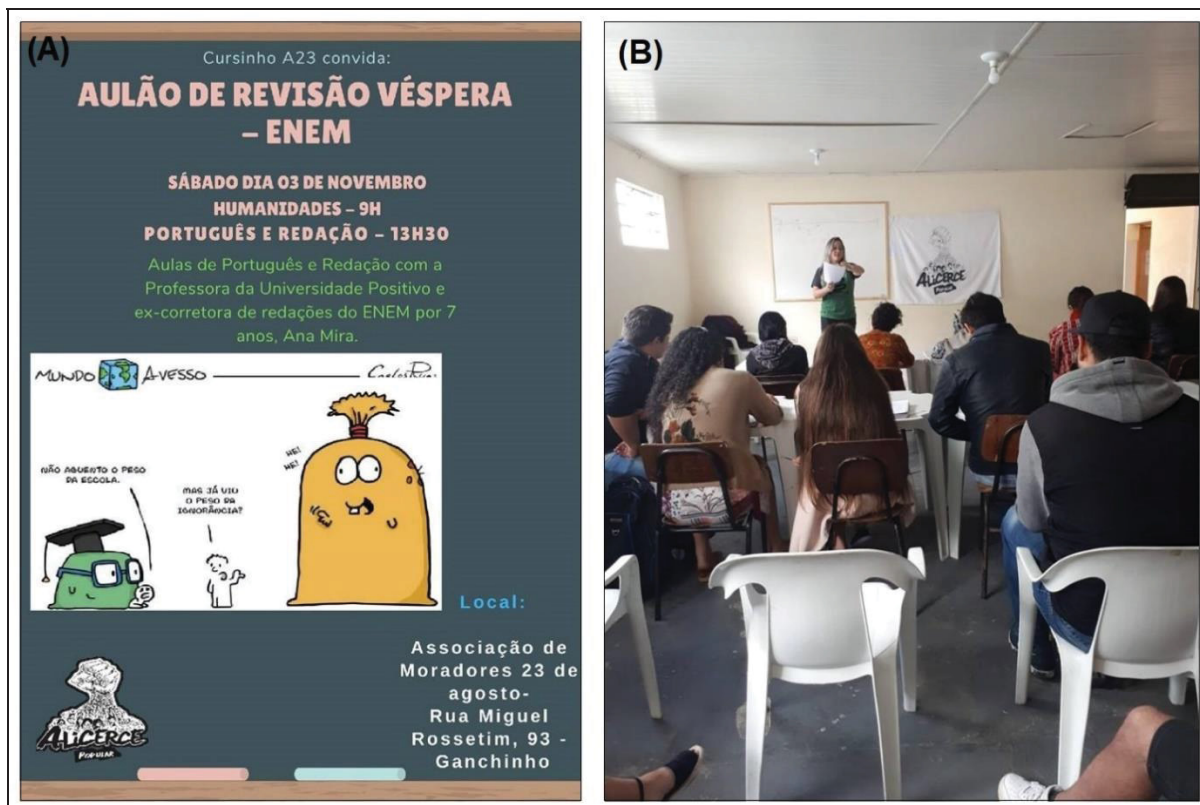


FIGURA 16. Curso Popular Alicerce 23 (1).



Fonte: Página do Coletivo Alicerce Curitiba no Facebook<sup>28</sup> (2018).

FIGURA 17. (A) Cartaz elaborado pelo coletivo/ (B) Curso Popular Alicerce 23 (2).



Fonte: Página do Coletivo Alicerce Curitiba no Facebook (2018).

<sup>28</sup> Coletivo Alicerce – Curitiba <[www.facebook.com/AlicerceCuritiba](http://www.facebook.com/AlicerceCuritiba)> Acesso em: janeiro de 2019.

Salientadas conquistas e atividades da Associação 23 de Agosto em parceria com apoiadores externos, passando pela padaria comunitária, cursos, pré-vestibular solidário, construção coletiva do parque, aulas de capoeira, entre outras atividades, é evidente que existem algumas dificuldades no que diz respeito a organização política. Sobre a temática, explica Peres (Entrevista 02, Anexo 01):

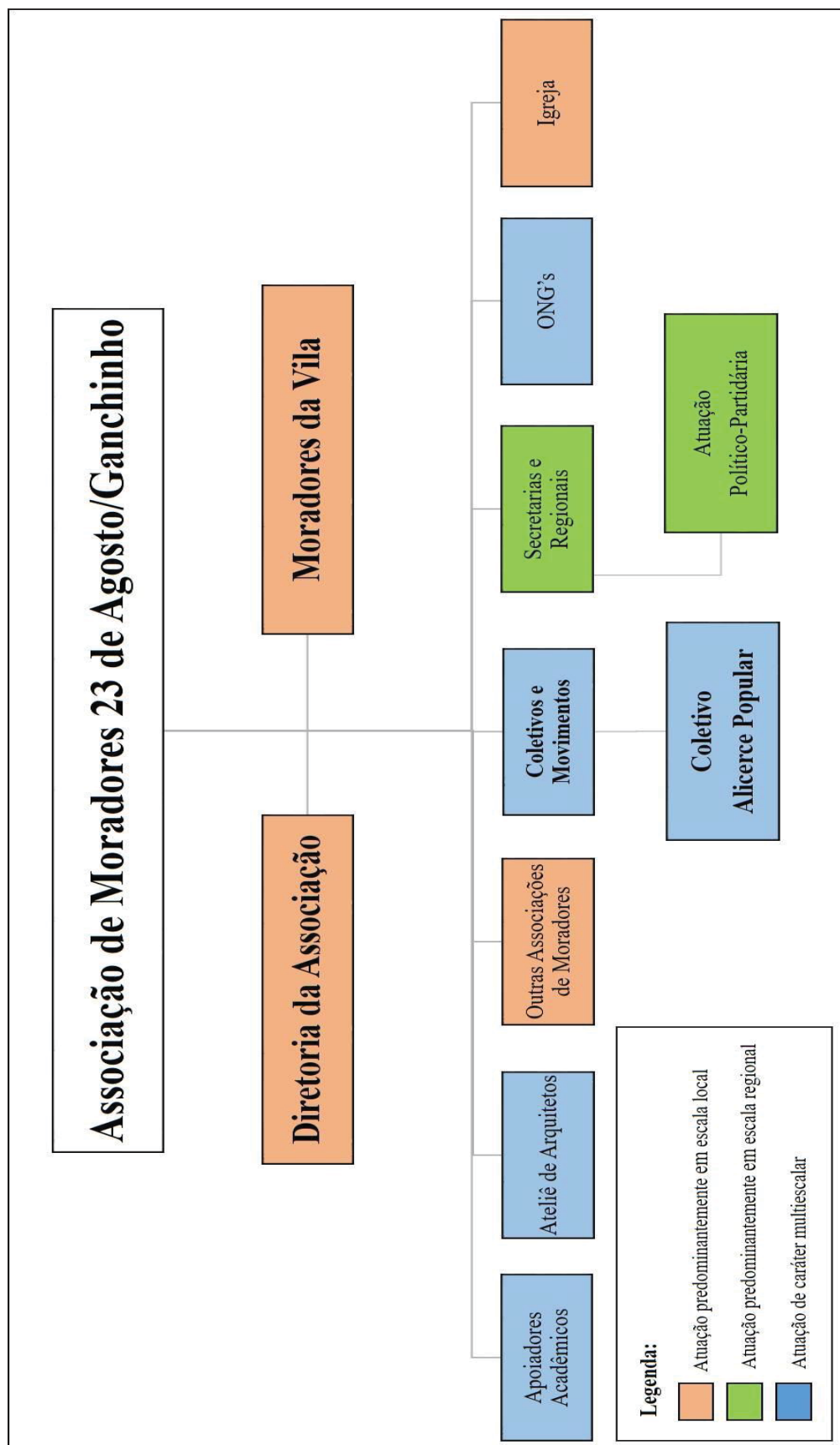
No começo, aqui, o povo se organizava mais. Então a gente dividia por grupos, né? A gente tinha um representante por rua, cada rua tinha um representante. Como a gente não tinha celular na época, não tinha nada, não tinha telefone, era no “boca a boca” mesmo que tinha que se organizar. [...] Cada um avisava sua rua da assembleia que ia ter, de reunião que ia ter. E através dessas reuniões e assembleias a gente tirava as propostas. [...] Então é desse jeito que a gente sempre se organizou, através mesmo da conversa, de equipes de pessoas. E até hoje, a gente não tem mais representantes de rua, mas a gente tem os grupos, né? O grupo no WhatsApp que a gente passa a informação.

De forma geral, em qualquer tipo de ativismo, existem momentos de avanços e de recuo. Isso ocorre por uma série de razões e, principalmente, de contextos de luta. De acordo com a presidente da associação, a diretoria é formada, atualmente, por 12 pessoas. Todavia, de acordo com Martins (Entrevista 03, Anexo 01), há sobrecarga de funções. Ainda, discorre o militante do Coletivo Alicerce Popular:

Claro que há um ceticismo das pessoas achando que não vai acontecer e há falta de hábito, as pessoas não estão acostumadas a participar ativamente da construção de algo. Há uns quinze anos atrás isso era muito frequente aqui. Isso acho que por causa da **igreja**, na verdade. A associação era muito ligada com a igreja, então quando iam construir alguma coisa, muita gente participava. Mas a vila cresceu bastante, a igreja meio que dispersou e separou igreja e associação. Tanto que nas atividades da associação vão pouquíssimas pessoas. É muito difícil articular as pessoas que moram no local para elas participarem ativamente de algo [grifo nosso].

Outra questão sobre a organização política - explorada na narrativa de Martins e perceptível em conversas informais com moradores - diz respeito as diferentes temporalidades nas quais as pessoas se tornaram moradores. Trata-se de diferenças de leitura do processo de quem está na vila desde a ocupação, quem cresceu na vila e quem passou a morar no terreno numa temporalidade onde a ocupação tinha estabilidade e estrutura básica. Assim, faz-se necessário o debate e valorização da história local. Encaminhando a discussão, com base em trabalhos de campo, diários e nas narrativas das entrevistas, a FIGURA 18 apresenta um organograma de **organizações** e **sujeitos** atuantes na Associação 23 de Agosto.

FIGURA 18. Organograma de Organizações e Sujeitos Atuantes - 23 de agosto.



Elaboração: Nathan Rodrigues de Lima (2019).

A associação mostra-se atuante em escala local e com uma base de apoiadores externos que potencializa a realização de suas variadas atividades. Ao discutirmos esse tipo de ativismo social - o **ativismo de bairro** -, historicamente, sabe-se de muitos casos onde houve cooptação de lideranças e relações de clientelismo entre associações de moradores e políticos locais. Todavia, em meio a este contexto, a Associação 23 de Agosto manifesta-se como uma **resistência** à parte. Há, nas atividades realizadas, ideais de formação política, de formação crítica. Isso é visível tanto nas atividades como o Cine Clube<sup>29</sup>, cursinho solidário e construção coletiva do parque, quanto na organização das lideranças populares em reuniões, assembleias, nas negociações com a regional e nas questões jurídicas.

Inspirado na obra de Gohn (1991), elaborou-se o organograma exposto na FIGURA 18, com o objetivo de visualizar parte da complexidade que envolve as redes de relações políticas da Associação 23 de Agosto. Evidentemente, as relações ocorrem em diversos níveis e escalas. Todavia, buscou-se destacar organizações e sujeitos envolvidos de forma mais direta no contexto atual da Vila 23 de Agosto. É importante reconhecer que, embora a vila e a associação tenham obtido diversas conquistas como água, luz, asfalto, saneamento, e, por fim, a tão desejada regularização fundiária do terreno, manteve-se uma certa organização política direcionada a novas pautas proporcionadas pelo contexto histórico e manteve-se uma organização comunitária sólida, ainda que consideradas as dificuldades de organização política numa situação de certa “estabilidade” local - guardadas as proporções da palavra considerando a conjuntura política do país em outras escalas.

No decorrer de um processo histórico que teve como ponto de partida uma contradição, a **questão da moradia** em Curitiba, a ocupação da Vila 23 de Agosto floresce de uma **resistência** a ordem dominante e busca manter, de certa forma, suas raízes políticas. Atualmente, muitas das carências e demandas da vila dizem respeito ao rápido crescimento que não foi acompanhado da respectiva estrutura educacional, de saúde e de lazer. Neste sentido, as lutas da associação pautam a construção de escolas, postos de saúde e, num exemplo trabalhado anteriormente, a construção do parque nos arredores do Ribeirão dos Padilhas. Ainda, luta-se pela entrega de todas as escrituras do processo de regularização fundiária.

---

<sup>29</sup> Atividade que exhibe filmes brasileiros seguidos por uma discussão coordenada, em grupo, com o objetivo de desenvolver o senso crítico da comunidade.

### 3.4. DONA CIDA: DA OCUPAÇÃO À RESISTÊNCIA

Tomando como ponto partida um contexto da cidade completamente diferente da seção anterior, parte-se, num fim de semana, da Reitoria da Universidade Federal do Paraná com destino as ocupações urbanas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Neste caso, a rota vai da região central de Curitiba para a região Oeste, indo, assim, do centro à periferia. Pelo caminho, inicialmente, traços característicos de regiões centrais: prédios, comércios, avenidas rápidas.

A paisagem só se mostra consideravelmente diferente no momento em que se toma a Linha Verde<sup>30</sup> e avança-se em direção aos bairros das regiões Sul e Oeste da capital paranaense; trechos de rodovia e um longo trajeto até a Cidade Industrial de Curitiba, já explorada no tópico anterior. Após um pequeno trecho paralelo a rodovia BR 116, entre as vilas Barigui e Sabará pela Avenida Juscelino Kubitschek (duas das porções mais precarizadas em termos de moradia e estrutura urbana da Cidade Industrial de Curitiba), toma-se o viaduto em direção a Vila Sabará. A produção do espaço no bairro já possui uma forma mais característica, com maior proximidade entre uma casa e outra. Seguindo pela rua Estrada Velha do Barigui, passando por algumas indústrias do ramo alimentício e tecnológico, tornam-se visíveis barracos de madeira, casas autoconstruídas. Passada a última fábrica do caminho, tem fim também o último trecho asfaltado do trajeto.

Entra-se no conjunto de ocupações urbanas, chamado, por alguns, de Complexo Hugo Chávez. Crianças brincam pela rua com alguns cachorros aos seus lados; um fluxo considerável de pessoas indo e vindo numa rua de terra estreita e irregular. Dos dois lados, um adensamento de barracos de madeira; pequenas vielas dão acesso aos fundos das ocupações. Numa esquina de pequenos comércios e veículos estacionados, chega-se ao destino. Estamos na **Ocupação Dona Cida**.

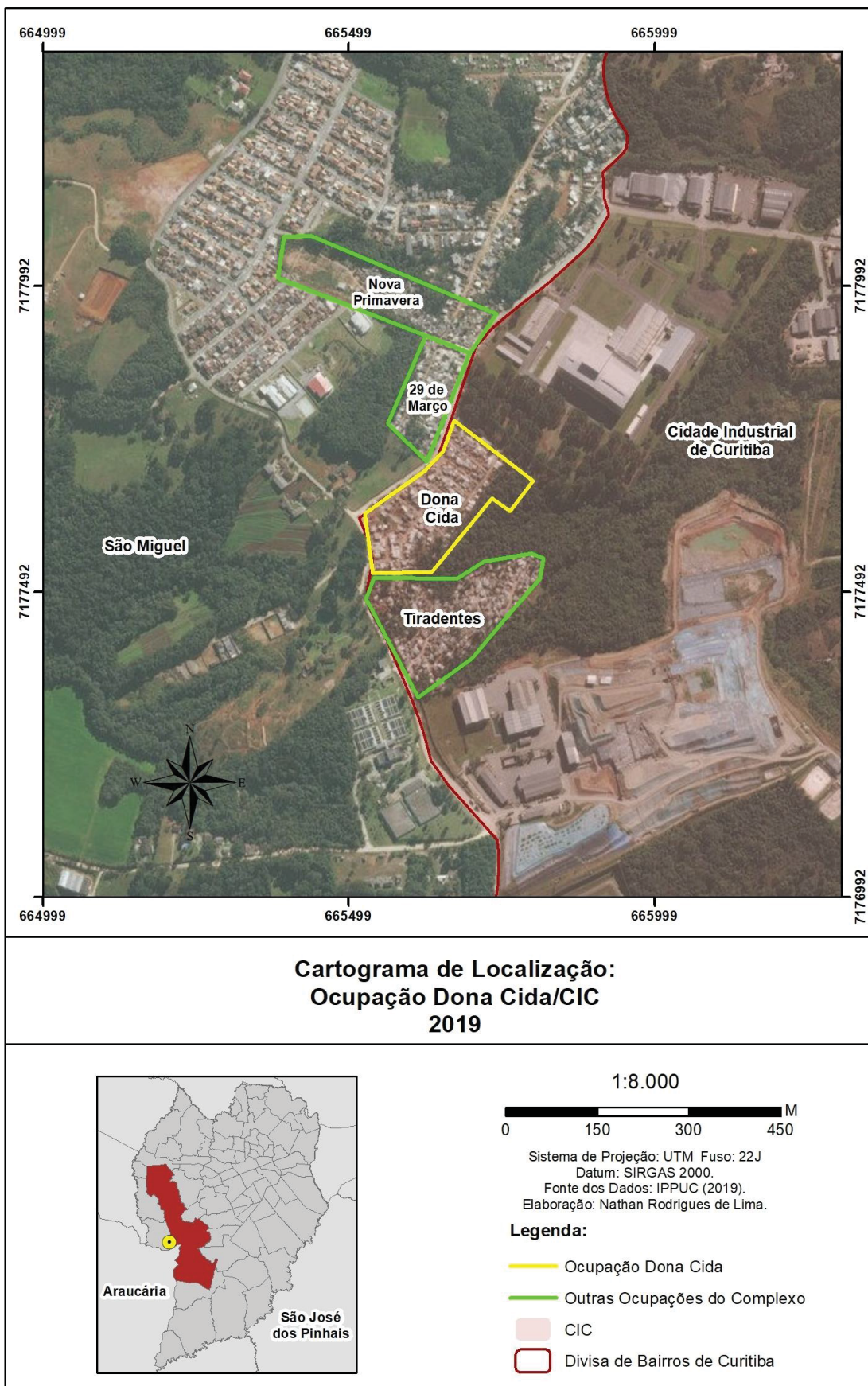
Este complexo de ocupações urbanas diz respeito ao conjunto formado pelas ocupações **Nova Primavera**, **29 de Março**, **Tiradentes** e **Dona Cida**, como pode ser observado na FIGURA 19. Ressaltamos este fato tendo em vista que as **quatro ocupações** ocorrem no terreno de maneira contígua, tendo origens num mesmo princípio de organização. Receberam diferentes nomeações considerando que foram ocupadas em diferentes temporalidades e contextos, entre 2012 e 2016.

---

<sup>30</sup> Uma das principais vias da cidade de Curitiba, atravessando a capital e cortando-a de Norte a Sul.



FIGURA 19. Cartograma de Localização Ocupação Dona Cida.



Elaboração: Nathan Rodrigues de Lima (2019).



O caso da Ocupação Dona Cida teve seu início nos dias 16 e 17 de setembro de 2016, quando **200 famílias** ocuparam o terreno localizado no bairro CIC (FIGURA 20), próximo à Vila Sabará, nas proximidades do limite do município de Curitiba com Araucária<sup>31</sup>. Na época, a ocupação teve apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Paraná (MTST-PR) e foi batizada pelo nome Dona Cida, homenagem a uma militante sem teto falecida em julho de 2016.

FIGURA 20. Ocupação Dona Cida – Paisagem no início da ocupação (2016).



Fonte: Brasil de Fato (2018).

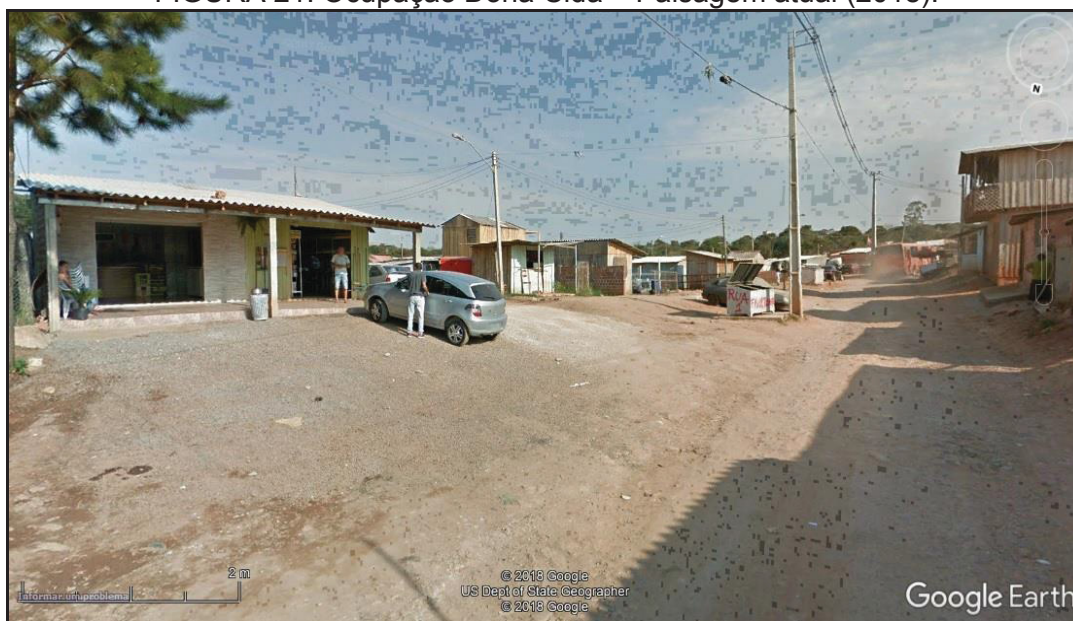
Embora não se tenha dados precisos de órgãos oficiais, no que diz respeito a quantidade atual de moradores na área da ocupação, estima-se, de acordo com a entrevistada Beatriz Martins de Lima (Entrevista 01, Anexo 01) – na época do relato, coordenadora da Ocupação 29 de Março, e, atualmente, uma das vices coordenadoras da Dona Cida -, que na Ocupação Dona Cida estejam residindo aproximadamente **380 famílias** (com tendência para mais).

O terreno ocupado (FIGURA 21), de aproximadamente 20 mil metros quadrados, possui em seus arredores, como pontuado anteriormente, outras três ocupações que também possuem relações com os movimentos de luta por moradia, mais especificamente com o **Movimento Popular por Moradia (MPM)**. Neste ponto, faz-se importante um esclarecimento quanto a organização das ocupações.

---

<sup>31</sup> Informação completa no site *Brasil de Fato*: <[www.brasildefato.com.br/2016/09/17/por-moradia-digna-familias-ocupam-terreno-na-cidade-industrial-de-curitiba/](http://www.brasildefato.com.br/2016/09/17/por-moradia-digna-familias-ocupam-terreno-na-cidade-industrial-de-curitiba/)> Acesso em: junho de 2018.

FIGURA 21. Ocupação Dona Cida – Paisagem atual (2018).



Fonte: Google Earth Pro (2018).

As notícias vinculadas a origem da Ocupação Dona Cida direcionam a organização da ocupação ao MTST. Na época da ocupação, de fato, os militantes envolvidos na organização compunham o movimento. Todavia, com o tempo, houve mudanças na conjuntura política dos **quadros do movimento**, fazendo com que os militantes retomassem sua atuação como Movimento Popular por Moradia (MPM). Nesse sentido, é perceptível uma certa dificuldade de compreensão dessas continuidades e descontinuidades, tanto pelos apoiadores externos, quanto pelos próprios moradores das ocupações. Tendo isso em vista, explica Paulo Bearzoti Filho (Entrevista 04, Anexo 01), professor e militante do MPM em Curitiba,

Parte dessa militância do movimento popular surgiu com militantes do PSOL no Núcleo de Movimento Popular do PSOL. [...] Em 2010 nós conhecemos o MTST. Um companheiro veio para cá e nos convidou para compor a Frente Resistência Urbana. Mas, para atuar na Resistência Urbana, você não podia atuar como partido. [...]. Então nós, as mesmas pessoas, construímos o MPM, Movimento Popular por Moradia, para participar das atividades da Resistência Urbana. [...] Em 2013 nós saímos do PSOL, e, quando saímos, o pessoal nos convidou, pessoal de São Paulo e tal, para entrarmos no MTST. [...] Por dois anos e meio, nós estivemos no MTST. Aí aconteceu o inverso, né? O MTST foi para o PSOL. [...] Voltamos a militar como MPM. Então, no momento que inicia a Ocupação Dona Cida, em 2016, nós estávamos no MTST. Na medida em que a aproximação com o PSOL foi se materializando, nós, mais ou menos ali em 2018, já um pouquinho em 2017, fomos, enfim, saindo. [...]. A Frente Resistência Urbana, que eu saiba, não existe mais. [...] Porque depois se construiu a Frente Povo Sem Medo. Então grande parte do esforço de construção da Resistência Urbana, e grande parte dos movimentos, embora, creio, não todos, esse esforço foi direcionado para construir a Povo Sem Medo.

Sobre a organização e ocupação dos terrenos, que possuem uma rede de inter-relações, Bearzoti Filho (Entrevista 04, Anexo 01) complementa:

Ali são quatro ocupações, são contíguas, não tem um nome em comum. E são quatro porque surgiram em momentos diferentes. Se você olhar, é a mesma área. Embora passe a Estrada Velha do Barigui ali no meio e tal. A primeira foi a ocupação Nova Primavera, em 28 de setembro de **2012**; a segunda foi a ocupação 29 de Março, em 26 de março de **2015**; depois a ocupação **Tiradentes**, no dia 17 de abril de 2015, e; a Dona Cida, se não me falha a memória, em 16 de setembro de **2016**.

Em reflexão sobre as ocupações Nova Primavera e 29 de Março, assinala Volochko (2016, p. 46), “[...] ocorreram em terrenos particulares pouco valorizados (entre indústrias e galpões), sendo organizadas pelo MPM e lutando pela construção, via Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, [...], de empreendimentos residenciais para as famílias”. Ressaltamos os **contextos** e o fato de terem sido **ocupações organizadas** com a intenção de explicitar que, embora recebam nomeações diferentes pelas temporalidades no processo de produção do espaço, é preciso entender que mesmo trabalhando com enfoque na ocupação Dona Cida, as quatro ocupações possuem enorme **complexidade** e **interação** entre si, ao passo que eventos de variadas ordens que ocorrem numa ocupação, têm efeito em outras; seja no que diz respeito a articulação política local, seja no que tange a alterações nas dinâmicas da vida cotidiana dos sujeitos que ali habitam.

No contexto em que teve início a ocupação no ano de 2016 - como mostra a notícia do jornal Brasil de Fato (2018) citada anteriormente, com base nos dados do Censo de 2010 processados pela Fundação João Pinheiro - mostra que o **déficit habitacional** em Curitiba era de **8,5%**. Ao mesmo tempo, seguindo informações da mesma fonte, até abril de 2016 a COHAB possuía **65,1 mil** pessoas cadastradas na fila por financiamento habitacional. Meio a esta conjuntura, no que diz respeito a moradia, explica a vice coordenadora da ocupação Dona Cida e, daqui em diante, como é conhecida nas ocupações, apenas “Bia” (Entrevista 01, Anexo 01),

Tinha muita gente procurando a gente, que não tinha lugar pra morar. E aqui [**Ocupação 29 de Março**] a gente estava sem espaço. A gente chegou a uma contagem de 300 pessoas que não tinham condições. Uns tinham sido despejados, outros estavam pra ser despejados de casa, que não tinham dinheiro e estavam desempregados. [...]. Formamos um espacinho, tipo de 6x9m, um terreninho pra cada um fazer uma casinha. Então no começo ficaram em barraquinha, teve cozinha comunitária. A gente ajudou no que foi possível também ali, né? [...]. Então foi isso que aconteceu. A gente foi atrás, conseguimos e colocamos [grifos nossos].



Trazendo a discussão para as formas de organização existentes nas ocupações, temos que em cada uma das ocupações existem algumas lideranças específicas. São os chamados **coordenadores** e **vice coordenadores**. Quando perguntado sobre este tema e sobre a influência que teve o movimento social nesse formato de organização, discorre Bearzoti Filho (Entrevista 04, Anexo 01):

Veio [a influência] num sentido amplo, né? Que também a gente respeitava as formas de organização já existentes e tal. Mas desde o começo nós montamos, né? Procuramos incentivar as coordenações, em alguns momentos fomos proativos no sentido de estabelecer coordenações ou de mudar coordenações. E ao mesmo tempo, eles também foram se organizando, indicando vice coordenadores ou coordenadores, pessoal de apoio, foram criando uma dinâmica. Mas o hábito de fazer assembleias periódicas no início das ocupações, de dar informes, de montar reuniões de coordenação, eu acho que teve um forte estímulo de nossa parte.

A respeito do trecho citado, a FIGURA 22 representa uma das assembleias realizadas na Dona Cida na “**tenda azul**” para discutir, naquele momento, a chegada de um pedido de reintegração de posse informado no decorrer da semana.

FIGURA 22. Assembleia organizada na Ocupação Dona Cida.



Fotografia: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

Participaram da assembleia moradores, coordenadores, militantes do MPM, apoiadores acadêmicos, apoiadores externos individuais, políticos locais, entre outros sujeitos. Como encaminhamento retirado na assembleia, realizou-se um ato coletivo na semana seguinte que partiu da Praça 19 de Dezembro e foi até a sede da Prefeitura de Curitiba, representado na sequência pela FIGURA 23.

FIGURA 23. Ato organizado no Centro Cívico em direção à Prefeitura.



Fotografia: Vanessa Amy Takahashi Ozawa (2018).

Por este ângulo, percebe-se que nesta relação existe um encontro entre setores populares da sociedade com outras classes sociais, formando, desta somatória, um tipo de manifestação de maior alcance do que teriam separadamente. Sobre este aspecto, discorre Bearzoti Filho (Entrevista 04, Anexo 01):

O **movimento social**, no meu modo de ver, é um encontro de militantes de origens nas classes médias, ou pelo menos com letramento, [...], e que em geral, portanto, vem das classes médias; não é uma regra, mas é tendência. [...]. Eu acredito que a ideia da organização plenamente espontânea seja um mito. [...]. Quando eu digo mito, eu não estou dizendo 100% dos casos, né? Como eu poderia fazer uma afirmação tão genérica. Mas em geral, tudo aquilo que passa por tão espontâneo assim, ele também teve algo que veio do estudo, da formação acadêmica, da leitura, do letramento. [...]. Ao mesmo tempo, os militantes com formação acadêmica devem militar junto ao povo, caso contrário, não são nem exatamente militantes. É esse encontro que institui os movimentos sociais [grifo nosso].

Neste segmento, o militante do MPM (Entrevista 04, Anexo 01) avalia, também, a participação do MPM na ocupação Dona Cida e nas outras ocupações:

Entendo que nós participamos como movimento, na **assessoria jurídica**, ajudamos a organização, nós colocamos **princípios e métodos de organização** que não são exatamente espontâneos no povo e, ao mesmo tempo, aprendemos sobretudo com a **combatividade popular**, que é maior que a dos quadros, aprendemos o envolvimento no dia a dia, até na cidade, a **persistência**, a **resiliência**, a **resistência** de estar nas áreas, de estar na dificuldade, a maneira direta, objetiva com que o povo compreende a realidade. Entendo, portanto, que foi uma tentativa, até certo ponto bem-sucedida, até certo ponto envolveu contradições e obstáculos, mas uma tentativa de síntese dessas duas perspectivas [grifos nossos].

Simultaneamente a esta reflexão, podemos trazer também a perspectiva das lideranças sobre o envolvimento do MPM com as ocupações, como demonstra a narrativa da vice coordenadora da Dona Cida, Bia (Entrevista 01, Anexo 01):

Se o movimento não fosse tão forte a gente não teria conseguido, entendeu? Porque são eles que apoiam a gente em tudo que a gente faz. Porque sem eles a gente não é nada aqui. Por exemplo, chega um advogado, chega a polícia, quem é que vai? O movimento que vai vir e que vai resolver, não é nós. A gente só faz a coordenação e ajeta tudo, deixa as famílias todas encaminhadas, mas quem faz tudo é o movimento.

Sobre a atuação dos coordenadores nas ocupações, como tendência em diferentes tipos de organização popular, percebe-se uma variação quanto a intensidade de mobilização conforme a demanda e as carências da comunidade. Neste sentido, comenta Bia (Entrevista 01, Anexo 01),

Estamos em bem poucos coordenadores, porque antigamente precisava de mais, porque era uma organização mais cerrada, mais forte, era mais gente, era mais ajuda que a gente precisava. Conforme a gente vai encaminhando um por um, eles vão deixando aquela necessidade da gente, entendeu? Daí a gente fica mais em poucos, se era dez, só fica um ou dois, [...] então sempre tem um corre, entendeu?

Outro ponto que chama atenção no contexto da ocupação Dona Cida, no que diz respeito a organização local, é a discussão da construção de uma associação de moradores. A ideia, de acordo com Bia (Entrevista 01, Anexo 01), foi discutida e proposta uma gestão com 12 moradores na diretoria. Além disso, a Associação de Moradores já possui um terreno para construção da sede (FIGURA 24).

FIGURA 24. Terreno destinado a Associação de Moradores Dona Cida.



Fotografia: Nathan Rodrigues de Lima (2018).



Sobre a realização da diretoria e construção da sede da associação de moradores, explica Bia (Entrevista 01, Anexo 01):

A gente decidiu foi ano passado [2017], que a gente precisava de uma associação. Até por causa das doações, CNPJ, essas coisas, que a gente não tem. E como a gente não tem uma associação, fica mais difícil pra gente conseguir essas coisas. [...]. Todo mundo entrou em comum acordo entre os coordenadores. Vamos fazer uma associação, e surgiu. [...]. Não tinha barracão pra gente guardar, pra fazer uma reunião, guardar as doações que, vem roupas, vem doce, vem calçado. [...]. Que nem agora, não tinha lugar pra guardar, aí teve que fazer uma casinha lá e tal, um barraquinho pra poder colocar. Então, a proposta da casa da criança, da associação, foi pra gente ajudar a população, porque sem isso não tem como a gente fazer.

O debate tratado nos parágrafos acima vai ao encontro com o que foi pontuado no tópico anterior, referente a Associação 23 de Agosto, no que diz respeito a importância da construção de um **espaço físico** para a realização de atividades na comunidade. Essas eram as tendências de organização, como narrado por Bia, até o dia da realização da entrevista com a vice coordenadora da ocupação Dona Cida. Esse quadro, entretanto, viria a mudar drasticamente após o episódio do incêndio ocorrido na ocupação 29 de Março no início do mês de dezembro – que será tratado mais adiante - justamente por conta do fator supracitado que envolve as **carências e demandas da comunidade versus a intensidade de mobilização**.

Outros sujeitos de importante atuação na Dona Cida são os apoiadores acadêmicos e apoiadores individuais, sejam de ordem político-partidária ou não. As FIGURAS 25, 26, e 27 ilustram algumas das ações dos mesmos pela comunidade.

FIGURA 25. Parquinho em parceria entre moradores e apoiadores acadêmicos.



Fotografia: Nathan Rodrigues de Lima (2018).

FIGURA 26. Chamada para evento de apoiadores das Ocupações Urbanas.

**COMUNIDADE 29 DE MARÇO  
RENASCENDO DAS CINZAS**

Evento beneficente em apoio às vítimas do incêndio na Comunidade 29 de Março. Será um momento de confraternização para reunir os apoiadores e recolher contribuições.

**QUANDO?**  
**16/12**  
DOMINGO - 14h

**ONDE?**  
OCUPAÇÃO DONA CIDA  
Estrada Velha do Barigui,  
ao lado da fábrica da  
Toshiba.

**CONTRIBUIÇÃO:**  
INGRESSO SOLIDÁRIO  
de qualquer valor

Elaboração: Laura Mazzotini (2018).

FIGURA 27. Audiência Pública sobre Direito à Moradia.

Audiência Pública

**Direito à moradia,  
direitos humanos  
e a realidade do  
município de Curitiba**

Dia 19 de dezembro de 2018  
quarta-feira, 14 horas  
Câmara de Vereadores  
Auditório do Anexo II, 4º andar, Curitiba, PR

PROFESSORA  
**Josete**  
VEREADORA

Foto: Gibran Mendes

(41) 9 9946-1813

f /profjosete

www.professorajosete.com.br

Fotografia: Gibran Mendes (2018).

Fonte: &lt;www.professorajosete.com.br&gt; Acesso em: janeiro de 2019.

Na FIGURA 25, pode-se observar parte do processo de construção de um parquinho direcionado ao lazer das crianças da comunidade. Embora esteja localizado na ocupação Dona Cida, o objetivo é que crianças de todas as comunidades tenham uma opção de lazer próxima ao contexto em que habitam. A construção do parquinho passa por uma colaboração entre coordenadores da Dona Cida, moradores e apoiadores acadêmicos. Nestes últimos, estão incluídos o **Projeto Ocupações Urbanas (POU)**<sup>32</sup>, do curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná e estudantes de Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição.

A FIGURA 26 diz respeito a um cartaz utilizado para a promoção de um evento beneficente na ocupação Dona Cida. O evento teve como objetivo reunir **apoiadores** de todas as ordens e recolher contribuições para as famílias vítimas do incêndio na ocupação 29 de Março. Como tratado anteriormente, as quatro ocupações fazem parte de um mesmo contexto, fator que implica considerar sempre as relações e eventos do complexo como um todo para melhor entendimento das dinâmicas de uma ocupação em específico, no caso, a Dona Cida.

Na FIGURA 27, pode-se observar a chamada para uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de Curitiba, que teve como objetivo a discussão do direito à moradia e direitos humanos no município de Curitiba. A audiência, como o espaço em que foi realizada retrata, foi organizada por apoiadores externos de ordem político partidária e contou com a presença e composição da mesa de moradores das comunidades, militantes do MPM, professores e representantes do Ministério Público. Ainda, vale ressaltar que este e o evento beneficente citado anteriormente ocorreram, também, após o incêndio.

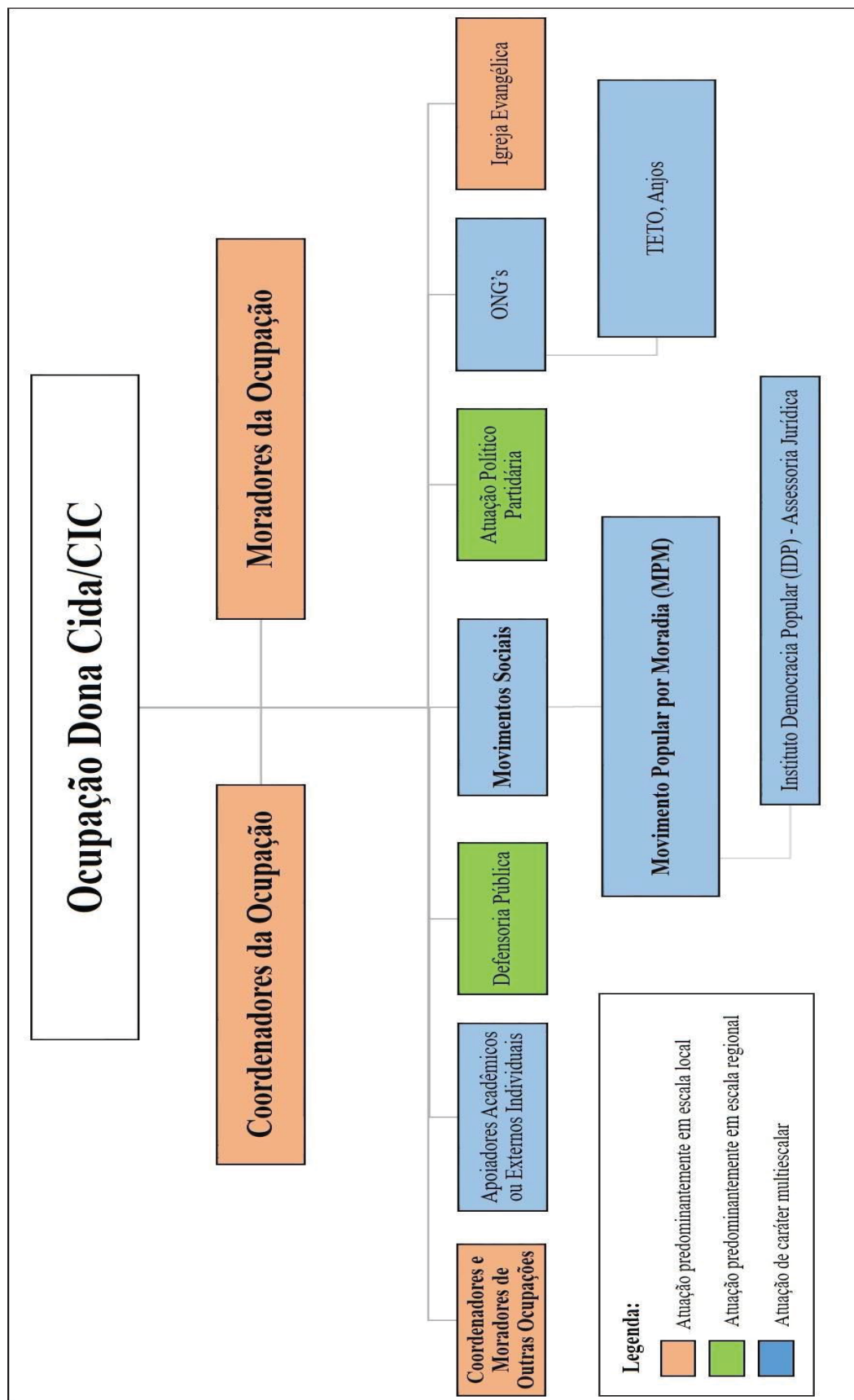
De forma a encaminhar a discussão, buscou-se ilustrar parte dos sujeitos e organizações envolvidos com o caso da ocupação Dona Cida no formato de um organograma, representado pela FIGURA 28. Com efeito, o objetivo não passa por discutir todos os sujeitos envolvidos, tendo em vista a complexidade das relações. Todavia, com base em trabalhos de campo, diários e análise das entrevistas narrativas, busca-se sintetizar e tornar compreensível uma parte do todo.

---

<sup>32</sup> O Projeto Ocupações Urbanas (POU), do Laboratório de Dinâmicas Metropolitanas da Universidade Federal do Paraná, é composto por estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Coordenado pelo Prof. Dr. Danilo Volochko, o projeto busca uma reflexão sobre a produção do espaço nas ocupações Nova Primavera, 29 de março, Tiradentes e Dona Cida a partir do cotidiano dos moradores frente as dinâmicas e contradições envolvidas nos processos.



FIGURA 28. Organograma de Organizações e Sujeitos Atuantes – Dona Cida.



Elaboração: Nathan Rodrigues de Lima (2019).

Primeiramente, é importante passarmos pelo ponto tratado por Volochko (2016, p. 46) em reflexão, na época, sobre as ocupações Nova Primavera e 29 de Março, ao colocar que estas ocupações “[...] se caracterizam por serem ocupações organizadas – diferindo-se das ‘ocupações espontâneas’, que inclusive ocorrem no entorno dessas ocupações e que são resultantes de assentamentos informais constituídos por meio de loteamentos clandestinos”. Neste sentido, esta ideia vale, atualmente, para o complexo das quatro ocupações. Assim, essas ocupações não têm como objetivo a comercialização de lotes do terreno, embora, inevitavelmente, possam ocorrer processos contraditórios em seu interior. O que queremos dizer, no entanto, é que o fato de a ocupação ter ocorrido de forma organizada, tendo como alicerce um movimento social, como é o caso do MPM, faz com que se desenvolvam no interior da organização ações que dão um sentido político ao conjunto.

No organograma, buscou-se explorar alguns sujeitos que participam da dinâmica da ocupação Dona Cida. A intenção, evidentemente, não é a de criar hierarquias entre estes sujeitos e organizações, apenas de apresentar algumas interações. Tendo isso em vista, além dos coordenadores e moradores da ocupação e da atuação do MPM, destacamos a participação do Instituto Democracia Popular (IDP) na **assessoria jurídica** das ocupações. Além disso, nos trabalhos de campo, conversas informais e narrativas, podemos elencar a atuação da Defensoria Pública, também, no que diz respeito a parte jurídica. Ainda, como discutido anteriormente, há uma grande interação com os coordenadores de outras ocupações.

Apoiadores acadêmicos e apoiadores individuais mostram-se importantes não só pela atuação local, como no papel de levar questões e particularidades das ocupações para outras esferas de debate; seja em sentido acadêmico, em trabalhos, discussões ou grupos de estudos, seja no sentido amplo, como círculos sociais. A igreja, reconhecida há tempos como um poder de forte atuação nos estudos de ativismos sociais, cumpre também seu papel nas ocupações; realizam cultos, ações direcionadas a crianças e tem, marcadamente, participação em espaços como assembleias, por exemplo. Como destaque, neste ponto, realçamos uma **tendência** percebida nos dois estudos de caso para **reflexão**: bibliograficamente, diversos textos e autores retratam o papel da igreja, principalmente em organizações de bairro; o ponto que trazemos é que nesse cenário, atualmente, a participação da igreja evangélica parece ter crescido frente a atuação da igreja católica.

Encaminhando a discussão, aparecem também as ONG's e representantes político-partidários. É notável a atenção de alguns destes últimos quanto ao caso do complexo das ocupações, como perceptível em ações como a audiência pública realizada tratando o direito à moradia na Câmara Municipal de Curitiba. O que não impede, novamente, ações contraditórias em meio ao todo, como pontuado na narrativa de Bia, de sujeitos que aparecem com promessas em época de campanha.

Por fim, tendo em vista o envolvimento proporcionado pela pesquisa, não poderíamos deixar de tratar, pelo menos brevemente, do incêndio ocorrido na ocupação 29 de Março, localizada em frente à ocupação Dona Cida. No dia 7 de dezembro de 2018, após uma ação policial que vem sendo investigada desde então para apuração das responsabilidades, foi provocado um incêndio que tomou conta de grande parte das casas do terreno da ocupação 29 de Março (FIGURA 29).

Desde a ocorrência do fato, houve grande mudança no que diz respeito a atuação política e organização nas comunidades. Destacamos a atuação da ONG TETO no processo de reconstrução da ocupação (FIGURA 30), como, também, o aumento na intensidade de mobilização, tanto entre os moradores e coordenadores, quanto de apoiadores acadêmicos, individuais, igrejas, escolas, órgãos públicos; criou-se uma **rede de voluntariado** em torno da causa, como não poderia deixar de ser. A ocupação 29 de Março segue resistindo (FIGURA 31) e dando sequência no processo de reconstrução das casas incendiadas. Da mesma forma, neste momento, **Dona Cida, Nova Primavera e Tiradentes** são todos **29 de Março**.

FIGURA 29. Parte do terreno atingido pelo incêndio na 29 de Março.



Fotografia: Nathan Rodrigues de Lima (2018).



FIGURA 30. Reconstrução da 29 de Março com apoio da ONG TETO (1).



Fotografia: Edison Gonçalves (2018).  
Fonte: <[www.flickr.com](http://www.flickr.com)> Acesso em: janeiro de 2019.

FIGURA 31. Reconstrução da 29 de Março com apoio da ONG TETO (2).



Fotografia: Edison Gonçalves (2018).  
Fonte: <[www.flickr.com](http://www.flickr.com)> Acesso em: janeiro de 2019.

### 3.5. A TERRITORIALIDADE DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NO CONTEXTO DOS ESTUDOS DE CASO

Com base no debate proporcionado pelos estudos de caso da Associação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida – sustentado por trabalhos de campo, narrativas, registros fotográficos e diários de campo -, buscamos preencher uma lacuna não contemplada pelo discurso do urbanismo modelo existente em Curitiba, explorado no Capítulo 1 deste trabalho. Ou seja: temos, com a exposição destes casos, que a **questão da moradia** desponta como **avesso necessário** da habitação precária nas periferias de Curitiba, como condição de realização de um planejamento virtuoso nas áreas de centralidade da capital paranaense<sup>33</sup>.

Embora ambas as organizações populares supracitadas, trabalhadas sob a ótica dos ativismos sociais, tenham suas origens ligadas a um **problema estrutural em comum**, intrínseco a produção capitalista do espaço, faz-se necessário pontuar, de início, algumas diferenças marcantes entre os estudos de caso.

Primeiramente, devemos mencionar a questão das diferenças de **temporalidade** entre os casos. Enquanto a Associação 23 de Agosto tem sua história vinculada a ocupação da Vila 23 de Agosto, nos idos de 1991, a ocupação Dona Cida floresce em 2016; dois contextos históricos e políticos diferentes.

Neste sentido, temos, de um lado: **(a)** uma **associação de moradores** vinculada a um processo de 28 anos de luta, indo desde conquistas vinculadas a estrutura urbana do bairro até a regularização fundiária do terreno ocupado, e, do outro; **(b)** uma **ocupação urbana**, organizada e assessorada por um movimento social, que caminha para o seu terceiro ano de existência, isto é, de **resistência**. Este fator representa, também, dois contextos de luta que fazem toda a diferença na análise. No caso da Associação 23 de Agosto, a conquista da regularização fundiária dá aos moradores uma base que não existe na ocupação Dona Cida até o momento: a **segurança de posse** do terreno ocupado.

Tendo isso em vista, e levando em consideração os **processos históricos** de construção, buscaremos comparar as lutas atuais dos dois casos, dando destaque ao entendimento da complexidade, dinâmica, potencialidades e limitações dessas organizações populares e suas territorialidades.

---

<sup>33</sup> Questão explorada de maneira direta pela dissertação de Albuquerque (2007), também referenciada no Capítulo I deste trabalho.

Abrimos o Capítulo 2 deste trabalho debatendo uma citação de Rogério Haesbaert (2015) que apresenta ideias advindas da obra de Michel Foucault. Nesta, coloca-se que o **poder** implica sempre em **resistência**, onde os grupos subalternizados estão continuamente reconstruindo sua territorialidade dentro do movimento desigual de dominação e resistência. Ainda considerando a obra de Foucault (1979), sabe-se que os poderes se exercem em diversos **níveis e escalas**, não sendo restritos ao Estado, como pensou-se por muito tempo. Assim, todo o debate de poderes que envolve os estudos de caso deste trabalho tem, ao menos no que se refere ao ponto de partida, uma **perspectiva contra hegemônica**; o que não significa dizer que não existam interações/relações com o poder do Estado – ou, poderes hegemônicos -, no contexto de cada processo.

Outro ponto que vai ao encontro da discussão aparece na obra de Maria da Glória Gohn. A autora, em sua obra “Movimentos Sociais e Luta pela Moradia”, faz um balanço das teorias que estabelecem os movimentos sociais urbanos de forma geral, assim como analisa práticas e manifestações concretas do caso brasileiro. Com base nessa discussão, Gohn (1991) ressalta a importância da análise da **correlação dos sistemas de forças sociais**. Nesta, podemos entender a composição destes movimentos como uma somatória de forças entre uma **base, lideranças e assessorias**. Embora, neste trabalho, tratemos de organizações populares que se manifestam como ativismos, tendo ou não envolvimento de movimentos sociais, o raciocínio facilita a compreensão desses fenômenos.

Igualmente, destacamos que, ao considerar as relações de poder na produção do espaço, abre-se um grande leque de possibilidades, escalas de análise e sujeitos. Portanto, faz-se necessário delimitar quais relações de poder buscamos e buscaremos destacar nas discussões, sendo elas as relações que envolvem mais diretamente as **resistências populares**. Com base neste ponto, e de forma a não criar níveis ou hierarquias na rede de inter-relações existentes, propõe-se interpretar a organização política da Associação de Moradores 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida a partir de três esferas, sendo elas: **(1)** a esfera de organização política estatal, **(2)** a esfera de organização política local, e, **(3)** a esfera de organizações políticas em geral. Pondo deste modo, chama-se atenção para as **redes de inter-relações** que ocorrem **coetaneamente**, por vezes em conflito, entre uma esfera e outra, assim como entre as três, como representado na FIGURA 32.



FIGURA 32. Esferas de organização política para interpretação dos ativismos.



Elaboração: Nathan Rodrigues de Lima (2019).

Em cada esfera, podemos elencar um conjunto de atores ou sujeitos. Na esfera de organização política local temos, por exemplo, os moradores, lideranças (no caso da associação de moradores a diretoria, no caso das ocupações os coordenadores), moradores e lideranças de localidades próximas e, até mesmo, a influência de lideranças religiosas presentes nas comunidades. Deve-se pontuar também, inevitavelmente, a existência coetânea de poderes paralelos, que fogem da responsabilidade das organizações populares, mas fazem parte do contexto.

Na esfera de organizações políticas em geral, podemos elencar os coletivos (Alicerce Popular), os movimentos sociais no sentido estrito (MPM, e, recentemente, ações pontuais do MST nas ocupações), Organizações Não Governamentais (TETO, Anjos), apoiadores acadêmicos (Projeto Ocupações Urbanas, Ateliê de Arquitetos), projetos atrelados a ações de diferentes instituições religiosas (com ênfase para a participação de Igrejas Evangélicas), partidos políticos e seus representantes (cumprindo mandato ou não), assessoria jurídica (IDP), entre outros.

Na esfera de organização política estatal, pode-se colocar políticos já eleitos em cumprimento de mandato (principalmente vereadores, deputados estaduais e prefeitos), secretarias e regionais de Curitiba, Defensoria Pública, Ministério Público, empresas estatais (COHAB, por exemplo), órgãos prestadores de serviços básicos (água, luz, transporte, segurança pública). Nesta esfera, parte das relações ocorre de maneira bastante conflituosa, em especial no quadro atual das ocupações.

O caso da **Associação 23 de Agosto** se enquadra no que Souza (1988; 2010; 2011) caracteriza como **ativismo de bairro**. Este tipo de ativismo aparece inserido dentro do que o mesmo chama de **ativismo social em geral**. Embora tenha surgido no contexto de uma vila que foi parte de um processo histórico de ocupação - tendo, inclusive, apoio de movimentos sociais de luta por moradia existentes na região Sul de Curitiba na época -, atualmente, a organização política existente em torno da associação, de modo específico, trava lutas frente a produção do espaço na escala do bairro e busca criar pontes de auxílio aos moradores da Vila 23 de Agosto. Sobre a participação dos movimentos, elucida a presidente da associação (Entrevista 02, Anexo 01),

Pro ano que vem, se Deus quiser, a gente está pensando em retomar o movimento de moradia da região Sul de Curitiba. É um movimento da região Sul mesmo, que é: Pinheirinho, Xaxim, Alto Boqueirão, Sítio Cercado e o Ganchinho agora, né? [...]. Nós demos uma parada agora, em setembro...agosto foi a última reunião desse ano. Mas a gente vai voltar, reorganizar o movimento pra lutar pelas pessoas que não tem onde morar ainda, né? Porque tem muita gente que paga aluguel ainda que não conseguiu. Agora ficou por conta das empreiteiras. Então, tem que se reorganizar o movimento de moradia.

Dentre as **potencialidades** presentes na Associação 23 de Agosto, destaca-se a atuação, como relação de apoio, do Coletivo Alicerce Popular. As atividades realizadas pelo coletivo em diálogo e parceria com a associação como o Cursinho Alicerce 23, a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto e o Cine Clube criam uma dinâmica importante na Vila 23 de Agosto; atividades sempre alinhadas com a formação política dos moradores que participam. Ainda que aconteçam no espaço da associação outras atividades que também possuem dinâmica interessante (como a Padaria Comunitária, cursos e aulas de capoeira, por exemplo), é evidente que a dinâmica de interação causada pela relação entre diretoria da associação e o coletivo Alicerce Popular potencializa a organização política como um todo.

Outra potencialidade diz respeito a uma certa herança política ocasionada pelo processo histórico firmado na ocupação da Vila 23 de Agosto, que reflete por uma espécie de “pensamento comunitário” presente em parte dos moradores, principalmente nos mais antigos, e que aparece na organização da associação. Além da participação do Alicerce Popular, deve-se destacar também a presença de apoiadores externos na realização de parte das atividades que, como pontuado anteriormente, além da atuação local, levam o debate para outras esferas sociais.



O **espaço físico** da associação também aparece como uma potencialidade, no sentido de ser, para a Vila 23 de Agosto, uma centralidade em escala local; um espaço onde as coisas acontecem: atividades diversas, assembleias, reuniões. Aparece como um espaço que traz dinâmicas de aprendizado, formação e organização política. Não apenas a associação de moradores como um espaço utilizado pela diretoria, mas um espaço de interação e uso dos moradores da vila.

Em contrapartida, como em qualquer organização popular, devemos pontuar algumas **limitações** que ocorrem no âmbito da associação. Primeiramente, temos que houve uma aparente desmobilização dos movimentos de luta por moradia presentes no início da ocupação da vila. Outro ponto importante para a discussão, que envolve a **capacidade de mobilização** deste caso, diz respeito ao marco histórico da regularização fundiária. Ainda que, coetaneamente, existam outras lutas em pauta (ligadas a garantia de equipamentos urbanos), a segurança da posse veio acompanhada de uma sensação de estabilidade, de “dever cumprido” para parte dos moradores da vila. Entretanto, ainda há, como visto anteriormente, muito a ser feito; inclusive sobre a entrega da documentação individual de posse dos terrenos.

Sobre a participação dos moradores e a mobilização, ainda que diretoria, Alicerce e outros apoiadores promovam uma quantidade razoável de atividades, a participação dos moradores é, por vezes, incipiente. Por fim, destacamos um fator comum a muitas organizações: a sobrecarga de tarefas sobre membros da diretoria e, até mesmo, sobre militantes do coletivo. Sobre a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto, por exemplo, Martins (Entrevista 03, Anexo 01) problematiza a questão da participação popular nas atividades:

Quando as pessoas se organizam, elas tendem a se comprometer mais com as coisas. Eu acho que se tivesse mais pessoas que se comprometessem a participar de algo de forma contínua, o negócio andava com muito mais facilidade. Mas é bem problemático isso, principalmente quando as pessoas trabalham bastante em serviço pesado, como é aqui na vila. [...]. Falta energia pra tentar o comprometimento, aí você fica empurrando as coisas, né?

Encaminhando, há, na vila, um esgotamento da capacidade de funcionamento de serviços como creches, escolas e postos de saúde frente ao crescimento do bairro. Neste ponto, Martins (Entrevista 03, Anexo 01) aponta que a partir dessa carência, existe um espaço para atuação e organização da comunidade, no sentido de criar pressão nos órgãos públicos responsáveis pela atuação dos moradores.

No que diz respeito a **Ocupação Dona Cida**, não podemos caracterizar o caso por completo como um ativismo/movimento social no sentido estrito, como discutíamos no Capítulo 2. Tratamos, aqui, de uma ocupação urbana, **organizada** e com **atuação ativa** de um **movimento social no sentido estrito**, o Movimento Popular por Moradia (MPM). Embora a Dona Cida caminhe para seu terceiro ano desde a ocupação do terreno, chamamos, novamente, a atenção para a dinâmica que envolve o contexto das quatro ocupações, considerando, ainda, que a primeira ocupação do complexo ocorre em 2012; ou seja, as primeiras lutas e resistências na produção daquele espaço possuem um histórico anterior.

No que diz respeito as **potencialidades** existentes nas redes de relações entre sujeitos e organizações na Ocupação Dona Cida, destacamos, em primeiro lugar, justamente o fato de a ocupação ter sido organizada por um movimento social no sentido estrito. Como vimos em Souza e Rodrigues (2004), estes movimentos sociais diferenciam-se dos ativismos sociais em geral no sentido de que as ações não são pensadas apenas pontualmente. Existe uma reflexão mais profunda a respeito das pautas, problemas conjunturais e um horizonte de luta.

No caso do Movimento Popular por Moradia, trata-se de um movimento social urbano que atua entorno da **questão da moradia**. Como observado na seção referente a este caso, parte da dinâmica de organização política existente na comunidade possui herança da atuação do movimento, como as coordenações, assembleias periódicas, atos, repasses, etc. Tendo isso em vista e considerando que a atuação do movimento se faz presente até hoje – ainda que atualmente as principais atuações sejam de apoio em questões organizacionais e assessoria jurídica - as relações de interação entre a comunidade, lideranças e o movimento aparecem como uma das principais potencialidades no contexto das ocupações.

Outro ponto que surge como potencialidade no contexto das ocupações está relacionado a presença de apoiadores externos, sejam eles acadêmicos, individuais ou políticos (atuação de partidos, políticos em mandato ou possíveis candidatos). Estes sujeitos criam uma dinâmica interessante tanto no desenvolvimento de atividades no espaço da comunidade, quanto na possibilidade de levar as particularidades e pautas das ocupações para outros meios ou círculos sociais. Criase um horizonte de visibilidade para a comunidade, para a luta pela moradia e pelo direito à cidade, expondo as contradições no discurso da “Curitiba modelo”.

Como pontuado anteriormente, salientamos a realização de reuniões e assembleias na comunidade, assim como na organização de táticas de ação coletiva, como o ato realizado no Centro Cívico de Curitiba em direção a prefeitura, levando moradores e apoiadores a lugares da cidade que dão visibilidade à luta.

Gostaríamos de enfatizar, como potencialidade, a **centralidade** que a ocupação Dona Cida vem ganhando diante do complexo de ocupações. Analisando-se o contexto, o fato de ter sido a última das quatro ocupações fez com que a experiência oriunda dos três processos anteriores guiasse a organização da ocupação de melhor forma. Neste sentido, existem ruas mais largas e alguns espaços reservados para organização coletiva, a exemplo dos terrenos destinados a construção da sede física da **associação de moradores** e da “casa da criança”. O **parquinho**, construído na Dona Cida em parceria com apoiadores externos, também aparece como um espaço atrativo em matéria de lazer no contexto local, sendo uma das poucas opções próximas de divertimento para as crianças.

Por fim, destacamos a centralidade da chamada “**tenda azul**”, também na ocupação Dona Cida. Comprada por intermédio de ações de arrecadação feitas pelos próprios moradores, a falta de um espaço físico para ações, reuniões e assembleias faz com que todas as atividades a serem realizadas na ocupação sejam direcionadas a tenda azul, como reforçado por Bia (Entrevista 01, Anexo 01), “[...] pra reuniões, pra festinhas.... Basicamente pra tudo ali, né? Tudo que vier é ali embaixo que a gente coloca”. Com o incêndio na 29 de Março, a capacidade de mobilização do complexo tem chamado a atenção, e, nesse contexto, a centralidade da Ocupação Dona Cida segue tendo papel fundamental para a comunidade.

No que se refere as **limitações**, um ponto que difere fortemente do estudo de caso da Associação 23 de Agosto diz respeito a completa **insegurança na posse do terreno**. Na Ocupação Dona Cida, os moradores estão diariamente em luta e em resistência, com o intuito de garantir o direito à moradia. Simultaneamente a essa resistência diária, a assessoria jurídica, principalmente de membros do Instituto Democracia Popular (IDP), buscam garantir os direitos dos moradores em outras instâncias, na defesa dos mesmos frente aos proprietários do terreno. Destacamos, ainda, a complexidade do cotidiano nas ocupações que, em diferentes momentos, passaram por continuidades e descontinuidades na relação das bases e lideranças para com o movimento social, variando conforme as necessidades da ocupação.

Sobre este tema, discorre Bearzoti Filho (Entrevista 04, Anexo 01):

Paradoxalmente, as pessoas se organizam mais no momento de crise. Então se você está na eminência de um despejo, as pessoas se organizam. Se a vila tem enchente, elas se organizam. Mas quando a água abaixa, quando o período das chuvas passa, que entra aquela vida cotidiana normal, existe uma natural dificuldade de se organizar. Diz o Pochmann [Marcio Pochmann], novamente citando, diz ele, né? Que as Igrejas Evangélicas e o próprio crime são as instituições, se assim podem ser chamadas, que de maneira mais efetiva souberam adaptar-se a essa nova sociedade de serviço e organizá-la. Existe, talvez, uma mudança paramétrica, com novas formas de organização. O movimento consegue organizar, mas não é fácil, né? Existe uma tendência natural, na vida cotidiana e normal, que as pessoas fiquem em casa, fiquem com as suas famílias, que vão do trabalho para casa e tenham formas de organização relativamente soltas, fluidas. A Igreja, de fato, é uma exceção notável dentro dessa tendência, sobretudo as igrejas de denominação evangélica.

Além de problemas estruturais como água, energia elétrica, saneamento, transporte, entre outros, deve-se pontuar a existência inerente de questões que fogem da responsabilidade das organizações populares, como a violência e a ação do poder paralelo. Com base na discussão tratada nesta seção, organizou-se um **quadro síntese** com as **potencialidades e limitações** das organizações populares tratadas nos estudos de caso, representado pela FIGURA 33.

Os estudos de caso tratados, guardadas as devidas proporções, possuem diferenças e semelhanças, momentos de aproximação e afastamento. Cada um com suas lutas e particularidades, porém, alguns problemas parecem comuns em ambos os estudos de caso. Embora não sejam ativismos sociais com o mesmo enquadramento conceitual e correspondam a processos históricos diferentes, ambos os casos têm como ponto de partida a questão da moradia. Mais do que isso, partem da questão da moradia no município de Curitiba, apontando uma contradição na produção capitalista do espaço que é, claramente, encoberta, minimizada e silenciada diante do discurso do *citymarketing* da capital paranaense.

Encaminhando a discussão, ainda no fim da década de 80, assinalava Souza (1988), reflexões acerca de ativismos remetem direta ou indiretamente a questões relativas a **descentralização e desconcentração do poder no espaço**, no sentido de criar núcleos de poder para além do poder hegemônico do Estado. Neste sentido, vale mencionar que, na perspectiva de Souza (1988, p. 110), alguns ativismos “mesmo sem exteriorizarem um confronto político direto, protagonizam experiências que precisamente revelam o desejo de não reproduzir estruturas heterônomas e que encarnam à vontade [...] de controle comunitário e local da vida urbana”.

FIGURA 33. Quadro síntese de potencialidades e limitações.

<b>Organização</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Limitações</b>
<b>Associação de Moradores 23 de Agosto</b>	Base construída com <b>apoio</b> de movimentos de luta por moradia contemporâneos a ocupação do terreno.	Aparente desmobilização dos movimentos de luta por moradia existentes na época da ocupação da vila.
	Atuação do <b>Coletivo Alicerce Popular</b> .	Apesar de certa estabilidade dada pela regularização fundiária de parte do terreno, houve perda na capacidade de mobilização
	Articulação com apoiadores acadêmicos e apoiadores externos individuais.	Esgotamento de capacidade de funcionamento de serviços como creches, escolas e postos de saúde frente ao crescimento do bairro.
	Desenvolvimento de atividades diversas pela associação no sentido de encontros, reuniões, organização e formação política.	Participação, por vezes, incipiente dos moradores em atividades da associação.
	Espaço físico da associação de moradores como centralidade para a Vila 23 de Agosto.	Sobrecarga de tarefas no que diz respeito a organização de atividades da associação entre a diretoria.
<b>Ocupação Dona Cida</b>	Base inicial advinda, <b>fundamentalmente</b> , de um movimento social em seu sentido mais estrito.	Conflitos de ordem jurídica com os proprietários do terreno; constante sensação de insegurança de posse.
	Atuação do <b>Movimento Popular por Moradia (MPM)</b> desde o início do processo de ocupação dos terrenos.	Continuidades e discontinuidades ao longo do tempo, tendo em vista a complexidade do cotidiano das ocupações.
	Articulação com apoiadores acadêmicos e apoiadores externos individuais.	Precariedade em serviços como água, energia elétrica, transporte, educação, saúde e lazer.
	Realização de reuniões, assembleias e táticas como atos coletivos em defesa da comunidade.	Carência de espaços físicos para a realização de atividades e armazenamento de doações recebidas.
	<b>Centralidade</b> da ocupação como um todo no contexto do complexo de ocupações - “tenda azul”, parquinho, projeto de associação de moradores.	Há, inevitavelmente, preocupação com fatores que fogem da responsabilidade das organizações, como a violência e a ação do poder paralelo.

Elaboração: Nathan Rodrigues de Lima (2019).



Com base no conteúdo abordado no capítulo, voltamos a ressaltar: embora a discussão dos estudos de caso seja de grande complexidade, temporalidades distintas e não se enquadrem, conceitualmente, num mesmo tipo de ativismo social, consideramos que ambos os contextos possuem elementos do que Rolnik (2015) trata como porosidades, resistências e quebras de consenso. Os estudos de caso da Associação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida expõem a contradição em torno da questão da moradia em Curitiba, explicitam conflitos e mostram relações de poder existentes na atuação e organização dos sujeitos em redes de mobilização.

Nesta lógica, salientamos a existência de uma territorialidade dessas organizações populares. As **relações de poder** entre os sujeitos, atuando em **rede**, concretizam-se no espaço em proporções **multiescalares**, em **diferentes esferas** de atuação e de forma poli dimensional quanto as pautas de luta. O que significa isso? A complexidade das relações sociais faz com que se torne inviável delimitar até onde vão as ações de cada sujeito em cada contexto dos estudos de caso.

Neste sentido, ao mesmo tempo que uma liderança possui atuação predominantemente local - mediando situações dentro da comunidade, organizando reuniões com os moradores, etc. -, há a possibilidade de os mesmos sujeitos participarem de reuniões de coletivos, partidos, audiências públicas, entre outros espaços que tornam suas ações não mais especificamente locais. Ou seja, os sujeitos, organizados em redes, envolvidos na dinâmica e na produção do espaço das organizações populares trabalhadas nos estudos de caso, exercem suas relações de poder em proporções multiescalares. Da mesma forma, embora nos utilizemos de esferas de organização política para tornar o conteúdo do debate mais didático, sabemos o quanto é difícil precisar que esferas abrangem quais sujeitos. Ainda, percebe-se que as pautas existentes nos estudos de caso não se restringem ao local, mas sim a um contexto maior de luta por moradia e pelo direito à cidade.

Podemos afirmar que nosso objetivo não passa por delimitar, afirmar ou simplesmente concluir ideias sobre estes fenômenos. Passa, sim, por demonstrar sua complexidade, processos, contradições, conflitos e agregar elementos para que as questões de pesquisa levantadas neste trabalho ganhem espaço e sejam melhor compreendidas. Por fim, prevalece discussão de Massey (2008) frente ao sentido global dos lugares; as lutas e resistências possuem múltiplas escalas e interações e, em nosso caso, convergem para a produção dos espaços aqui trabalhados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a conjuntura das metrópoles no contexto brasileiro passa por refletir o papel de ativismos sociais, movimentos populares e outras formas de resistência (o que, neste trabalho, englobamos como organizações populares) como agentes produtores do espaço urbano. Problemas de ordem fundiária, segregação sócio-espacial e a dificuldade no acesso à moradia mostram-se como parte de uma condição funcional, um avesso necessário para a reprodução capitalista do espaço.

Partimos da hipótese de que os conflitos e contradições no espaço urbano de Curitiba estão associados a produção capitalista do espaço, somando-se a isso a carência na efetividade de políticas por parte do Estado. Buscamos ao longo do trabalho discutir, com base em Harvey, Lefebvre, Ana Fani Carlos, entre outros, nosso entendimento da forma como se realiza a produção capitalista do espaço, assim como o papel que cumpre o Estado, diretamente inserido na lógica de funcionamento capitalista. No Capítulo 1, além da discussão referente a produção capitalista do espaço, buscou-se mostrar as particularidades de processos que deram a Curitiba o status de “cidade modelo”. Com base em dados do próprio IPPUC, destacamos conflitos e contradições existentes por trás das lentes do *citymarketing* da capital, atravessando, assim, nosso primeiro objetivo específico.

Buscou-se mostrar que em Curitiba, uma cidade onde a produção do espaço é marcada pelo “mito da cidade modelo”, os conflitos e contradições seguem pulsando. Com isso, queremos dizer que, mesmo com suas particularidades históricas no que diz respeito ao planejamento urbano, Curitiba não fica distante do contexto urbano brasileiro, haja visto que está inserida no modo capitalista de produção do espaço onde contradição e conflito são intrínsecos. Concluímos que a luta em torno da questão da moradia possui, na capital paranaense, uma grande relevância ao explorarmos as contradições coetâneas no espaço urbano da cidade, fenômeno explorado por algumas teses e dissertações anteriormente e que buscamos discorrer, de maneira sucinta, no Capítulo 1. Consideramos, assim, que a questão da moradia coloca em xeque o discurso de Curitiba como uma cidade modelo em planejamento, como discutira, em sua dissertação, Albuquerque (2007). Ainda neste primeiro capítulo, vínhamos destacando a importância das organizações populares como resistência neste tipo de luta pelo direito à moradia e à cidade.

No Capítulo 2, voltamos esforços em busca de uma possibilidade de entendimento dessas organizações populares a partir de uma abordagem territorial, isto é, discutir como as organizações populares e suas territorialidades atuam na produção do espaço, considerando suas relações sociais e trabalhando com uma perspectiva de território aberta e que enxerga a **multidimensionalidade** do poder. Nesta perspectiva, deu-se destaque ao segundo objetivo específico deste trabalho, trazendo as organizações populares como uma possibilidade de organização política, ação direta e resistência frente aos conflitos urbanos.

Lapidamos, desta forma, um caminho que nos deixou mais próximos do entendimento das potencialidades e dificuldades das organizações populares em questão e o papel de suas territorialidades frente aos conflitos e contradições do espaço urbano na periferia de Curitiba. Com base no desenvolvimento dos estudos de caso referentes a Associação de Moradores 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida, no Capítulo 3, percorrendo nosso terceiro objetivo específico, salientou-se a existência de uma territorialidade relacionada a essas organizações populares no sentido que há uma diversidade de **relações de poder** ocorrendo entre os sujeitos, organizados em **redes**, que se concretizam no espaço de forma coetânea, em proporções **multiescalares** e em diferentes esferas de atuação.

Também, com base nos trabalhos de campo, registros fotográficos, diários de campo e entrevistas, elencou-se elementos que, em nossa interpretação, formaram um quadro de potencialidades e limitações referentes as organizações populares que deram base aos dois estudos de caso. Com isso, além de comparar as lutas existentes em cada estudo de caso, discutiu-se suas diferenças e semelhanças, momentos de aproximação e afastamento, seus processos e contradições internas.

Considerando o processo como um todo, refletindo sobre os três objetivos específicos, buscou-se sustentar o objetivo geral desta pesquisa, considerando analisar as potencialidades e limitações de organizações populares e suas territorialidades como estratégia de ação direta, mobilização política e resistência frente aos conflitos e contradições no espaço urbano de Curitiba. Ao mesmo tempo, observou-se também a grande complexidade existente em torno desse tipo de pesquisa. Conclusão? Embora o processo de pesquisa chegue ao fim, a maior convicção neste momento, acompanhada de uma grande inquietação, é justamente a de que ainda há muito a ser explorado frente ao nosso problema de pesquisa.

Embora tenhamos utilizado de esferas de organização política para entender o conteúdo trabalhado, reconhece-se o quão difícil é precisar quais esferas abrangem quais sujeitos; em que escala de atuação se enquadram ou até onde vão suas relações e sua influência ou capacidade de mobilização. Soma-se a isso as particularidades e contradições internas existentes em cada um dos estudos de caso. Desde o início se teve ciência dos desafios impostos pela compreensão dos estudos de caso. Tendo isso em vista, buscou-se um aprofundamento em métodos qualitativos que pudessem dar apoio aos trabalhos de campo e as entrevistas, como foram os registros fotográficos e, principalmente, os diários de campo.

Pensando nisso, reafirma-se o fato de que o objetivo não passa apenas por delimitar, afirmar, concluir ou esgotar nosso raciocínio. Nosso objetivo passa, também, por demonstrar a complexidade, os processos, explorar de forma dialética os conflitos, contradições e agregar elementos e leituras para que as questões levantadas neste trabalho ganhem espaço e sejam melhor compreendidas.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que o poder, como vimos no decorrer do trabalho, implica em resistência. Os ativismos, movimentos sociais, organizações populares, são formas apresentadas pelos sujeitos de se colocarem como participantes ativos na sociedade, como já discutia Marcelo Lopes de Souza.

Os processos globais, como a produção capitalista do espaço, reverberam também em escala local. Tratando do contexto de Curitiba, como nos mostra Oliveira (2000), a contestação da imagem da cidade só poderia advir do que o autor nomeou como “classes subalternas”. O espaço aparece como condição necessária para a reprodução das estratégias, das mobilizações políticas. Como nos apontou Raquel Rolnik (2015), os processos hegemônicos no contexto da produção do espaço não devem ser encarados como um bloco monolítico; neste grande bloco, existem **porosidades, resistências e quebras de consenso**. Nestes espaços, questiona-se o *status quo* e prefigura-se outros urbanos possíveis; em cada resistência, em cada apropriação do espaço, como coloca Rolnik (2015), como lugar de multiplicidade e liberdade. Embora nos utilizemos de organizações populares e suas lutas, diversos conceitos colocam em debate uma produção do espaço menos voltada a lógica do mercado e mais voltada a justiça social. Podemos citar os territórios dissidentes, cidadanias insurgentes, os comuns, as práticas espaciais insurgentes; reconhecidas as diferenças metodológicas, caminha-se em direção ao direito à cidade.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”**. Dissertação (Mestrado). FAU, USP. São Paulo: USP, 2007.

BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal n. 10.257 de julho de 2001. Estatuto das Cidades**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: fevereiro de 2019.

CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011a.

\_\_\_\_\_. Da “Organização” à “Produção” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: CARLOS, A. F. A. *et al* (Orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2011b.

\_\_\_\_\_. A Prática Espacial Urbana como Segregação e o “Direito à Cidade” como Horizonte Utópico. In: VASCONCELOS, P. A. *et al* (Orgs.). **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. O Leste do Aglomerado Metropolitano de Curitiba: Da Intenção de Preservação à Efetiva Ocupação. In: MENDONÇA, F. (Org.). **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012 [1979].

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



\_\_\_\_\_. Território e Região numa “Constelação” de Conceitos. In: MENDONÇA, F. *et al* (Orgs.). **Espaço e Tempo: Complexidade e Desafios do Pensar e do Fazer Geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

\_\_\_\_\_. **Viver no Limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 [2001].

\_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **REGIC – Regiões de Influência da Cidades**. Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. **IBGE Cidades** <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

IPPUC. **Rendimento: Comparação Curitiba 2000 e 2010, Análise por Bairro**. Curitiba, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Pobreza: Análise Censo 2010**. Curitiba, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Habitação: Análise Censo 2010**. Curitiba, 2012c.

\_\_\_\_\_. **Nossa Curitiba: Perfil Físico-Territorial e Socioeconômico da Cidade de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, IPPUC, 2015.

JOVCHELOVITCH, S., BAUER, M. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M., GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003 [2000].

LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [1970].

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001 [1968].

\_\_\_\_\_. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].

LEMINSKI, P. Sintonia para pressa e presságio. In: MORICONI, I (Org.). **Destino: poesia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

LENCIONI, S. Da Metrópole como Estratégia Desenvolvimentista à Metrópole como Sobrevida do Capitalismo. In: PEREIRA, P. C. X, HIDALGO, R. (Orgs.) **Producción Inmobiliaria y Reestructuración Metropolitana em América Latina**. Santiago, 2008.

- \_\_\_\_\_. Referências Analíticas para a Discussão da Metamorfose Metropolitana. In: LENCIONI, S. *et al* (Orgs.). **Transformações Sócio Territoriais nas Metrôpoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011.
- MACHADO, R. Introdução: Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012 [1979].
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].
- NETO, J. P., CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.
- OLIVEIRA, D. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.
- OSEKI, J. H. O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993 [1980].
- RATZEL, F. **Antropogeografia**. Leipzig, Munique. 1882.
- \_\_\_\_\_. **Geografia Política**. Leipzig, Munique. 1897.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- RÜCKERT, A. A. Usos do Território e Políticas Territoriais Contemporâneas: Alguns Cenários no Brasil, União Europeia e MERCOSUL. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.). **Transformações Territoriais: Experiências e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2010.
- SÁNCHEZ, F. A Reinvenção das Cidades na Virada de Século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política. **Revista Sociologia Política**. v. 16, p. 31-49. Curitiba, junho de 2001.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SAQUET, M. A. Por uma Abordagem Territorial das Relações Urbano-Rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPOSITO, M. E., WHITACKER, A. (Orgs.) **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, M.A., SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009a.

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A. *et al.* **A Emergência da Multiterritorialidade**. Editoras ULBRA/UFRGS. Porto Alegre, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SEABRA, O. C. Territórios do Uso: Cotidiano e modo de vida. **CIDADES - Revista Científica**. V.01, N.02. 2004.

SOJA, E. W. Tensiones Urbanas: Globalización, Reestructuración Económica y Transición Postmetropolitana. In: BENACH, N., ALBET, A. **Edward Soja. La Perspectiva Postmoderna de un Geógrafo Radical**. Barcelona: Icaria Editorial, 2010 [2004].

SOUZA, M. L. **O que pode o Ativismo de Bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista**. 241p. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

\_\_\_\_\_. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. *et al* (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 [1995].

\_\_\_\_\_. Da “Diferenciação de Áreas” à “Diferenciação Socioespacial”: A “Visão (apenas) de Sobrevoos” como uma Tradição Epistemológica e Metodológica Limitante. **CIDADES - Revista Científica**. v. 04, n. 06. p. 101-114. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado*: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. In: **CIDADES - Revista Científica**. v. 07, n. 11. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. As cidades brasileiras e os movimentos sociais no início do século XXI: sete questões para provocar o debate. In: PEREIRA, E., DIAS, L. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. Florianópolis: INSULAR, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013 [2001].

\_\_\_\_\_. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015 [2013].

SOUZA, M. L., RODRIGUES, G. B. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STROHER, L. E. M. **A metrópole e o planejamento urbano: revisando o mito da Curitiba modelo**. Dissertação (Mestrado). FAU, USP. São Paulo: USP, 2014.

TONELLA, C. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? **Caderno Metropolitano**. v.12, n.23. p. 239-262. São Paulo, 2010.

TRINDADE JUNIOR, S. C. Agentes, Redes e Territorialidades Urbanas. **Revista Território**. Ano 3, n. 5. Rio de Janeiro, 1998.

VOLOCHKO, D. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. **Geotextos**. v. 12, n. 01. p. 37-50. Salvador, 2016.

## **ANEXOS**



## **ANEXO 01 – Informações Gerais (Entrevistas).**

### **Entrevista 01**

Entrevistada: Beatriz Martins de Lima.

Local: Ocupação Dona Cida – Bairro CIC.

Data: 25 de novembro de 2018.

Duração da gravação: 43min 55seg.

Transcrição: 12 páginas.

### **Entrevista 02**

Entrevistada: Vera Lúcia Soares Peres.

Local: Associação de Moradores 23 de Agosto – Bairro Ganchinho.

Data: 18 de dezembro de 2018.

Duração da gravação: 48min 50seg.

Transcrição: 11 páginas.

### **Entrevista 03**

Entrevistado: Sidnei Martins.

Local: Vila 23 de Agosto – Bairro Ganchinho.

Data: 22 de janeiro de 2019.

Duração da gravação: 41min.

Transcrição: 9 páginas.

### **Entrevista 04**

Entrevistado: Paulo Bearzoti Filho.

Local: Espaço Cultural Mímesis – Bairro São Francisco.

Data: 23 de janeiro de 2019.

Duração da gravação: 25min 43seg.

Transcrição: 6 páginas.